

ATA DA 312^a PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEAS-MG, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2025. Aos 24 de Outubro de 2025, às nove horas da manhã, na plenária da Casa de Direitos Humanos, situada na Av. Amazonas, nº 558, centro, Belo Horizonte - MG, realizou-se a tricentésima décima segunda plenária ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, coordenada pelo presidente Marcelo Armando Rodrigues. Estavam presentes **os conselheiros/as titulares:** Marcelo Armando Rodrigues, representante da Ordem dos Advogados do Brasil. Mayra de Queiroz Camilo, representante da APAE, BH. Rosalice Tassar de Almeida, representando o Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo. Andrezza dos Reis Pimenta, representando o Lar dos Idosos José Justino Rocha. Luiz Carlos de Castro Fernandes, representante da Associação Recreativa da Melhor Idade, Armi. Lais Alexandre da Silva representante do CMAS de Ipatinga. Lyzi Saleri Ribeiro, representante do CMAS de Campanha. Simone Maria da Penha de Oliveira, representante do Coletivo Flores de Resistência. Isac dos Santos Lopes, representando a Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce. Elder Carlos Gabrich Junior, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE. Érica Pereira Alves Beltrame, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE. Priscila Zacarias, representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA. Solimar de Assis, representante da Seplag, Juliana Coelho, representante do COGEMAS. Flavio Christian de Assis Miranda representante do CMAS de Ipatinga. Estavam presentes **os conselheiros/as suplentes em condição de titularidade:** Ludmilla Lamartine de Souza, representante do Conselho Regional do Serviço Social de Minas Gerais - CRESS/MG, Cristiane Gomes Mattos Dias, representante do CMAS de Campanha e Sandra Regina Ferreira Barbosa, representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas - SINTIBREF. Estavam presentes os **conselheiros/as suplentes:** Altair Rabelo, representante da Associação Berg Vingren de Assistência Social - Abvas. Anália Romeiro de Paula, representante do Abrigo São Vicente de Paula de Coluna. Patrícia Pinto Valadares representante da Federação das Associações de Pais e Amigos dos Expcionais – MG. Wellington Donizete Marques de Lima - “Leon”, representante Fórum Municipal de Luta pelos Direitos dos Usuários do SUAS - Uberaba. João Paulo Freire Jardim, representante da Sedese. Ester Rodrigues Espechit, representante da Sedese. Vania Lúcia de Almeida, representante da Secretaria de Estado de Educação - SEE. Ernane Gonçalves Maciel, representante do CMAS de Montes Claros. **Estavam presentes como convidados:** Gabriele Sabrina da Silva, Marcela Santos, Maria Clara, Mariana de Resende Franco, Roberta Figueiredo, Rosilene representantes da Sedese. **Marcelo, OAB:** ... conselheiras, sejam todos e todas muito bem-vindos para a nossa 312^a Plenária... **Marcelo, OAB:** Ordinária do CEAS-MG. Hoje é 24 de outubro de 2025. Convido os conselheiros para

tomarem assento, para a gente iniciar os trabalhos desta manhã. Peço à Secretaria Executiva que faça o chamado dos conselheiros e das conselheiras. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Bom dia a todos. Beatriz, Secretaria Executiva do CEAS. Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, Jennifer Danielle Souza Santos. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Armando Rodrigues. **Marcelo, OAB:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, CRESS/MG, Ludmilla Lamartine de Souza. **Ludmilla, Cress:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Em condição de titularidade. Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas, SINTIBREF, Sandra Regina Ferreira Barbosa. Associação de Pais e Amigos dos Expcionais, APAE de Belo Horizonte, Mayra de Queiroz Camilo. **Mayra, Apae:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo, Rosalice de Almeida. **Rosalice, Cmssvp:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Lar dos Idosos José Justino Rocha, Andrezza dos Reis Pimenta. **Andreza Lijjr:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Associação Recreativa da Melhor Idade, ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz, Armi:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Associação Berg Vingren de Assistência Social, ABVAS, Altair Rabelo. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Justificou. Abrigo São Vicente de Paula de Coluna, Anália Romeiro de Paula. **Anália, Asvpc:** Presente. **Marcelo, OAB:** Federação das Associações de Pais e Amigos dos Expcionais (APAE) de Belo Horizonte, Patricia Pinto Valadares. CMAS de Ipatinga, Lais Alexandre da Silva. **Laís, Cmas de Ipatinga:** Bom dia. Olá Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Campanha, Lyzi Saleri Ribeiro. **Lyzi, Cmas, de Campanha:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Guanhães, Juscelina Mamedes Nunes. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Ela justificou, né? Quem? Juscelina. Ela justificou. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Teófilo Otoni, Macielle Cristina Botelho Vital. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Ausente, é. Coletivo Flores de Resistência, Simone Maria da Penha de Oliveira. **Simone, CFR:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva::** Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isac dos Santos Lopes. **Isac, Ccqamrd:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Fórum Municipal de Luta pelos Direitos dos Usuários do SUAS Uberaba, FMLDUSUAS, Wellington Donizete Marques de Lima, Leon. **Wellington, Fmldusuas:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Movimento LGBTQIA+ de Claudio, Matheus Borges Gonçalves. Justificou. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, SEDESE, Elder Carlos Gabrich Junior. **Elder, Sedese:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento. **Wellington, Fmldusuas:** Bom dia. Wellington está presente. Alternou aí. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, SEDESE, João Paulo Freire Jardim. **Elder, Sedese:** Está chegando. **Beatriz, Secretaria Executiva::** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, SEDESE, Érica Pereira Alves Beltrame. **Érica, Sedese:** Presente.

Beatriz, Secretaria Executiva: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, SEDESE, Ester Rodrigues Espeschit. **Ester, Sedese:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, SEAPA, Anna Karla Ribeiro Silva... Está de férias. **Wellington, Fmldusuas:** Ausente, justificou. Secretaria de Estado de Educação, Cleuza Maria de Oliveira. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Desculpa. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, SEAPA, Priscila Zacarias. **Priscila, Seapa:** Presente. **Marcelo, OAB:** próxima reunião plenária, não? : Esse aqui é o esboço? Próxima plenária não está aqui. É de dezembro **Beatriz, Secretaria Executiva:** Secretaria de Estado de Educação, Vania Lúcia de Almeida. Secretaria de Estado de Fazenda, Nelma Barbonaglia da Silva. Secretaria de Estado de Fazenda... Não, desculpa, Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, SEPLAG, Solimar Assis. **Solimar, Seplag:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** está muito ruim para descer. ... Secretaria de Estado de Saúde, Cristiane Aguiar Vieira. ... sexta, é. Secretaria de Estado de Saúde, Letícia Dufloth Bianchini. Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social de Minas Gerais, COGEMAS, Juliana Coelho. **Juliana, Cogemas:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social de Minas Gerais, COGEMAS, Paulo Henrique de Souza. Justificou. CMAS de Ipatinga, Flavio Christian de Assis Miranda. **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Coronel Fabriciano, Karla Martins Carvalho. Ausente, justificou. CMAS de Campanha, Cristiane Gomes Mattos Dias. **Cristiane, Cmas, de Campanha:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Assume em condição de titularidade. CMAS de Montes Claros, Ernane Gonçalves Maciel. **Ernane, Cmas de Montes Claros:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Titulares presentes, 15; titulares ausentes, cinco; suplentes em condição de titularidade, dois. **Marcelo, OAB:** Pois bem. Então, nós... Marcelo, OAB. Nós temos então quórum para deliberação. Gostaria de registrar a presença da Cíntia(F). Seja bem-vinda, Cíntia. Cíntia, colega de trabalho da Rosalice na entidade... Como é que é o nome da entidade? Conselho Metropolitano. **Marcelo, OAB:** Conselho Metropolitano... De Belo Horizonte. De Belo Horizonte. Cumprimentar a equipe da SEDESE que está aqui. Sejam todos bem-vindos, a Secretaria Executiva, os nossos colegas de trabalho. Apreciação e votação das Atas das Plenárias 310 e 45^a Extraordinária. Em discussão. **Elder, Sedese:** Elder, SEDESE. Eu queria pedir só para o ponto do envio dos delegados para a Conferência Nacional ser o último ponto, porque a Mariana quer participar da discussão e ela não vai chegar agora... Qual? O do envio dos delegados para a Conferência Nacional. Tá. **Marcelo, OAB:** Nós não estamos nessa pauta ainda, não. **Elder, Sedese:** Não está, não? **Marcelo, OAB:** Nós não... Elder... Marcelo-- **Elder, Sedese:** Ah, desculpa, gente. **Marcelo, OAB:** Nós estamos na votação das Atas das Plenárias 310 e 45^a. Não havendo quem queira discutir, em votação. Favoráveis à aprovação das Atas, por favor, levantem o crachá. Aprovada. Contrários? Abstenção? Aprovada por unanimidade.

Verificação do quórum, nós já temos o quórum. Justificativas de ausência também já estão consideradas na leitura pela Beatriz. Aprovação ou alteração da pauta com inclusão de pontos ou informes. Pois não, Ludmilla. Agora é o momento. **Ludmilla, Cress:** Ludmilla, CRESS. Eu gostaria... Após a reunião do segmento da sociedade civil, gostaria de solicitar a inclusão de um ponto de pauta da sociedade civil referente à infraestrutura física do conselho... **Marcelo, OAB:** Obrigado, Ludmilla. Elder. **Elder, Sedese:** Pedir para... Elder, SEDESE. Para passar o ponto dos critérios de partilha para envio dos delegados para a 14ª Conferência Nacional, para ser o último ponto, porque a Mariana, subsecretária, quer participar da discussão e ela deve chegar em torno de 11h. E o ponto do Rio Doce, a Gabrielle e o João vão apresentar. Eles estão um pouco atrasados também. Aí se puder passar ele para penúltimo também... Então, ficaria penúltimo o Rio Doce e último o da 14ª Conferência. **Marcelo, OAB:** Mais algum acréscimo ou alteração? Então, aprovada a nossa alteração de pauta. Ponto 1 da nossa pauta: Fórum Técnico Minas Sem Miséria. Quem é que pediu esse ponto de pauta? ... **Marcelo, OAB:** Considerando também que Jennifer não chegou, nós vamos passar para o segundo ponto. **Simone, CFR:** Acho que... **Marcelo, OAB:** Pois não. Pois não, Simone. **Simone, CFR:** Simone, Coletivo Flores de Resistência. Ela já tinha solicitado ontem para a sociedade civil, que, na verdade, é a participação que vai acontecer dia 7/11 em Betim. É o último encontro do fórum, e ela queria garantir que esse CEAS garantisse a participação dos conselheiros que pudessem estar presentes. Acho que é esse ponto que ela... que eu me recordo, é esse ponto, né? E falar da importância da participação, mas que a garantia também da participação. Eu até coloquei no grupo ontem, não sei se foi no... Sociedade civil, né? Então depois a gente coloca no CEAS. A reunião dia 30/10 é on-line e dia 7/11, presencial. Então, a solicitação da Jennifer era que garantisse a participação dos conselheiros. **Marcelo, OAB:** Marcelo, OAB. Eu estou entendendo que esse Item 1 nós já estamos, já, deliberando sobre ele e discutindo sobre ele. **Simone, CFR:** Sim. **Marcelo, OAB:** Em discussão então sobre esse ponto que foi apresentado, do Fórum Técnico Minas Sem Miséria. Não tendo quem queira discutir então, a proposta que veio da conselheira Simone, baseada na fala da conselheira da conselheira Jennifer na reunião da sociedade civil, é de que fosse garantida a participação dos conselheiros do CEAS, aí governamental e sociedade civil, neste encontro, que será o último encontro do Fórum Técnico Minas Sem Miséria, que vai ocorrer em Betim. Favoráveis. Dia 7/11. Favoráveis a esta proposta de participação dos conselheiros, levantem o crachá, por favor. Muito obrigado. Contrários? Abstenção? Então, aprovada a solicitação de participação dos conselheiros neste último encontro do Fórum Técnico Minas Sem Miséria. Ponto 2, Rede Cuidar. Ontem nós tivemos a reunião conjunta, a reunião conjunta das comissões, quando foi apresentado não somente sobre a Rede Cuidar, mas também sobre a bacia do Rio Doce e também sobre a participação dos conselheiros na 14ª. Mas a pauta agora é Rede Cuidar. E nesta reunião ontem conjunta, o encaminhamento dos conselheiros foi

pela aprovação desta resolução que será colocada agora para a leitura. Dá um zoom grande aí. Mais. Por gentileza. Obrigado. Resolução CEAS 2025. “Delibera sobre o prazo para utilização dos saldos financeiros constantes nos Fundos Municipais de Assistência Social, provenientes de repasses do Fundo Estadual de Assistência Social, no âmbito do programa de aprimoramento da rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (Rede Cuidar), etapas 2017-2019”. Peço para não fazer a leitura dos considerandos e ir diretamente para o art. 1º. “Art. 1º: Aprovar o prazo para utilização dos saldos financeiros constantes do fundo... dos Fundos Municipais de Assistência Social provenientes de repasses do FEAS ao Fundo Municipal de Assistência Social no âmbito do programa de aprimoramento da rede socioassistencial do SUAS (Rede Cuidar), etapas 2017-2019. Art. 2º: Os municípios poderão utilizar os recursos dos saldos financeiros referentes aos repasses no âmbito do programa Rede Cuidar, etapas 2017 e 2019, até 31 de dezembro de 2025. Art. 3º: Os saldos financeiros deverão ser utilizados exclusivamente na finalidade originalmente pactuada, conforme planos de assistência... plano de serviços aprovado. Art. 4º: A prestação de contas dos recursos de que trata esta resolução deverá ser realizada em conformidade com a legislação e normas técnicas e operacionais aplicáveis à gestão e à execução financeira dos recursos do FEAS. Art. 5º: O saldo existente em conta após 31 de dezembro de 2025 deverá ser devolvido ao FEAS mediante Documento de Arrecadação Estadual (DAE). Art. 6º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 24 de outubro de 2025”. Assina presidente. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Favoráveis à aprovação da resolução, levantem o crachá. **Elder, Sedese:** É pauta orçamentária isso, não? **Marcelo, OAB:** Ah, desculpa. Desculpa. Pauta orçamentária, leitura nominal dos conselheiros. Muito obrigado, Elder.: É só. A Roberta está falando que é só prazo, Marcelo. **Marcelo, OAB:** Só prazo? Não é-- É orçamentário, é-- **Elder, Sedese:** Não, então não-- **Marcelo, OAB:** Não é orçamentário. **Elder, Sedese:** Então aprovou. **Marcelo, OAB:** Perdão. Perdão, conselheiros. Voltando. É Marcelo, OAB. De fato, nós... não há necessidade de fazer a leitura nominal, considerando que não se trata de proposta orçamentária que necessita de voto nominal. Portanto, favoráveis à aprovação dessa resolução, levantem o crachá. Muito obrigado. Contrários? Abstenção? Aprovada a resolução. Ponto 3, estande do CNAS: envio de material para estande. Nós recebemos uma solicitação... solicitação não, um ofício do CNAS dando-nos condições para que possamos ter um estande do CNAS nos mesmos moldes que ocorreu na última Conferência Nacional. Passou pelo nosso... pela Mesa Diretora, e resolvemos trazer aqui para deliberação dos conselheiros porque nós, ao decidirmos em... ao colocar um estande do CEAS no... lá na Conferência Nacional, nós vamos demandar de algumas situações que a gente não sabe se nós conseguiremos, mas que é bom a gente debater e discutir sobre isso. Primeiro, nós teremos que ter duas representantes da Secretaria Executiva para estar lá, precisaremos de conselheiros para também estar lá, e aí aqueles conselheiros que irão, deverão... nós....

após... se decidirmos de ter o estande, nós vamos ter que sentar depois e discutirmos horários para que a gente possa contribuir também nesse estande, porque é algo exaustivo, eu estou baseando no que foi falado porque eu não... ainda não tive conhecimento de como é que funciona, mas é algo que cansa, precisa de apoio dos demais conselheiros para que aqueles que ali estão possam também participar e fazer aquilo que é necessário, né? Então, a gente vai precisar dos conselheiros. Porém, nós temos alguns pontos que são importantes para a gente discutir aqui: como levar o material, o que levar, né? E nós, na Mesa Diretora, nós discutimos sobre isso. Então, eu coloco em discussão. **Elder, Sedese:** Elder, SEDESE. A gente tem até... por parte da SUBAS, a gente tem alguns materiais que a gente poderia levar. O maior problema é como é que vão ser levados esses materiais, porque é um peso muito grande, né, e geralmente quem vai não tem bagagem incluída na passagem. Então, a gente não teria como mandar esses materiais para lá. Esse seria o nosso maior problema, para mandar as cartilhas, as orientações que a gente já fez. Então a gente ponderou sobre isso. Até pensamos que todo mundo que fosse poderia levar uma parte do material, mas aí vai comprometer a bagagem de todo mundo, então a gente acha meio complicado... **Marcelo, OAB:** Ludmilla. **Ludmilla, Cress:** Ludmilla, CRESS. Eu queria entender melhor a proposta do estande, assim, né, a proposta: qual é o objetivo desse estande, qual é a finalidade, para que ele... qual é o objetivo de estar com esse estande? Acho que é isso, assim, entender a pauta. **Marcelo, OAB:** É, conselheira-- **Laís, Cmas de Ipatinga:** Lais, CMAS Ipatinga. Eu também-- **Marcelo, OAB:** Gente, um instante, por favor. **Laís, Cmas de Ipatinga:** Contemplo o que a Ludmilla falou, porque eu queria entender esse objetivo. E quanto ao material, eu consigo enviar esse material. **Elder, Sedese:** Ah, consegue? **Laís, Cmas de Ipatinga:** Consigo. **Marcelo, OAB:** Leon. **Wellington, Fmldusuas:** Pode falar? Wellington, Leon, FMLDUSUAS. Levando em consideração as outras conferências, esses estandes, pelo que eu me lembro, é para mostrar a cultura do estado em si, para mostrar o trabalho e a discussão do conselho dentro do estado. **Marcelo, OAB:** Simone. **Simone, CFR:** Simone, Coletivo Flores de Resistência. Mas lembrando que a gente não produziu nada, né? Vai ser mais uma ação da SEDESE ou desse CEAS? ... A gente vai divulgar o material da SEDESE ou do CEAS? **Marcelo, OAB:** Alguém mais? Alguém mais quer discutir? **Elder, Sedese:** Lais, você levaria o material? **Simone, CFR:** O que nós produzimos? Do conselho. **Marcelo, OAB:** Gente, vamos falar no microfone, por favor. **Ludmilla, Cress:** Ludmilla, CRESS. Então, tem algumas respostas, né, sobre o objetivo. Só quero entender: o objetivo é divulgar o material técnico, a cartilha orientativa que o estado produziu, um estande da SEDESE com material da SEDESE, ou é um estande do CEAS, no qual o CEAS iria apresentar? Sendo do CEAS, o CEAS apresentaria o quê? O que nós produzimos? Qual é a nossa... o que nós teríamos de material deste conselho para apresentar? Porque se for cartilhas e materiais orientativos da SEDESE, eu entendo que é uma ação de governo, não entendo que é uma ação do CEAS. Então, até

para a gente entender o objetivo e a pertinência até de estar discutindo isso aqui. Concordo.

Wellington, Fmldusuas: Wellington, Leon, FMLDUSUAS. Eu entendo, né, e prontamente deveria ser do conselho, mas, por exemplo, todo o material em si, para ele estar pronto, caso a gente delibere e tudo mais, exige uma demanda, uma morosidade para que isso possa estar pronto. Então, a maioria dos estandes lá não é propriamente do conselho, entendeu? Infelizmente, é do estado em si, e não do conselho. Tem dos representantes dos conselhos lá para poder tirar dúvidas e tudo mais. Foi o que eu disse, é mais para mostrar a cultura do estado do que propriamente dito do próprio conselho.

Marcelo, OAB: Alguém mais? Alguém mais? Pois não, Isac. **Isac, Ccqamrd:** Isac, Comissão de Quilombolas do Rio Doce. É um pouco no porquê também, no objetivo, é um pouco isso que o Leon está trazendo, assim. Nas experiências que eu tive, o estande, ele é um espaço do estado, que é coordenado pelo conselho, por outros colaboradores que o conselho conseguir. Ele mostra um pouco das atividades do conselho, mas mostra também da cultura do estado e pode também ser um ponto de apoio para a delegação do estado, um ponto de encontro, referência... É um pouco essas as funções do estande, como os outros espaços mesmo. E aí, a partir disso a gente discute se é interessante ou não.

Marcelo, OAB: Em discussão. Eu acho). Bom, nós estamos aqui... No primeiro momento a dificuldade era de como levar, que foi o primeiro ponto apresentado pelo Elder, né? O levar, a companheira Lais, conselheira Lais, diz que este não é problema, porque ela consegue, né? Ela consegue levar o material. Eu quero também dar o meu entendimento. Eu acho que a fala do Isac é uma fala também importante, porque é um local onde nós teremos também base, né, onde... um lugar onde a gente vai poder se encontrar, sabendo que ali é um local de encontro, e penso também que dentro desse processo de interestadualidade...

Marcelo, OAB: Não sei se existe esse termo, mas eu penso que apesar de nós não termos material próprio, do CEAS, mas o estado produz e nós deliberamos o recurso do FEAS para que esse material pudesse ser produzido, então, portanto, também quero entender que o CEAS tem uma participação nesses documentos, inclusive sempre são apresentados aqui por nós, eu defendo que tenha. Mas ainda coloco... continua em discussão. Pois não, Leon.

Wellington, Fmldusuas: Wellington, Leon, FMLDUSUAS. Eu vou mais ou menos na mesma visão do presidente Marcelo. Lembrando um algo: um estande, ele é garantido. Aí o que acontece, olhando para as outras Conferências Nacionais que eu participei? Vai ter o estande, teve uma época que tinha a bandeira e o nome do estado. Então, imagina, né, nós chegamos lá, ou os outros conselheiros... os delegados do Brasil em si, chega lá, tem a bandeira e o nome de Minas Gerais e não tem nada, certo? Levando em consideração que o nosso conselho, ele é literalmente referência, lembrando que nós temos uma presidente no FONACEAS e tudo mais, e não termos sequer pelo menos um mínimo, que é a bandeira do CEAS e alguns conselheiros ou alguém ali para poder estar auxiliando ou falando qualquer coisa referente ao próprio conselho e ao estado, eu acredito que isso daí acaba desvalorizando todo o

reconhecimento que este conselho tem...Eu nem sei. Eu não tinha pensado por esse lado, não... Interessante... Não tinha pensado por esse lado...Também não. **Marcelo, OAB:** Ok. Nós estamos em condições então de votar se nós teremos ou não teremos o estande ou alguém quer manifestar contrário à ida, manifestar aqui... contrário, não. Só quero fazer mais uma pergunta. Tá. Pois não... Lais disse que tem condições de levar esse material. Eu fico pensando também... a gente tem que pensar que são três dias de conferência. Vai ter material para os três dias? Como é que é? Porque também só colocar o estande.. É, só ter o espaço do estande para falar que tem um espaço também eu não sei se é viável, até porque a gente vai ter que se organizar para estar lá, né? Não é só ter o estande. Então, assim, depois que a gente responder que tem que estar lá, vai ser um compromisso também... Por várias vezes, né, que eu estive presente, eu vi estado que topou e, chegou lá, não tinha ninguém. Na última Mesa foi assim: a gente passava lá, era um deserto. Então... ou seja, se é para passar isso no crédito, não é isso que a gente quer também. Então, eu acho que vai ter vários compromissos. Além de levar o material, é compatível, né, a condição de levar o material? Sim. Beleza. Mas ao mesmo tempo também há organização de quem vai estar? Não sei. Eu acho que a gente tem que avaliar mais. **Laís, Camas de Ipatinga:** Lais, CMAS. **Marcelo, OAB:** É, nós temos... Lais, nós temos uma outra situação. Marcelo, OAB. Nós temos uma outra situação. Você terá como levar até Brasília. E de Brasília para o local? Então nós temos este problema, né? **Elder, Sedese:** É... Pois é. Exatamente. **Marcelo, OAB:** Como chegar lá? Talvez vai ter que precisar de um caminhão... Não! É uma mala. Ela precisa de uma mala só...É, então... Pois é. E, no caso, seria uma... Não sei como, né? Como é que você pensa em levar esse material, só para a gente entender? **Laís, Cmas de Ipatinga:** Eu pensei em levar em uma mala de 23 quilos, gente. **Marcelo, OAB:** Ok. **Laís, Cmas de Ipatinga:** É. **Marcelo, OAB:** Sim, uma mala de 23 quilos para pensarmos no volume de material para três dias-- **Laís, Cmas de Ipatinga:** Não, é pouco mesmo. **Marcelo, OAB:** É muito pouco, né? É pouco. **Laís, Cmas de Ipatinga:** Mas o prazo é até quando? Porque o que a Simone trouxe faz sentido, de a gente ver... Porque a gente quer participar das atividades, quem está indo. Como é que a gente vai deixar de participar das atividades para ficar no estande? Isso é uma coisa também que a gente tem que pensar... É. **Marcelo, OAB:** Sim. Leon. **Wellington, Fmldusuas:** Eu de novo. Wellington, Leon, FMLDUSUAS. Estava em contato, né, com o pessoal da sedes(F), de Uberaba, e a gente está articulando para que vá uma van levar três pessoas de Uberaba. Então, sendo assim, teremos muito espaço. Só que eu preciso desta confirmação da sedes(F). Aí eu não sei até quando-- **Marcelo, OAB:** Como é que vamos levar para Uberaba? **Elder, Sedese:** É. **Wellington, Fmldusuas:** Não, não. Ela leva para Brasília, certo, e dali toda a parte de locomoção a gente... Mas 23 quilos é pouco. **Wellington, Fmldusuas:** Hâ? Vinte e três quilos de material é pouco. **Simone, CFR:** Simone, Coletivo Flores de Resistência. **Wellington, Fmldusuas::** Certo. **Simone, CFR:** Leon. Simone, Coletivo Flores de Resistência. Eu acho que a gente realmente está com muita

vontade de fazer, eu acho que é importante, mas a gente podia pensar outras formas de que esse estado aparecesse. Talvez... não sei onde é que encontra a bandeira, e a gente colocar a bandeira lá na frente. Cadê a bandeira? Não, a bandeira do... **Elder, Sedese:** Do CEAS. **Simone, CFR:** Não, a bandeira do CEAS. E aí também fico pensando, gente... A gente está solicitando duas pessoas da secretaria, que, automaticamente, elas vão para dar o suporte aos delegados, que a gente sabe que tem vários BOs de delegados. Não é só mandar os delegados. Chega lá... Vocês têm mais trabalho talvez lá do que agora. A gente já viveu esses momentos. Então, essa secretaria também, ela não pode ficar à mercê de ficar presa ali, porque ela vai ter que circular. São vários tipos de pessoas com várias dificuldades. Então, a gente tem que pensar também. A solicitação das duas pessoas representando a secretaria, ela é muito importante, mas para o suporte dos delegados. Mas não, assim, ficar fixa a um ponto, sendo que outros gargalos vão aparecer. **Marcelo, OAB:** Marcelo, OAB. Mas, de qualquer forma, em cima da fala da Simone, me veio uma outra situação. Os delegados que vão para Brasília, eles também precisam de ter um ponto de encontro. Sim. **Marcelo, OAB:** Um ponto para poder ter como referência. Até (ininteligível). **Marcelo, OAB:** Como referência. Então, eu acho que esse estande vai ter que ter, gente, nem que seja para isso, para poder ter um suporte. Mas onde é que nós vamos definir que os delegados vão poder participar... vão poder se encontrar lá? Sabe? Não sei. Quem é que está inscrito? Cristiane. Cristiane. Cristiane, depois Isac. Ah, pois não. Então, Isac, depois Cristiane. **Isac, Ccqamrd:** Isac, Comissão de Quilombolas do Rio Doce. Eu vou um pouco na linha do Marcelo, mas eu queria... assim, o que eu entendo do estande é que não é apenas material, quando você vem naquela preocupação: “Ah, mas 23 quilos dá para os três dias”. Eu entendo que não é... assim, a importância não é que tenha material para ficar distribuindo todos os dias, que o ponto central do estande não é distribuição de material; é ser o ponto de referência do encontro. Então, assim, ah, tem material, temos condições de levar material, que a gente pode discutir essa condição até depois? Distribuímos material. Agora, se não temos material, é fundamental também que o espaço seja garantido, que tenha a referência do estado. Referência do estado. Acho... a minha questão é nesse sentido... de quem vai ficar. **Marcelo, OAB:** Pois é. Pois não, Cristiane. **Cristiane, Camas de campanha:** Isac contemplou parte do meu pensamento. Eu acredito que além dessa distribuição, o foco às vezes é na exposição, que ali deixa como opção exposição de *banner* ou de algo cultural, e aí fica mais fácil de condensar isso em 23 quilos, que não vai ser algo que vai ter um volume para distribuir e que você consegue representar Minas Gerais ali. **Marcelo, OAB:** Muito obrigado. Bom, de qualquer forma, gente, nós temos... Eu quero voltar... Marcelo, OAB. Eu quero voltar ainda nessa fala que Simone fez por último, de a Secretaria Executiva ter que estar lá e ter um local para poder ser um suporte, ser o suporte dos delegados, porque como é que os delegados vão saber onde é que a Secretaria Executiva vai estar no instante, né? Então, eu penso que o estande é necessário para este fim, entendo que se... que nós

teremos que ter pessoal de suporte para contribuir com a Secretaria Executiva, e acho que isso será objeto de discussão entre os conselheiros que irão, não é, que não vai ser aqui agora. O material que nós temos, e aí Cristiane fez uma fala interessante também nesse sentido, nós vamos levar o material que nós temos condições de levar, que é esses 23 quilos, né? E esse material vai estar lá para este fim. Eu estou fazendo falas afirmativas, mas não quer dizer que não será colocado em votação, mas é só mesmo para a gente dar o tom da conversa aqui, para a gente decidir, porque eu acho que os debates já foram ditos, e aqui agora nós temos que decidir, está certo? Vou passar a última fala para a Simone, para a gente colocar em votação. **Simone, CFR:** Simone, Coletivo Flores de Resistência. Queria dar outra sugestão. Concordo demais com o estande de ser um espaço, né, assim, para a secretaria ter ali como identificação. Então, por que cada um de nós aqui, principalmente os que estão indo, pega um pouquinho do material também dos seus outros colegas, né? Porque cada um é um de um coletivo, cada um é de um... Hã? É, e aí a gente também usa esse espaço para divulgação dos seus trabalhos também. Eu acho que seria importante, né, as entidades, os usuários trazerem um pouco da... né, dos trabalhadores, qual é o seu trabalho. Porque cada um também... Igual o fórum, Fórum de Trabalhadores, tem material específico deles. Então, talvez não vai encher uma mala, mas uma sacola já... e cada um levando um pouco, a gente vai conseguir atender os três dias. **Ester, Sedese:** Ester, SEDESE. Eu só acho que antes de decidir, a gente tinha que trabalhar melhor a proposta. Ou seja, o material vai, como vai, quem vai levar, quantidade, se as pessoas vão se disponibilizar para ficar os três dias, quem vai se disponibilizar. **Simone, CFR:** Em qual horário, em qual dia, porque senão a gente decide por fazer uma coisa, mas fica tudo solto e, depois, não consegue operacionalizar a contento... **Andrezza, Lijjr:** Eu não sei se foi passado, porque teve um momento que tive que sair, mas eu queria entender que tipo de material esse que vai ser disponibilizado. Eu queria saber se pode ser apresentado para a gente esse tipo de cartilha que vai ser disponibilizado lá, para a gente ter um conhecimento do material que está levando, que vai ser ofertado, como é que vai ser ofertado, até mesmo para a pessoa que estiver lá responsável por esse trabalho, né? Fica exposto, as pessoas vão pegando. **Marcelo, OAB:** Eu quero concordar em parte com a conselheira Ester, mas eu queria a compreensão para... porque eu penso que nós neste momento definimos quem vai ficar no primeiro dia, na parte da manhã, na parte da tarde, na parte da noite, do segundo dia, terceiro dia, eu acho que aqui vai ser algo complicado para a gente decidir, aqui agora. Mas aqueles conselheiros que irão, a gente já combina um horário para a gente encontrar e deliberar, e decidir sobre os momentos que a gente irá ficar, entendeu, Ester? Porque aqui agora tem muitos conselheiros que não irão. Os que irão, chegamos lá, a gente marca uma reunião da nossa delegação, dos delegados conselheiros estaduais, e lá a gente define quem irá ficar e os momentos que irão ficar. Pode ser assim, gente? Mas primeiro eu vou colocar em votação. **Marcelo, OAB:** Os que são favoráveis a termos um estande lá na

Conferência Nacional, levantem o crachá, por favor... Desde que organizado. Eu também estou na dúvida... Espera aí. Só um instante. Só um instante. Voltando, voltando à votação. Nós temos segurança para votar? Não. Não. Não... Então coloque a sua insegurança, por favor... Então eu vou colocar. São todos os pontos que a Ester colocou. É, exatamente. O que a Ester colocou. É. O que o Leon colocou... Eu não tenho segurança de quê? São três dias. O que vai ser exibido de Minas Gerais? Qual é a cultura de Minas Gerais que a gente vai exibir? Ah, a gente vai colocar uma bandeira de Minas e queijo? Sei lá... O que é? É verdade. Eu fiquei pensando o que de cultura de Minas que é capaz de caber em uma mala? Porque eu já fui em estande do Conselho Nacional. O negócio é violento, gente. É lindo, é lindo. Eles levam... o pessoal do Nordeste leva a sua cultura, a sua arte, a comida típica, distribui lembrança, distribui não sei o quê, mostra a cara do estado. O que Minas Gerais vai levar do seu estado? Ah, nós vamos levar meia dúzia de cartilha, mais umas dez não sei o quê, Mas o que de Minas? Gente, Minas Gerais é um estado maravilhoso, é lindo. E aí, o que a gente vai mostrar da beleza de Minas? A gente vai ligar para algumas regionais e falar assim: “Olha, o que você tem da cultura de Minas Gerais, da sua região, que pode exibir nesse estande?”. Isso é um ponto... É um ponto. O segundo ponto: colocar a Secretaria Executiva. Vão duas pessoas da secretaria ficar três dias no estande? É muito chato, é muito cansativo. E outra coisa: elas têm outras funções que vão além de ficar no estande. E tem que ter alguém no estande para conversar, porque chama a atenção, e as pessoas chegam lá... não sei quantas pessoas vão chegar lá no estande e vão querer saber: “O que vocês fazem do serviço tal?”, “o que no município tal fala sobre o... o que vocês estão falando da proteção social especial?”, “como é que é a...?”. Eles... a pessoa tem que saber. Não é só a SEDESE que tem que responder, não. Qualquer conselheiro vai ter que falar. Isso. Que eles perguntam, porque os estados precisam trocar informações, e lá é um momento de trocar informação. Beleza. Aí quem vai fazer essa escala? Quem dos conselheiros vão estar disponíveis e com compromisso? “Ah, não, agora vai ter uma pauta importante, que eu quero escutar aquela palestra. Não vou poder ir”. O estante vai ficar vazio. Não pode. Não pode... É de 7h até... não sei até que horas que fica. Quando eu fui, ficava até 20h, 21h. E outra coisa: o estande já vem preparado com toda a estrutura? Mesa. Tem uma mesa, a gente teria que levar... conseguir alugar, assim, sofá ou uma poltrona, alguma coisa... Ah, tem tudo? Então, ótimo. Então já tem estrutura... É. Mas a pessoa senta... Então ótimo. Então, quer dizer, a gente tem que pensar nesses detalhes, o que nós vamos fazer e como é que a gente vai fazer, e como é que os delegados vão levar essa representação cultural nossa. **Marcelo, OAB:** Simone. **Simone, CFR:** Simone, Coletivo Flores de Resistência. Eu acho que todas as perguntas, elas são pertinentes, concordo demais, mas também, ao mesmo tempo, queria dar a sugestão de que a gente pensasse nesse estande também como um espaço mesmo de encontro então, garantir esse espaço para que seja um espaço de encontro da delegação de Minas Gerais, e o restante, de acordo com o que Lais traz, que 23, Simone

tenta levar alguma coisa, fulano que vai também tenta levar alguma coisa, e ali a gente constrói junto, porque realmente a temática, ela pede, mas a gente também não tem tempo e nem condições de fazer, né, para que esse estande também seja a coisa mais linda do mundo. Vou falar pelo FONACEAS. Qual é a proposta do FONACEAS? Brasília vai... um delegado de Brasília vai emprestar... um conselheiro vai emprestar uma televisão, a gente vai colocar no estande do FONACEAS essa televisão, e estão fazendo vídeos das regiões. Então, a gente está fazendo vídeo das regiões, dos encontros que tiveram no FONACEAS, pegando depoimento das pessoas que já passaram pelo FONACEAS, e vai ficar sendo exibido ali durante o dia, entendeu? Então vai ser isso que vai sair a matéria, e alguns *banners* que vão ficar lá, que é o que o FONACEAS teve condições de fazer. Então... ou seja, a gente vai... pegou o espaço, ele vai ser um espaço para dizer quem é o FONACEAS, mas, porém, ali a gente vai ficar... usar o mecanismo de uma televisão passando vídeos e depoimentos. O que eu penso que a gente pode topar o desafio do estande é de ser um ponto de apoio para a Secretaria Executiva, para que elas também não fiquem sem lugar, e o que tiver... que der para levar de material, leva e vai ali distribuindo. Mas ficar mais centralizado sendo um ponto de encontro. **Marcelo, OAB:** Érica. **Érica, Sedese:** Érica, SEDESE. Em 2023, o estande... a Secretaria Executiva ficou lá o tempo todo. E, de fato, o material foi pouquíssimo, embora tenha levado de ônibus, né, porque a gente foi de ônibus. Com pouco tempo já estava vazio, então ficava só a Secretaria Executiva lá. O que eu penso? Se for para ponto de encontro, a gente pode também se organizar lá, chegar, pegar um lugar, colocar uma bandeira, arrumar um ponto de encontro para que aquilo seja referência. Se for a questão de ser ponto de encontro, né? Não precisa estar dentro do estande para se tornar um ponto de encontro. É uma sugestão que eu dou... Eu acho importante... Ludmilla. **Marcelo, OAB:** Ludmilla abriu mão. Alguém mais quer manifestar? Eu estou entendendo que nós temos posições de ter o estande como ponto de encontro, especificamente como ponto de encontro, porque como o material é pouco, não vai durar muito tempo, nós... ou vai, nós não teremos pessoal para poder estar contribuindo com a Secretaria Executiva, ou teremos, com os delegados, em cima da fala que eu fiz anteriormente, mas também temos uma posição de não ter o estande e a gente pensar, quando chegar lá, o local para informar aos delegados que lá estão: “Gente, olha, nós vamos nos encontrar aqui debaixo de uma palmeira”, ou “nós vamos encontrar em algum outro lugar, mas com a bandeira do CEAS de Minas exposto”. Ou uma mesa, em algum lugar que a gente possa encostar lá para colocar... para os delegados encontrarem. Está esclarecido isso aí, gente? Muito bem. Como todos estão em condições de votar, coloco em votação. Os favoráveis a ter o estande, levantem o crachá, por favor. Cinco. Contrários **Marcelo, OAB:** Seis. Contrários ao estande? Um, dois, três, quatro, cinco, seis. Abstenções... é sete, sete a seis. Abstenção? Duas. Então nós não teremos estande. Ótimo. Mas a proposta da ... Não teremos estande. Não, não tem estande, mas... **Elder, Sedese:** Não. Você colocou... Não, Ah, tá. **Marcelo, OAB:**

Porque é só de colocação de estande... Mas aí me veio uma... me veio uma dúvida aqui. O ofício chegou para perguntar se nós iremos ter estande. Nós vamos oficializar dizendo que não teremos estande. Ok? Tá bom. Ponto 4, indicação de palestrante, conselheiro... Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Abre Campo. Tem um ofício que veio para a gente sobre isso? Tem data? **Marcelo, OAB:** Pois é... tem data? É, eu também não achei se tem data. Coloca a data. Tem a data? Sei lá Esse convite que foi enviado aqui no WhatsApp, né? É. É 13 de novembro, de 8h às 16h30. **Marcelo, OAB:** Dia 13 de novembro... Por favor, qual o horário? De 8h ... Ludmilla, faça o favor. **Ludmilla, Cress:** Ludmilla, CRESS. Nós recebemos aqui no grupo do conselho, Secretaria Executiva encaminhou agora, 1º Seminário Estadual de Atenção ao Cuidado. **Luiz, Armi:** Deixa eu-- **Ludmilla, Cress:** Não? Esse é daqui, de Belo Horizonte. Esse é daqui. Luizão. **Marcelo, OAB:** Luizão. **Luiz, Armi:** ARMI, Luiz. Na verdade, esse é um convite que veio da Conferência Estadual de Assistência Social, que foi encaminhado à minha pessoa, e eu encaminhei para a Rosa, né, Rosa? **Rosalice, Cmssvp:** Pois é, mas não tem data. **Luiz, Armi:** Tá. Ai, mas você não conseguiu falar com ela, não? **Rosalice, Cmssvp:** Não, não consegui falar **Luiz, Armi:** É porque eu encaminhei essa pauta para a Rosa, porque para mim ficaria totalmente inviável a questão de logística, né? Mas foi um convite que foi feito à minha pessoa na conferência, né, logo após a conferência. E por se tratar da Política do Idoso, e Rosa está muito mais atualizada do que eu, e eu solicitei que a Rosa então dialogasse com a pessoa. Encaminhei o telefone, Rosa, e... Eu nem sei se essa deliberação passaria no caso pelo CEAS, né, ou se seria uma participação da Política do Idoso, que inclusive ontem eu tive a oportunidade de conhecer a sala aqui, fiquei um pouco assustado, porque, assim, a Política do Idoso para mim, na minha época, sempre foi uma referência, e ontem dialogando aí eu vi... **Luiz, Armi:** Que ela está muito enfraquecida no estado. Eu queria ver, né, depois com a SEDESE como é que nós, que atuamos também na Política do Idoso, podemos lidar com essa questão aqui a nível de estado através do CEAS, né? Porque eu fiquei muito preocupado, porque, assim, a gente não tem as informações onde a gente imagina que vai ter, né? E a Política do Idoso no estado, apesar de eu estar afastado há algum tempo, eu tenho sentido que ela está muito enfraquecida. Então, Rosa, se há possibilidade de você dialogar com a pessoa, ver essa possibilidade, seria muito bom, que foi um convite pós-conferência. **Marcelo, OAB:** Obrigado, Luizão. Você vai? **Rosalice, Cmssvp:** Luizão... Rosa, Conselho Metropolitano de Belo Horizonte. A questão toda é data. Eu não consegui falar com a pessoa. E eu acho que se for pelo CEAS, ela deveria mandar um ofício oficial... um convite oficial aqui para o CEAS, que aí eu iria pelo CEAS, mas de acordo com a data, né? Aí só aproveitando o que a Ludmilla falou, gente, dia 13 de novembro, eu até pedi à Edlene para postar, aí ela só postou o convite, mas eu vou explicar, a SEDESE está fazendo o 1º Seminário sobre os Direitos da Pessoa Idosa, institucionalizada e/ou não institucionalizada. Então, eu queria convidar todos os conselheiros para estarem lá, Luizão, para a

gente discutir sobre essa política, a Política da Pessoa Idosa, quais são os direitos que a gente pode garantir para o nosso usuário. Porque quando a gente fala assim: “Ah, Política da Pessoa Idosa”, não, é um usuário da assistência social que está dentro da Política de Assistência Social. Então, a SEDESE organizou o 1º Seminário Estadual sobre a Pessoa Idosa. Então, eu queria que nós nos organizássemos para estarmos lá. **Luiz, Armi:** ARMI, Luiz. Na verdade, tem data. Será dia 29/10, a partir das 13h. Então, eu acho que é totalmente inviável, já que hoje já é 24, né? Mas a data, sim... hein, Rosa, eu te encaminhei também a data, viu? **Rosalice, Cmssvp** Ah! **Luiz, Armi:** Acho que você não conseguiu visualizar, mas eu te encaminhei a data. Será no dia 29/10, a partir das 13h. É 29/10? É. Semana que vem. **Marcelo, OAB:** Conselheiros, a proposta para este... para indicação de palestrante para este... lá para o Conselho Municipal no dia... de Abre Campo no dia 29/10. Algum conselheiro teria disponibilidade para poder estar lá em Abre Campo, para conversar com o Conselho Municipal da Pessoa Idosa? Abre Campo fica quatro horas de Belo Horizonte. Não tendo. **Elder, Sedese:** É 29/10. **Marcelo, OAB:** É 29/10. Quinta-feira que vem, gente! ... Não temos? Então, enviar uma correspondência para o conselho dizendo da impossibilidade de participação... Só um instante. Qual é o horário? Às 13h. **Marcelo, OAB:** É 13h? Às 13h. **Érica, Sedese:** Se for... Érica, SEDESE. Se tiver algum tempo para poder responder... Por quê? No dia 29 eu vou ter uma visita no município de Santo Antônio do Grama, que é metade... não é metade do caminho, quase chegando lá. Então, pode... É de manhã lá. Então, pode ser que eu consiga atender à tarde, dependendo... né, se tiver como combinar com eles, e ver quanto tempo vai durar, porque eu também tenho que calcular o período de volta, porque Abre Campo é da regional Timóteo, tá, gente? **Marcelo, OAB:** Tá. Érica... Marcelo, OAB. Érica, nós podemos decidir pela sua ida, mas aí você entra em negociação com o município, em ambos os municípios, né, para você poder participar. Pode ser assim? **Érica, Sedese:** Érica, SEDESE. Sim, com a condição de ver se eu consigo atender. Eu tenho um contato lá da gestora, das meninas de Abre Campo. Eu posso verificar com elas e fazer essa interlocução. E caso seja negativo, eu já aviso para elas que, tipo, assim, se eu não conseguir, mais ninguém aqui do CEAS consegue. Tudo bem? **Marcelo, OAB:** Pode ser assim, conselheiros? **Elder, Sedese:** Pode. **Marcelo, OAB:** Então, favoráveis à ida da nossa conselheira Érica para atender o município de Abre Campo. Muito obrigado. Contrários? Abstenção? Aprovada então a ida da nossa conselheira, com as condições que ela apontou aqui neste momento. Próximo ponto é homologação da ata de eleição de delegados para a Conferência Nacional, ato de eleição de delegados homologado pelo Conselho Estadual. Conselheiros, isso está como modelo ou já tem ali oficial? ... Já tem. **Marcelo, OAB:** Isso já é oficial? Porque está escrito “modelo”... Vai fazer alteração... Hâ? É, está com alguns espaços vazios, aí eu não sei. É porque teve o modelo para a gente refazer o modelo deles. Aí a gente só está... Ah, sim. É, justamente. Eu me recordei. Marcelo, OAB. Nós fizemos a nossa resolução com a ata da homologação da eleição de

delegados, e aí posteriormente o CNAS encaminhou o material com os modelos, para que fosse feito de forma... para que todos os conselhos estaduais pudessem fazer de forma igual. Mas esse material foi enviado para todos os conselheiros. Todos os conselheiros tiveram a oportunidade de leitura desse material? Eu falo isso porque é um material... é uma leitura com nomes e... mas eu vou fazer a leitura. É porque eu pensei, eu pensei que se todos já tivessem lido e dessem condições para a gente aprovar a resolução que foi encaminhada para todos os conselheiros para leitura, se todos já tiveram feito a leitura, talvez fosse desnecessária a leitura neste momento. Entretanto, como eu vejo o silêncio, eu pulo somente nomes, ok? [Por favor, levanta só um pouquinho.] “Ata de homologação da eleição de delegados para a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, realizada pelo Conselho Estadual de Assistência Social. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais reuniu-se no dia 24/10...” [Podia aumentar a letra, por favor?] “Tendo em sua pauta a homologação dos e das delegadas eleitas no dia 8/10/2025, em eleição ocorrida no turno...”. Aí ficou ruim, hein? Pode diminuir um pouco. Pode diminuir. Vai ser o jeito. Qualquer coisa lê daí(F)... “Ocorrida no turno da 14ª Conferência Estadual de Minas Gerais. Neste momento, a Conferência Estadual procedeu-se à eleição dos delegados do estado para participação na 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, que ocorrerá no período de 6 a 9 de dezembro de 2025, em Brasília. A eleição ocorreu em conformidade com o Regimento Interno da Conferência Estadual de Assistência Social, tendo sido eleitos... Resultado do processo eleitoral para a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social”, e aí os nomes me permitam não fazer a leitura. Os delegados do governo, delegados da sociedade civil, usuários titulares, delegados trabalhadores titulares, trabalhadores suplentes, delegados titulares de entidades e delegados suplentes de entidades. “A partir desta informação, este Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais conferiu a documentação das e dos delegados eleitos e eleitas para insecção(F) no SISConferência, conforme modelo divulgado no Informe CNAS 07/2025, comprobatórios de vinculação de cada delegado, cada delegada, com o Sistema Único de Assistência Social, conforme requerido no Item 5 da referida ficha de inscrição. Concluído este ponto de pauta, a coordenadora desta reunião agradeceu a participação de todos. Nada mais havendo a tratar sobre esse assunto, lavrou-se a presente Ata, que, lida e aprovada, foi assinada por quem de direito. Presidente do Conselho Estadual, secretária-executiva do Conselho Estadual de Minas Gerais”. Lais, CMAS. Em discussão. **Laís, Cmas de Ipatinga:** Lais, CMAS Ipatinga. Tem umas lacunas lá em cima que vocês esqueceram de preencher. Outra coisa: a documentação, ela foi conferida de todos os delegados que estão aí? **Elder, Sedese:** a documentação? **Laís, Cmas de Ipatinga:** Não, eu estou perguntando se a documentação foi conferida. Não estou falando que é de acordo com a ficha, não. Eles têm que mandar uma documentação para vocês... É verdade. Vocês conferiram essa documentação? É isso que eu estou querendo saber. É porque a gente (ininteligível). **Marcelo, OAB:** Microfone, por favor. Bia ou Edlene. **Beatriz,**

Secretaria Executiva: Beatriz, Secretaria Executiva. Nós entramos em contato com todos os delegados que foram eleitos e solicitamos a documentação de acordo com o que o CNAS solicitou com cada segmento, né? Então, trabalhador, ele tem que enviar a documentação que comprova, o usuário tem que enviar o cadastro lá... Cadastro Único ou que... uma declaração. Então, a gente fez esse contato com cada delegado que foi eleito solicitando essa documentação. Essa documentação, ela tem chegado para a gente por e-mail. Nós estamos fazendo... inserindo essa documentação no sistema. Quem vai fazer a análise dessa documentação é o CNAS, porque não temos esse tempo hábil de fazer essa análise. Quando a pessoa manda para a gente a documentação, a gente verifica, a gente já pede o que tem que ser mandado, ele manda para a gente, a gente faz a inserção no sistema. O CNAS, ele vai fazer essa conferência posteriormente, a partir do dia 30. **Elder, Sedese:** Obrigado. Mais alguma ponderação, gente? Quer falar? **Laís, Cmas de Ipatinga:** As lacunas (ininteligível). **Elder, Sedese:** Ok? Podemos caminhar para a votação então? Vamos caminhar para votação... Você vai falar? Votação. Conselheiros que aprovam a ata de eleição para a Conferência Nacional se manifestem, por favor. Conselheiros que reprovam? Abstenções? Ok, Aprovado. Próximo ponto. Próximo ponto, resolução que publica as deliberações da 16^a — está 15^a ali, mas é 16^a — Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. Oi. [Aumenta um pouquinho para eu conseguir ler.] Então, resolução CEAS. “Publica as deliberações da 16^a Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais”. Eu vou pular os considerandos. “Art. 1º: Publicar as deliberações da 16^a Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, realizada nos dias 7, 8 e 9 de outubro de 2025, com o tema 20 Anos do SUAS: construção, proteção social e resistência, conforme Anexo Único. Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação”. [Aí desce.] Imagino que vai ter o anexo com as resoluções. Temos as propostas. As resoluções não, desculpa; as deliberações. Temos as propostas de deliberação para o estado que foram aprovadas na conferência. Precisa ler? Querem que leia cada um? Sim. **Elder, Sedese:** Tá bom. Então vamos lá. “Propostas para a União”. [Sobe um pouquinho.] “Eixo 1, Universalização do SUAS: acesso integral com equidade e respeito às diversidades. Proposta 1: garantir o financiamento para expansão e estruturação da rede de serviços socioassistenciais, com foco na criação e fortalecimento de CRAS e CREAS em áreas de baixa cobertura, especialmente em territórios rurais e remotos, assegurando os recursos financeiros, humanos e materiais para implantação de unidades móveis. Proposta 2: criar...” Oi? Está, está errado ali. Tem que consertar. Está como? Estruturação. Só corrigir ali, por favor. “Proposta 2: criar, fortalecer e garantir o acesso aos serviços, programas e projetos socioassistenciais, com foco em populações específicas, como pessoas em situação de rua, povos e comunidades tradicionais, pessoas negras, migrantes, refugiados, pessoas idosas, mulheres, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, profissionais do sexo, pessoas LGBTQIA+, para garantir a proteção social. Eixo 2, Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS: inovação e

gestão descentralizada e valorização. Aprovar e implementar o piso salarial nacional para os trabalhadores do SUAS de todos os níveis de escolaridade, tipos de contrato, garantindo remuneração compatível com suas atribuições e previsão de adicional de periculosidade e insalubridade. Dois: revisar a NOB-RH do SUAS para ampliar e adequar o número de profissionais das equipes de referência da rede socioassistencial, de acordo com o porte populacional e as demandas identificadas pela vigilância socioassistencial e prever a carga horária dos profissionais. Eixo 3, Integração de benefícios e serviços socioassistenciais: Fortalecendo a proteção social. Um: revisar os critérios de elegibilidade do valor de renda per capita para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e ao programa Bolsa-Família, visando ampliar o alcance dos benefícios. Dois: criar um sistema nacional de informações que integre o Cadastro Único, o Prontuário SUAS e outros bancos de dados de políticas públicas, como saúde, educação e trabalho. Eixo 4, Gestão Democrática, Informação e Comunicação Transparente: fortalecendo a participação social. Um: revisar a composição do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para ampliar a representatividade da sociedade civil e garantir maior autonomia ao controle social, com representatividade de 25% para cada segmento. Dois: fortalecer o pacto federativo para que o SUAS se consolide em todos os territórios, considerando as especificidades locais e as desigualdades regionais. Eixo 5, Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS. Um: assegurar a vinculação de no mínimo 1% da receita corrente líquida no orçamento federal para assistência social, com a aprovação da PEC 383/2017. Dois: aprovar o piso salarial nacional para os trabalhadores do SUAS, conforme propõe o PL 5.874/23, garantindo a valorização profissional e equidade salarial e a promoção de garantias dignas de trabalho em todo o território nacional". Então, essas são as propostas de deliberação que vão para a Conferência Nacional que foram aprovadas na nossa Conferência Estadual. Agora eu vou ler as deliberações para o estado. "Eixo 1, Universalização do SUAS: acesso integral com equidade e respeito às diversidades. Um: apoiar e cofinanciar a implantação e a construção de novas unidades de CRAS e CREAS municipais em áreas de alta vulnerabilidade e em municípios de pequeno porte, garantindo a ampliação da rede de atendimento com pessoal qualificado para a oferta dos serviços. Dois: ampliar e garantir a aquisição de veículos adaptados e apropriados para as unidades do SUAS e equipes volantes para realização de atendimentos em todas as áreas rurais de difícil acesso, na busca ativa, especialmente de povos e comunidades tradicionais. Três: ampliar e cofinanciar a oferta de serviços de proteção básica, em especial... e especial de média complexidade para a população idosa, com a criação de centros de convivência, Centros-Dias e o serviço de PSB no domicílio em todos os municípios. Eixo 2, Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS: inovação e gestão descentralizada e valorização. Um: regulamentar o piso salarial dos trabalhadores do SUAS em âmbito estadual. Dois: oferecer e garantir a participação em ações de educação permanente para os gestores e trabalhadores de toda a rede

socioassistencial, de todas as esferas, para a qualificação da gestão do SUAS e para aprimoramento da oferta dos serviços, preferencialmente presenciais, e com foco na realidade e nas demandas dos municípios identificadas por meio da Vigilância Socioassistencial. Três: garantir o apoio técnico e financeiro para estruturação das equipes de referência e promover a valorização do trabalhador do SUAS para a remuneração adequada e melhores condições de trabalho. Eixo 3, Integração de Benefícios e Serviços Socioassistenciais: fortalecendo a proteção social. Um: garantir o cofinanciamento estadual para implantar e expandir os serviços tipificados, em especial o serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas, unidades de acolhimento, Centros-POP e serviços de proteção em situação de calamidade pública e emergência. Dois: reajustar e aumentar o valor em 25% do cofinanciamento estadual pelos serviços socioassistenciais, garantindo a sustentabilidade e expansão da rede de atendimento. Três: garantir atendimento especializado com profissionais elencados na NOB-RH SUAS à população idosa, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, promovendo convivência, inclusão digital, acessibilidade, transporte e combate à violência. Eixo 4, Gestão Democrática, Informação e Comunicação Transparente: fortalecendo a participação social. Um: garantir e promover educação permanente de trabalhadores, conselheiros, usuários do SUAS, movimentos e organizações de assistência social e sociedade civil para fortalecer a participação social e aprimorar a gestão democrática do sistema. Dois: criar e manter sistema integrado de informação estadual que consolide dados sobre o SUAS e realização de estudos e pesquisas sobre assistência social para subsidiar o diagnóstico, o planejamento, a qualificação e o monitoramento das ações do controle social. Três: implementar e fortalecer canais permanentes e ações de comunicação para a população, assegurando a divulgação contínua e acessível de informações sobre o SUAS, com materiais em linguagem simples e formatos inclusivos, garantindo que a comunicação chegue efetivamente a todos os territórios e públicos. Eixo 5, Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS. Um: aumentar o valor do financiamento estadual regular automático para os municípios, garantindo em lei o mínimo de 1% da receita corrente líquida para as ações e serviços de assistência social. Dois: aumentar o valor do repasse do cofinanciamento estadual de forma regular e automática para os municípios, garantindo para o Fundo Estadual de Assistência Social 30% do Fundo de Erradicação da Miséria (FEM) para a sustentabilidade de serviços e o reajuste dos valores. Três: destinar recursos financeiros específicos para a construção, reforma e ampliação das unidades do SUAS, adequando as estruturas físicas às necessidades da população usuária e às demandas dos serviços socioassistenciais". Acabou. Podemos colocar para votação. Alguém tem alguma dúvida?

Marcelo, OAB: Marcelo, OAB. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Favoráveis a esta resolução, levantem o crachá. Obrigado. Contrários? Abstenção? Aprovada. Quem é agora?... O João e a Gabi chegaram... E a gente também pediu um ponto de pauta. ... Vamos com

calma, gente, Tudo vai dar certo. Essa aqui que é a resolução. É. **Elder, Sedese:** É. **Marcelo, OAB:** Você acabou de ler então. **Elder, Sedese:** Exatamente. **Marcelo, OAB:** A homologação da ata também já... Conselheiros, o outro ponto é a reunião plenária de dezembro de 2025. Pelo nosso processo eleitoral, pela resolução, nós temos a nossa plenária nos dias 11 e 12 de dezembro, e... onde é que está esse ponto...Estava aqui. Não? Então, desculpa, conselheiros. Eu não fiz a... na hora da inclusão de pauta, eu deixei de fazer a leitura deste ponto de pauta, que é a reunião plenária de dezembro de 2025, o curso para os novos conselheiros e a posse, né, e a ida dos delegados do CEAS para a Conferência Nacional. Então, esses pontos é que ficaram... Eu não fiz a leitura naquele momento, mas eu posso deixar para o mês que vem, se vocês quiserem... Queremos... Também. **Marcelo, OAB:** Talvez a gente não consiga formas para levar os delegados para a conferência, levando em consideração o tempo, né, Elder? **Elder, Sedese:** É. **Marcelo, OAB:** Reunião plenária de dezembro. Então, eu estava dizendo, dias 11 e 12... está marcada a nossa plenária para os dias 11 e 12 de dezembro. **Elder, Sedese:** Hâ! **Marcelo, OAB:** Nós já recebemos um comunicado. É porque essa plenária seria... mas seria um pouco para a frente. Aí nós tivemos de voltar essa plenária para essa data, mas essa casa, a Casa dos Direitos Humanos não tem este dia aqui para a gente, e aí nós estamos tentando lá no... aqui na UAI, para a gente fazer a nossa plenária neste dia. O que seria esta plenária? Na verdade, nós teremos que dar, né... Aí nós estamos conversando também para que no dia 10 possa ser o curso para os novos conselheiros. No dia 10, o curso para os novos conselheiros e também para todo o Conselho Estadual, porque a gente está tentando trazer uma pessoa que vai ser muito importante, que todos nós possamos participar, dada a qualificação e a competência dessa pessoa, vai contribuir muito para o nosso crescimento. Não é eu, não... Não é eu, não. Marcelo... E só... deixa eu só encerrar aqui a pauta. Então, no dia 10 os novos conselheiros, nos dias 11 e 12, a nossa plenária com a posse dos novos conselheiros, ok? Então, nesse primeiro ponto inscritos Patricia, Leon, Ludmilla. **Patrícia Feapaes:** Patricia, FEAPAES. Eu queria lembrar, e eu acho que reforçar, que na próxima mesa do conselho a gente tem pessoas com diversas deficiências. E faz parte **Patricia, Feapaes:** Não, mas é por causa da capacitação em si, né? De a gente... além de o local ter uma acessibilidade, eu vou precisar do intérprete de Libras, eu vou precisar do Braille e de uma descrição e a questão de adaptação também. Adaptação não é só intérprete de Libras, nem só o Braille. Para a pessoa com deficiência visual... para ele assinar, eu tenho que ter uma (ininteligível), né? Eu tenho então que ter outras adaptações, eu tenho que garantir a acessibilidade. Acho que a gente faltou com algumas acessibilidades na conferência e a gente não pode deixar a partir de agora. **Marcelo, OAB:** Muito obrigado, Patricia. Leon. **Wellington, Fmldusuas:** Wellington, Leon, FMLDUSUAS. Na verdade, isso daí é um grande desafio em um todo para a próxima gestão. Enfim, me traz uma preocupação essa questão, até mesmo porque a gente não sabe os horários de vinda, porque nós

estaremos no meio de um trânsito aí da Conferência Nacional, né? Eu não sei se há alguma possibilidade de alteração dessa data da conferência e a posse, né, do... conferência, não, gente, desculpa. A plenária e a posse, né? Uma vez que até mesmo o CNAS disponibiliza o retorno ou, no entanto, estadia até o dia 10 de dezembro. **Marcelo, OAB:** É. Quem é a próxima? É Ludmilla. **Ludmilla, Cress:** Ludmilla, CRESS. A minha colocação vai de encontro... ao encontro do que a Patricia traz, porque me preocupa... quando buscarmos um local para fazer essa plenária de posse, que a gente veja a questão da acessibilidade, né, pensando que, como ela trouxe, tem a questão de um novo conselheiro com deficiência visual, com deficiência auditiva e também temos um conselheiro cadeirante. Então a gente tem que verificar que o local garanta todos esses acessos e condições de participação efetiva. **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. Nessa linha também, eu queria sugerir que a Secretaria Executiva faça contato com essas três pessoas para entender, porque, assim, a gente está falando aqui de garantir condições. Falo por mim, eu não sei quais são essas condições. Então, é importante entrar em contato com essas três pessoas, esses três conselheiros novos e que faça um levantamento do que precisa, até para que a Secretaria Executiva, a SEDESE e nós, enquanto CEAS, possamos providenciar, porque uma coisa é a gente falar “condições”. Mas quais são as condições? Eu não sei. Então, assim, eu acho que era importante deixar isso registrado, e que se faça esse contato e que se tenha esse retorno registrado para que a gente possa garantir todas essas condições. A minha sugestão é essa... Minimamente uma cadeira não passa (ininteligível). **Elder, Sedese:** É. **Marcelo, OAB:** Ok, gente. Bom, muito bem. A forma e o como a gente vai ter que ver depois, né? Pois não. ... **Roberta, Sedese:** Roberta, SEDESE. Gente, eu acho que é importante destacar aqui que atualmente, né, a gente não tem contratos e tudo que dão subsídio para essa acessibilidade. Então, acho que é da mais alta urgência que o CEAS se organize, a Secretaria Executiva faça solicitações, instrução processual, para que possa ser feita aquisição ou contratação de serviços que forem necessários nesse contexto. A contratação, né, no... as contratações públicas não são de um dia para o outro. A gente já está... né, assim, já está para muito além dos prazos necessários, mas acho que a gente precisa priorizar e tentar ‘sanear’ isso da melhor forma possível. **Simone, CFR:** Simone, Coletivo Flores de Resistência. Eu acho que é por isso que a gente está trazendo. Foi até um ponto que a gente levantou ontem, que tudo tem um prazo, né? Só que os delegados foram... os conselheiros foram eleitos com as dificuldades deles, e que esse CEAS tem que aportar, né? Então... ou seja, trazendo aqui, a gente tem uma pessoa que é lá de Poços de Caldas que é um cadeirante, então a gente já sabe, né? Hoje, na situação real de hoje, como é que ele subiria? A gente tem o Bruno, que é um deficiente visual, e faltou apoio, ficou nas costas de vários conselheiros lá na conferência, a ponto de ele ser guiado por um cadeirante. Eu presenciei, e acredito que vocês também. O cadeirante guiando porque não teve um suporte... E aí, desculpa até o que eu vou dizer, faltou tanto empenho que quase que ele não ia lá nem

para ser eleito, sabe, porque nem a diária dele caiu... **Simone, CFR:** E aí eu vou dizer para vocês aqui que eu... né, já até mandei mensagem para ele falando que eu ia relatar isso, eu emprestei o dinheiro para ele, porque senão ele não conseguiria chegar a participar da conferência. Porque não foi cuidado, sabe? Essa é a palavra. Não foi cuidada a participação desde lá da inscrição, quando ele começou o processo. Isso não foi cuidado. Então... ou seja, ele teve a garantia, e não é mérito meu, sabe, não estou falando isso como mérito, estou falando só de onde está sendo esse cuidado. Então, quando a gente está trazendo esse ponto aqui, é para que hoje a gente já delibere que já faça a contratação, faça o levantamento, porque a gente já sabe que é esse cenário. Vamos esperar chegar novembro para... chegar dezembro? Então... ou seja, a gente tem um mês e pouco aí, que já dá para poder começar a conversar. Então, eu gostaria muito, presidente, que isso aqui... Eu sei que todas as matérias aqui são importantes, mas a gente está falando de um direito, e esse direito tem que ser garantido. Não dá para a gente rir(F) de subir uma escada, e fico imaginando se fosse um dos meus companheiros. Como é que eles chegariam aqui em cima? Isso é muito sério e muito grave. E aí, vamos responder para eles na próxima capacitação ou no próximo pleno: "Você fica lá embaixo, vamos fazer chamada de vídeo"? Pode ser isso. Que é até um ponto que a sociedade civil pede, né, o Ponto 9 aí, que eu vou continuar falando sobre isso. **Marcelo, OAB:** Quem está inscrito próximo? Agora é Cristiane. Cristiane, depois Isac. **Cristiane, Cmas de Campanha:** Com relação a essa possibilidade da reunião na UAI, lembrando que a gente teve um mês que precisou de alteração, o equipamento não poderia ser levado para lá também. Então, às vezes não só o espaço lá; é tentar com o equipamento... Porque não adianta conseguir o espaço e o equipamento para gravar a plenária não estar disponível... **Marcelo, OAB:** Só um minuto. Andrezza, depois Isac. **Andrezza, Lijjr:** Andrezza, Lar dos Idosos José Justino da Rocha. Eu só queria deixar registrado aqui essa questão da acessibilidade, porque eu tive muita dificuldade de subir ontem, hoje também, as meninas que me acompanharam, Ludmilla estava até do meu lado, nós tivemos que parar um pouco para eu poder subir. Eu não falo somente da minha dificuldade, mas da dificuldade em geral, da garantia à acessibilidade. **Isac, Ccqamrd:** Iasc, Comissão de Quilombolas do Rio Doce. Quero fazer coro com os colegas, principalmente na fala da Simone aí, dessas situações, né, com... o que no momento da conferência era um candidato ao pleito do CEAS, um participante convidado e que o CEAS deveria garantir a participação e que agora vai ser conselheiro, essas dores que foram passadas, a pessoa em questão, ela conversou muito com a gente. Então, assim, não é uma novidade o que a gente está trazendo. E eu sou... eu me recordo, né, do tempo que a gente está discutindo a localização do CEAS, as questões de estrutura que têm esse prédio, a necessidade de um outro espaço para o CEAS que seja central e que seja acessível, e a gente, na plenária, discutiu várias vezes, deliberou várias vezes, e não foi resolvido, né? Então, assim, a gente precisa muito que as questões de acessibilidade, elas sejam resolvidas. Concordo com a necessidade de entrar em contato

com esses conselheiros para ver quais são as necessidades deles de fato, para que sejam providenciadas as contratações que forem necessárias em tempo de eles tomarem posse já com a garantia de condições para ter uma participação efetiva... Presidente, esse ponto. Da acessibilidade? Podia fazer lá em cima, né? Aí ele mandou (ininteligível). pagar o transporte... Vou mandar na sociedade civil.: Não, mas pede para (ininteligível) para abrir ali agora... O Bruno, o novo conselheiro, ele mandou um ofício... Consegue olhar para a gente... Ele mandou um ofício aí para vocês. Qualquer coisa eu estou com ele aqui também. **Marcelo, OAB:** Conselheiros, bom, a Edlene está nos lembrando aqui que também foi discutido na plenária, caso a gente não conseguisse o 11 e 12 lá na UAI, nós iríamos... isso foi... consultou da nossa reunião da Mesa Diretora, nós iríamos tentar 18 e 19 de dezembro ou 15 e 16. Quinze e 16 é segunda e terça, 18 e 19 é... 18 e 19, quinta e sexta... Quinta e sexta... Então, ela ia tentar... ela está tentando junto à Casa dos Direitos Humanos essas três opções. Então vai ficar sobreaviso os conselheiros essas três opções de datas, e serão informados... Se considerarmos... Só um instante. Se considerarmos que o 11 e o 12 é a data que a Casa dos Direitos Humanos tem, a gente estava conversando aqui, eu... em um primeiro momento, eu e o Elder, de fazermos no dia 11 a reunião com os novos conselheiros e a capacitação, no dia 11, e no dia 12 a plenária de posse... É 18 e 19? **Marcelo, OAB:** É 11 e 12... É 11 e 12... Isso por quê? Nós estaremos voltando de Brasília no dia 10 da Conferência Nacional, né? Então, a ideia é: no dia 11, o curso para os novos conselheiros, e no dia 12, a plenária. Não teríamos reunião de comissões nesta plenária. Se por um acaso não conseguirmos os dias 11 e 12 na Casa dos Direitos... na casa... na UAI, nós vamos tentar em um... de preferência, 18 e 19, que é quinta e sexta, e em um segundo momento, os dias 15 e 16, ok? Então, esse é o que está sendo proposto. Além disso, além disso, a nossa secretária Érica também estava lembrando que na gestão anterior, nós, que tomamos posse para este mandato... a plenária foi... foi feita uma plenária virtual, a posse foi dada em uma plenária virtual, e o curso foi feito em janeiro ou fevereiro, não sei. Em janeiro, no final de janeiro, alguma coisa assim. Então, são esses pontos que estão aí para serem discutidos. O que nós precisamos tentar verificar são essas datas que a gente apontou, tá bom? Leon. **Wellington, Fmldusuas:** Wellington, Leon, FMLDUSUAS. Eu queria também chamar aí a sensibilidade deste conselho na participação, né, não só enquanto a minha pessoa, mas também todos aqueles que necessitam de transporte rodoviário, lembrando que na sexta, dia 19, é um fim de semana que antecede o Natal. Então, já participei de compromissos aqui em Belo Horizonte, e foi, literalmente, uma tragédia, que eu demorei quase um dia... quase 24 horas para poder chegar na minha casa. Então, em média que seria 12 horas, eu demorei 24 horas para poder chegar na minha casa. Então, se for o início da semana, para melhor e, consequentemente, acredito que a maior parte daqueles que fazem o uso do transporte rodoviário. **Marcelo, OAB:** Quem está inscrito? Rosa. **Rosalice, Cmssvp:** Presidente... Rosa, Conselho Metropolitano. Eu queria dar a sugestão também para a Secretaria

Executiva, que se for o caso, se não tiver na UAI, o Conselho Estadual de Educação. Parece que esse plenário já fez uma plenária lá. Lá é um lugar com toda a acessibilidade física, né, e eu acho que seria uma sugestão também. Se a gente pudesse consultar o Conselho Estadual da Educação, seria uma outra alternativa para nós. **Marcelo, OAB:** É, se nós considerarmos então... se nós considerarmos... Marcelo, OAB. Luizão, por favor. **Luiz, Armi:** Não, só dizer que na plenária de dezembro, essas datas iniciais, 10, 11, 12, não há nenhum... assim, a minha participação está garantida. Agora, se for nessas outras datas aí, 16, 15 em diante, aí não tem... não há possibilidade da minha participação, porque é formatura da esposa, e aí já viu, né? Sem chance. Então, eu gostaria muito... Que fosse nessa data aí, entre os dias 10, 11, 12. Essa primeira data aí seria muito bacana para a gente. **Simone, CFR:** Simone, Coletivo Flores de Resistência. Eu só também queria reforçar, presidente, que fosse uma transição presencial, acho que é muito importante, e também o que já foi alegado para a gente anteriormente, que janeiro nunca tem dinheiro, né? A gente não tem que pensar nesse detalhe, que não tem dinheiro em janeiro? Então a gente vai prolongar isso por qual motivo? **Marcelo, OAB:** Bom... Pois não. **Rosalice, Cmssvp:** Rosa, Conselho Metropolitano. Mais sugestões, tá, gente? A PUC, a PUC Coração Eucarístico, ela abre as portas muito para Política de Assistência Social, né? A gente já faz muitas reuniões lá. É interessante, o espaço é acessível. A PUC Coração Eucarístico. E também a Estácio de Sá, aqui no Centro. O Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Belo Horizonte está com uma parceria, algumas reuniões estão sendo feitas lá, e lá a acessibilidade é excelente. São duas... são mais opções, porque... para a gente não se prender só à UAI. Então, a PUC Coração Eucarístico, é excelente o espaço lá, e a Estácio de Sá. **Wellington, Fmldusuas:** Wellington, FMLDUSUAS. Lembrando que uma das falas aqui foi a respeito da região central, né, principalmente para aqueles usuários que estão vindo pela primeira vez, né, para tomar posse e tudo mais. Aí como sugestão também, eu falo sobre a secretaria de Educação. **Wellington, Fmaldusuas:** Não. Secretaria de Segurança Alimentar, que é bem aqui na Afonso Pena, e eles têm dois auditórios com toda acessibilidade, com ar-condicionado e tudo mais. Falo isso porque... dada a necessidade do tempo presente, não só da minha pessoa como outras pessoas referentes aqui ao prédio, o CONSEA, que é o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, tem feito as reuniões plenárias. **Marcelo, OAB:** Tá. Eu agradeço a contribuição... Acabou. Acabou. **Marcelo, OAB:** Bom, eu agradeço então a contribuição de todos os conselheiros e conselheiras. Nós... a Secretaria Executiva, na pessoa das meninas que estão aqui e do Denilson, tem um dever de casa para fazer, né, para tentar essas preferências, né? Se nós tivermos condições de fazer ou na Secretaria de Educação, ou lá na secretaria do CONSEA, onde o CONSEA reúne, né, de preferência a esses locais porque tem acessibilidade, estão em um lugar bem acessível e próximo, né... Mas então nós vamos deixar... Conselheiros, por favor. Nós vamos deixar então definido os dias 11 e 12, sendo 11 para o curso e 12 para a plenária com a posse dos conselheiros. Nestes dias

11 e 12 então nós não teríamos reunião de comissões, a não ser que tenhamos algo que não podemos deixar, e aí a gente decide no dia 11, na plenária, o tema que for ser discutido, tá bom? Isac.

Isac,Ccqamrd: Isac, Comissão de Quilombolas do Rio Doce. Só lembrando, presidente, que não tem as reuniões das comissões, mas é importantíssima a reunião do segmento antes da plenária. É.

Marcelo, OAB: Ok? No dia 11, o curso... eu acredito que esse curso não deve demandar... no curso não deve demandar um dia todo. Nós vamos ter que verificar com a palestrante que viria para contribuir no processo se... qual seria a preferência dela, de manhã ou de tarde. Para nós, nós vamos estar o dia inteiro, então o... se ela preferir pela manhã, na parte da tarde os segmentos, ok? Ok. Ok. Podemos fechar assim, gente? Sim. Sim. Com mais um ponto, com mais uma pequena questão: caso não consigamos 11 e 12, não é, nós vamos... atendendo até uma situação apontada pelo Leon, nós tentaríamos segunda e terça, que seria... Perdão aqui, eu perdi o dia. Quinze e 16. Seria 15 e 16. Em última hipótese, 18 e 19. Só para ficar, assim... a gente ficar com essas três datas mais ou menos preparadas, ok? Favoráveis então a este encaminhamento, levantem o crachá, por favor. Muito obrigado. Contrários? Abstenção? Aprovada. Então, eu conclamo aqui a nossa Secretaria Executiva para correr atrás e nos dar uma posição o mais rápido possível. Muito obrigado. Eu acho que essa discussão nos leva para o ponto de pauta que nós pedimos, porque é na mesma linha. Na mesma linha. ... É. É que aí eu estou seguindo o ponto aqui. Vai chegar no seu. Não. Mas, já entrou no assunto... Por favor, o ponto de pauta é infraestrutura

Simone, CFR: Simone, Coletivo Flores de Resistência. A gente, né, a sociedade civil pediu um ponto de pauta. Eu acho que a gente já começou até a colocar um pouco aqui sobre as condições desse conselho, apesar que eu acho que a gente também teria que aproveitar a Mariana quando ela estivesse aqui. Também acho... É, por isso que eu... assim, Ludmilla, eu acho que é muito importante, mas eu queria fazer uma sugestão também. A gente... a secretaria recebeu um ofício do próximo candidato... do próximo conselheiro falando um pouco da acessibilidade, e eu gostaria muito que a gente lesse esse ofício para que vocês entendam que não é uma coisa só desse conselho, né? ... É. Aí fica a critério. Então... ou seja... Então vamos trocar, vamos colocar a Gabi e o João, né? Então, presidente, conduz.

Marcelo, OAB: É porque antes de Gabi, eu tenho aqui esse outro ponto, aqui, né? **Simone, CFR:** Ah! **Marcelo,OAB:** Gente... Gente, está chegando o Natal, então vamos com paz, né, vamos caminhando aqui com tranquilidade. Eu tinha colocado justamente esse ponto, infraestrutura física do CEAS, para o final porque o último ponto a Mariana estaria presente, e este ponto seria para que ela estivesse presente. O próximo ponto, que é o... é a ida dos delegados do CEAS para a Conferência Nacional.

Elder, Sedese: Esse ponto também a Mariana.

Marcelo,OAB: A Mariana também vai estar presente. É. Então nem vou iniciar a fala.

sugestão. Próximo ponto.

Ludmilla, Cress: Presidente.

Marcelo,OAB: Então com o microfone, por favor.

Ludmilla, Cress: Ludmilla, CRESS. Só tenho uma dúvida: qual é a previsão de chegada da

Mariana, uma vez que... Agora? Porque minha preocupação é a gente esgotar o ponto com o João Paulo e a Gabrielle, né? Mas já tem a previsão. É porque não foi informado. Obrigada. **Simone, CFR:** Simone, Coletivo Flores de Resistência. Lembrando também que a sociedade civil, ela precisa de um ponto de pauta, não sei se foi colocado aqui, que eu me perdi, junto com o COGEMAS... Ah, o Marcelo que ia colocar, né, Marcelo? É, a gente... a sociedade civil pediu um ponto de pauta junto com a Juliana, representante do COGEMAS, por... antes dessa conversa que vai fazer com a Mariana... Mas, Marcelo, acho que você esqueceu de colocar. Não, ele ia pedir na hora. Ah, tá. Porque ontem nós pedimos... **Marcelo,OAB::** Ok. Vamos lá, vamos com calma. Gente, o que está acontecendo hoje? É, hoje a turma está... É, é. Bom, conselheiros, conselheiros e conselheiras, vamos lá. Tem o ponto de pauta aqui... Ontem, na reunião da comissão, ontem, na reunião... Marcelo, OAB. Ontem, na reunião da comissão conjunta, foi apresentada uma proposta de ida dos delegados para a Conferência Nacional e que... e a forma como se daria a participação do estado no repasse de recursos para os conselhos municipais... para os municípios. A sociedade civil se reuniu e, diante da fala do COGEMAS na plenária, a sociedade civil entendeu que seria importante sentar com o COGEMAS para que pudesse entender qual é o entendimento que o COGEMAS tem com os municípios nesse diálogo. Então, foi isso que foi discutido, de uma forma bem transparente, de uma forma bem democrática. Passou por aqui. Nós, através da conselheira Ludmilla, dialogamos com... mandamos uma mensagem para o COGEMAS para que pudéssemos reunir. Então, nós estamos aqui depois para verificar a viabilidade desta conversa. E aí, depois o COGEMAS verifica se é viável, se é possível. Se não for possível, ok. Mas, de qualquer forma, tem essa solicitação da sociedade civil, e aí seria um prazo de cinco, 10 minutos para poder conversar com o COGEMAS. E aí, a proposta então que foi demandada é que isso viesse antes da homologação da... antes da deliberação dessa pauta. Próximo ponto de pauta, e aí eu convido Gabi para poder falar com a gente sobre o projeto estadual de fortalecimento do SUAS. Fica à vontade aqui no meu lugar. **Gabriele, Sedese:** Bom dia, pessoal. Ontem a gente já discutiu esse ponto, a gente apresentou novamente, né, foi um ponto aí... Rememorando, a gente pactuou esse projeto e esse cofinanciamento na CIB, a resolução da CIB foi, inclusive publicada hoje, a Resolução nº 05/2025. Então, ontem a gente fez a apresentação. Aí não vou repeti-la aqui, né, porque a gente estava em comissão conjunta, com todos os conselheiros. Eu vou só trazer um resumo, né? Assim, a comissão conjunta deu o indicativo de aprovação, mas a gente fez duas importantes discussões, né? Uma delas foi a questão da variável três que a gente coloca. A gente vai fazer a leitura da resolução toda depois, né, mas eu acho que é o artigo... [Só põe lá, que eu acho mais fácil.] Art. 9º. No art. 9º... A gente fez essa discussão, né, foi até o Paulo que trouxe, de a gente avaliar o impacto da questão da atualização cadastral. A gente até deu o retorno para o Paulo ontem, na reunião do segmento de governo, mas acho que é importante também trazer e registrar isso aqui. A

gente fez essa análise, né? Então, a nossa defesa e a defesa da nota técnica é pela manutenção do critério, né? O critério 3 seria percentual de pessoas cadastradas no Cadastro Único com cadastro atualizado e renda familiar per capita de até meio salário mínimo, porque essa é a regra do Cadastro Único, já é utilizada para todos os programas, né, inclusive o Piso Mineiro também tem essa mesma regra. A gente avaliou também o PROFORT-SUAS, o critério também é o mesmo. Então, quando a gente está falando de SUAS, pensar um indicador com... atualizado da realidade, né, a gente trazer esse critério, que já é regra do Cadastro Único, de atualização cadastral de 24 meses seria, tecnicamente, melhor para o indicador. Então, é esse retorno. Aí a gente ontem até incluiu, né, isso no texto da redação, porque não estava claro, estava “percentual de pessoas de baixa renda no CadÚnico”. Então, a gente incluiu para deixar bem transparente que o critério é esse, e aí esse é o primeiro retorno. O segundo: a gente fez uma discussão importante também, porque o projeto, ele vai... diferente do projeto nacional, ele vai permitir obras e reformas, e aí o desembolso financeiro para obras e reformas precisa observar os planos de trabalho, porque, enfim, dependendo do valor/ano que é aportado, não é possível fazer, iniciar aquela obra. Então, a gente acordou que nesse momento, na resolução do CEAS e da CIB, a gente não tem condição de detalhar essa operacionalização, porque essa operacionalização vai vir detalhada na resolução SEDESE, mas aí a gente se comprometeu a olhar para esse ponto com cuidado, com relação às obras, pensar o cronograma de desembolso de acordo com a proposta ali de cada município, aí a gente vai precisar conversar com o setor de convênios da SEDESE e com o Comitê Rio Doce para entender se há abertura para alterar a questão das parcelas anuais. Então, enfim, só trazer esses dois retornos. E aí, se não tiver mais nenhum ponto adicional, acho que a gente pode partir para a leitura da resolução. Podemos? [Sobe, por favor.] Presidente, posso aqui? Eu posso fazer a leitura da resolução? Você prefere? Tá. Então, o Elder vai fazer a leitura da resolução. Obrigada.

Elder, Sedese: Eu? Ah, tá. O presidente que mandou. “Aprova o projeto estadual de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios da Bacia do Rio Doce...”. Não precisa, não. “E os critérios de partilha e execução dos recursos do Anexo 7 e Anexo 12 do acordo judicial para reparação integral e definitiva em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão”. [Pode passar os considerandos.] “Art. 1º: Aprovar o projeto estadual de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios da Bacia do Rio Doce e os critérios de partilha dos recursos provenientes do Anexo 7 (fortalecimento do SUAS) e do Anexo 12 (iniciativas estaduais), Lista 2 (iniciativas socioeconômicas do estado de Minas Gerais), incisos I e II, referentes ao acordo judicial para reparação integral e definitiva em decorrência do rompimento da Barragem do Fundão. Art. 2º: O projeto tem como objetivos: I, qualificar o atendimento socioassistencial prestado à população; II, ampliar a cobertura e o acesso à Política Pública de Assistência Social; III, aprimorar a estrutura dos serviços socioassistenciais; e IV, reduzir as vulnerabilidades sociais, agravadas em decorrência do

rompimento e seus desdobramentos. Art. 3º: Conforme disposto na Cláusula 3ª do Anexo 7 do acordo judicial de reparação, o projeto tem como diretrizes: I, a observância das normas e orientações técnicas vigentes no SUAS; II, a gestão compartilhada e a cooperação técnica entre o estado e os municípios contemplados no acordo por meio das instâncias colegiadas do SUAS; III, a integralidade das ofertas da proteção social; IV, a integração com as ações de inclusão socioeconômica e de transferência de renda previstas no acordo e o acompanhamento das famílias atendidas nessas ações; V, a ampla transparência nas ações realizadas e na aplicação e prestação de contas dos recursos recebidos pelos entes; VI, o fomento à participação social no desenvolvimento das ações; VII, a participação obrigatória dos Conselhos de Assistência Social, instâncias de controle social do SUAS na aprovação dos planos, ações e na prestação de contas". [Pode passar.] "Art. 4º: Os recursos previstos no Anexo 7 do acordo para o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) serão utilizados em atividades de gestão da Política Estadual de Assistência Social pela Subsecretaria de Assistência Social para fortalecer a governança, a capacidade institucional e a efetividade das ações a nível estadual. Art. 5º: Os recursos previstos no Anexo 12 do acordo, que serão transferidos ao FEAS, serão alocados em dois eixos: I, eixo 1, estruturação da rede socioassistencial dos municípios da Bacia do Rio Doce atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão; II, eixo 2, capacitação continuada na modalidade de supervisão técnica aos trabalhadores, conselheiros e gestores do município. Art. 6º: Serão elegíveis ao projeto de fortalecimento do SUAS na Bacia do Rio Doce os 38 municípios abrangidos pelo acordo, conforme listagem constante no Anexo 1 desta resolução. Art. 7º: A adesão ao projeto por parte dos municípios elegíveis se efetivará mediante preenchimento do termo de aceite, a ser disponibilizado pela SEDESE. Art. 8º: Os recursos destinados ao eixo 1 (estruturação da rede socioassistencial nos municípios da Bacia do Rio Doce) têm como origem o Anexo 12, Lista 2, do acordo judicial de reparação e serão partilhados entre 38 municípios. Parágrafo Único: O valor disponível no FEAS do acordo do Rio Doce para partilha aos municípios será transferido em parcelas anuais aos municípios que aderirem, conforme aporte de recursos do acordo judicial de reparação. Art. 9º: A partilha dos recursos observará os critérios detalhados na Nota Técnica nº 2 (SEDESE/SUBAS-SGVSUASV-DVS)/2025, Processo SEI — não vou falar o número —, disponível no Anexo 1 desta resolução, que dispõe sobre a metodologia de cálculo do Índice de Partilha de Recursos (IPR) Rio Doce, contemplando os seguintes critérios: I, população total do município, conforme Censo IBGE 2022; II, distância do município em relação à barragem; III, percentual de pessoas...". Está "pessoas de cadastradas". Tem que tirar esse "de". "Percentual de pessoas cadastradas no CadÚnico com cadastro atualizado e renda per capita de até meio salário mínimo (referência setembro de 2025) em relação à população total (Censo IBGE 2022); IV, Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) Minas (SEDESE/MG - referência primeiro semestre de 2025). Art. 10: Os

recursos repassados aos municípios para fortalecimento da rede socioassistencial deverão ser utilizados exclusivamente para: I, suplementação de equipes técnicas de referência; II, contratação ou aquisição de bens, serviços e materiais permanentes ou de consumo; e III, construção e reforma de unidades públicas da rede socioassistencial. § 1º: Os recursos para as despesas de custeio serão transferidos na modalidade fundo a fundo diretamente do FEAS para os Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS), de acordo com o plano de serviço pactuado. § 2º: Os recursos para a aquisição de bens permanentes e realização de obras de reforma e construção serão repassados por meio da celebração de convênios com as prefeituras, de acordo com o plano de trabalho pactuado. Art. 11: Os recursos destinados à capacitação continuada na modalidade de supervisão técnica aos trabalhadores, conselheiros e gestores dos municípios serão utilizados pela SEDESE por meio de contratação de instituição executora. Art. 12: Compete ao município a elaboração e implementação das atividades previstas no termo de aceite, plano de serviços e plano de trabalho específicos do projeto, com aprovação do respectivo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) no planejamento, execução e prestação de contas dos recursos, além de garantir que os gestores, trabalhadores e conselheiros do SUAS participem das atividades de capacitação oferecidas no âmbito do projeto. Art. 13: A SEDESE será responsável pela coordenação, apoio técnico e monitoramento da execução do projeto, bem como pelo acompanhamento da aplicação dos recursos, observando as normas de execução orçamentária e financeira aplicáveis. Parágrafo Único: Parte do recurso advindo do Anexo 12 do acordo destinado ao FEAS será utilizado para contratação de equipe técnica específica, despesas com diárias, deslocamento e demais custos adicionais necessários à gestão do projeto, em percentual não superior a 5% do total. Art. 14: A vigência dos termos de aceite será de quatro anos, podendo ser renovada de acordo com o prazo de execução do acordo judicial e reparação e a disponibilidade dos recursos. Art. 15: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação”.

Marcelo,OAB: Em discussão. Conselheiros favoráveis à resolução, levantem o crachá, por favor. **Elder, Sedese:** É pauta orçamen... essa é pauta orçamentária. **Marcelo,OAB:** Esta é pauta orçamentária. Entendeu? Então não é de forma... como foi dito aqui e solicitado pela Simone, mas... Por favor, nominalmente. **Simone, CFR:** Eu solicitei que levantasse o crachá para ver se você estava acordado. **Marcelo,OAB:** Gente, **Elder, Sedese:** Mas não, acho que é pauta orçamentária, sim. **Simone, CFR:** Eu não acho que é, mas. **Marcelo,OAB:** Gente, por favor, então vamos nominalmente. Exatamente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Beatriz. João, tira dois ou um vocês dois aí. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Beatriz, Secretaria Executiva. Jennifer Danielle de Souza Santos. Não ... **João Paulo, Sedese** É só quem tiver condição (ininteligível). **Beatriz, Secretaria Executiva:** Ah, tá. Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Armando Rodrigues. **Marcelo, OAB** De acordo. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, CRESS/MG, Ludmilla Lamartine de Souza. **Ludmilla,**

Cress: Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva::** APAE de Belo Horizonte, Mayra de Queiroz Camilo. **Mayra, Apae:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade São Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice, Cmssvp:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Lar dos Idosos José Justino Rocha, Andrezza dos Reis Pimenta. **Andrezza, Lijjr:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Associação Recreativa da Melhor Idade, ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz, Armi:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Ipatinga, Lais Alexandre da Silva. **Laís, Cmas de Campanha:** Pela aprovação. Está acabando, hein, gente?! **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Campanha, Lyzi Saleri Ribeiro. **Lysi, Cmas de Campanha:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Coletivo Flores de Resistência, Simone Maria da Penha de Oliveira. **Simone, CFR:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isac dos Santos Lopes. **Isac, Ccqamrd:** Voto pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEDESE, Elder Carlos Gabrich Junior. **Elder, Sedese:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEDESE, Érica Pereira Alves Beltrame. **Érica, Sedese:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEAPA, Priscila Zacarias. **Priscila, Seapa:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** COGEMAS, Juliana Coelho. **Juliana, Cogemas:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Ipatinga, Flavio Christian de Assis Miranda. **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva::** CMAS de Campanha, Cristiane Gomes Mattos Dias. **Cristiane, Cmas de Campanha:** Pela aprovação. **Elder, Sedese:** Solimar. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Solimar? Cadê? **Elder, Sedese:** aprovado. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEPLAG, Solimar Assis. **Solimar, Seplag:** Pela aprovação. **Elder, Sedese:** Karla não votou. Está aprovada, ela não votou. É, isso... É : É só apagar. **Marcelo, OAB:** Ao final, ao final, quem não votou a gente pede... ela vai se manifestar, e aí ela manifesta o voto. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Total de conselheiro apto para votação: 17. Aprovação: 17 votos. **Marcelo, OAB:** Algum conselheiro deixou de votar? Obrigado. Então, aprovada esta resolução. Conselheiros, nós temos dois pontos de pauta. Eu acredito que hoje a gente consiga almoçar em casa. Almoçar o quê? Em casa? ... Então,... Para aqueles que podem almoçar em casa. Aqueles que não podem... Mas a questão é a seguinte: nós estamos deliberando várias questões. Eu quero agradecer aos conselheiros por isso, né? Nós estamos bem adiantados. Considerando que nós temos somente dois pontos de pauta e que este referente a... este aqui referente à ida... à forma de ida para a Conferência Nacional e também a questão referente à infraestrutura física. Nós solicitamos de uma reunião da sociedade civil com o COGEMAS, e aí eu pergunto à conselheira Juliana se é possível, se nós poderíamos fazer essa reunião, ou se conversaríamos em outro momento. **Juliana, Cogemas:** Não, é possível, sim. Estou à disposição. É informe, não? Bem rapidinho. É informe? **Marcelo, OAB:** Então nós vamos... nós vamos... A gente

não ... Ah, é? **Elder, Sedes:** Ele acabou de falar. **Marcelo, OAB:** É. A gente está de dieta. Nós vamos... Ô, gente, vamos lá! Então vamos no nosso... vamos lá no nosso cantinho de sempre para conversar. E ainda temos mais um ponto de pauta que passou aqui, gente, referente à Secretaria Executiva. É uma minuta de resolução que publica as deliberações. Isso já passou, querida. Já foi aprovado. Talvez vocês queiram saber sobre a secretaria executiva do CEAS. Então, é isso que ... Mas não é essa a pauta, não. Isso aí é outra coisa. Mas nós temos como informar nos informes, ok? ... qual é o sentido de informar nos informes? ... Conselheiras, quero agradecer o segmento do governo por ter considerado esse diálogo que nós tivemos da sociedade civil com o COGEMAS. Dentro do... desse processo democrático, né, e de parceria que existe no conselho entre governo, sociedade civil, muitas das vezes nós podemos ter os nossos embates, mas a ideia de, ao final, sempre buscarmos e chegarmos ao consenso. Eu pergunto aos conselheiros se nós podemos continuar. A Mariana, ela marcou que chegaria às 11h. Infelizmente, talvez por motivos... Não, pois é, mas foi dito no início da reunião que seria 11h. E considerando que até o momento ela não chegou, eu pergunto aos conselheiros: nós saímos para o almoço nesse instante e retornamos 12h30-- Sim. Sim. E damos continuidade e terminaremos na hora que der, né? Então vou colocar em votação, porque nós temos posições aqui que já vieram até mim para dar continuidade e temos posições de conselheiros que pediram para que pare agora e vá para o almoço. Favoráveis... Por favor, em votação. ...Favoráveis a pararmos neste instante e irmos almoçar e voltar às 12h30 , levantem o crachá, por favor. **Elder, Sedese:** Levanta aí. **Marcelo, OAB:** Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove... Dez. Contrários? Onze. Abstenção? Aprovada a parada Aprovado... aprovado muito rápido. Gente, aprovada a saída agora e retorno às 12h30. Nossa, que coisa mais O que ela falou? “Já perdemos”. **Elder, Sedese:** Já perdemos. **Marcelo, OAB:** O nosso ponto de pauta neste momento é os critérios de partilha de recurso para custear as despesas de participação dos delegados na 14^a Conferência Nacional. Ontem tivemos a reunião das comissões conjuntas. Não foi possível naquela reunião sairmos com um posicionamento daqueles que estavam participando da reunião conjunta, de sairmos com um encaminhamento sobre a ida dos delegados e a forma. Primeiro eu quero agradecer a participação da Mariana, que, mesmo com as suas dificuldades de saúde, está aqui, né, Mariana? E então ficou ontem, na leitura da resolução, para... com as definições do custeio para a gente fazer a leitura e iniciarmos os debates sobre a resolução. Está certo, conselheiros? Esse será o nosso encaminhamento. Iremos ler a leitura (sic) da resolução e, em cima da leitura da resolução, a gente entra nas discussões, tá bom? Então vamos lá. “Resolução CEAS de 24 de outubro de 2025. Aprova a utilização de saldos e a destinação de valor adicional de recursos do Piso Mineiro de Assistência Social para o custeio das despesas de participação dos delegados estaduais eleitos para a 14^a Conferência Nacional de Assistência Social”. [Por favor, passe os considerandos, se todos estiverem de acordo.] “Art. 1º: Aprovar a utilização do saldo do Piso Mineiro

de Assistência Social fixo e aprovar a destinação de valor adicional do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) aos Fundos Municipais de Assistência Social (fundo...) para o custeio de despesas com a participação dos delegados estaduais eleitos para a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social.

Art. 2º: Fica autorizada, excepcionalmente no ano de 2025, a utilização dos saldos dos recursos do Piso Mineiro de Assistência Social fixo para o custeio das despesas com a participação dos delegados estaduais eleitos para a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social e de acompanhantes previamente indicados na ficha de inscrição, desde que não comprometida a continuidade dos serviços cofinanciados pelo Piso Mineiro. Parágrafo Único". Eu vou... só um instante, por favor. Eu vou fazer a leitura, né, e aí a gente entra nos debates com os destaques, ok? Então, Simone, você podia fazer o favor de ir anotando quem queria se inscrever. “Parágrafo Único: Os saldos a que se refere o caput serão os valores disponíveis na conta do Piso Mineiro de Assistência Social no momento da realização da despesa para custear a participação dos delegados para a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social”. Esse... “tem direito a acompanhante pessoa... pessoas com deficiência, adolescentes e idosos que indicaram”. Isso... Isso... pode tirar. **Elder, Sedese:** Já pode tirar. **Marcelo, OAB:** É, vamos tirar isso aí, porque já... “Art. 3º: Serão elegíveis para o recebimento do recurso adicional ao Piso Mineiro de Assistência Social os municípios que tiverem delegados eleitos na 16ª Conferência Estadual de Assistência Social para a 14ª Conferência Nacional: representantes dos segmentos da sociedade civil e/ou do governo, titulares ou suplentes na condição de titularidade e que estiverem inseridos no sistema SISConferência até o dia 30 de outubro de 2025. Art. 4º: O valor adicional advindo do Fundo Estadual de Assistência Social será de R\$ 3,5 mil por delegado que cumprir os requisitos do art. 3º. § 1º: Será acrescido igual valor para viabilizar o custeio de despesas de deslocamento de acompanhantes de delegados titulares ou em condição de titularidade eleitos e que indicaram previamente essa necessidade na ficha de inscrição. § 2º: Esse valor poderá ser ampliado se houver aporte de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para essa finalidade. § 3º: O valor adicional será depositado ao Fundo Municipal de Assistência Social na conta do Piso Mineiro de Assistência Social fixo. § 4º: O município deverá preencher termo aditivo referente ao Piso Mineiro de Assistência Social no sistema SISCCON Saída... não, SIGCON Saída, que deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social dentro da vigência do plano de serviços de 2025, para o recebimento do valor adicional a que se refere o caput”. Art. 5º... não, “§ 5º: O recurso adicional a que se refere o caput será transferido ao Fundo Municipal de Assistência Social após autorização do termo aditivo pela SEDESE. § 6º: Na eventualidade de saldo remanescente do valor adicional transferido, o recurso poderá ser aplicado na oferta de serviços ou benefício socioassistencial, conforme pactuado no plano de serviços. Art. 5º: Para recebimento do recurso adicional, o município deverá estar regular no CAGEC e sem pendências relativas à prestação de contas de recursos transferidos pelo FEAS. Art. 6º: Esta resolução

entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 24 de outubro. Assinam”. Em discussão. **Elder, Sedese:** Roberta. **Marcelo, OAB:** Roberta. **Roberta, Sedese:** Roberta, SEDESE. Boa tarde. Ontem na reunião de governo foi discutido... foi sugerido inclusive, né, foi uma sugestão do COGEMAS... eles levantaram uma questão, que era a questão dos acompanhantes, né, como é que você... Oi? Ah, foi a Cris, foi a Cris que levantou a questão dos acompanhantes, que foi muito pertinente. Então, a gente fez a previsão aí de no art. 1º... no art. 2º... [Se alguém puder voltar aí.] A gente incluiu o que está em vermelhinho aí, ó: garantindo que pode ser utilizado também para os acompanhantes, né, que tiverem sido indicados. E também logo abaixo, no parágrafo que faz referência aos repasses... [Desce.] Onde está vermelho, gente, por gentileza? Acho que é o art. 4º. [Aí! Aí!] Será acrescido... Aí eu só vou pedir para trocar “o valor referente a R\$ 3,5 mil” no lugar... ao invés de “igual valor”, só para adequar o texto, para ficar o valor referente à parcela do estado, né, “para viabilizar o custeio de despesas e deslocamento de acompanhantes”. Isso também não estava na versão enviada anteriormente, mas a gente acha que foi um atendimento a uma demanda que surgiu lá no governo, mas que a gente acha que faz muito sentido, né, para atender às necessidades de acessibilidade. Obrigada. **Marcelo, OAB:** Mais alguém quer se manifestar? ... É R\$ 3,5 mil. **Roberta, Sedese:** Sim, “Será acrescido o valor de R\$ 3,5 mil”. **Elder, Sedese:** Para viabilizar... **Roberta, Sedese:** Para viabilizar o custeio de despesas”. Aí só repete o de cima, porque se... porque a gente está restringindo a esse valor específico aí que já está explicitado. Obrigada. **Marcelo, OAB:** Em discussão ainda. Quem quer se manifestar? **Laís, Cmas de Ipatinga:** Lais, CMAS Ipatinga. Eu gostaria de saber se as recomendações entrariam aí, porque uma vez que a gente vai fazer esse termo de aditivo, a gente vai fazer também as recomendações para os municípios. As recomendações entrariam aí ou entrariam em um documento à parte? **Marcelo, OAB:** Quais são as recomendações? ? **Laís, Cmas de Ipatinga:** Sobre o custeio mesmo do transporte para os municípios fazerem, ter essa responsabilidade, esse suporte da SEDESE junto aos municípios para o custeio ser devidamente... esse recurso, né, ser devidamente custeado para transporte dos delegados. É que isso é à parte, né, porque não (ininteligível). **Marcelo, OAB:** Pois não. Só complementando a fala da Lais, né, junto com essas recomendações também, eu acho que é importante a recomendação em relação às despesas de alimentação da viagem. Como o Luizão trouxe ontem, né, às vezes fica muito restrito... muito preso à questão de que o valor é só para pagar deslocamento, e aí às vezes faz uma viagem de 18, de 20 horas e não prevê a alimentação também, né? Uma forma de utilizar esse recurso ou por meio de diário ou de alguma forma que viabilize que o município também despenda valor para a alimentação. Aí seria no mesmo instrumento que seria a recomendação. **Roberta, Sedese:** Roberta, SEDESE. Boa tarde novamente. A ideia é que a gente passe essas orientações mais detalhadas e tudo em um ofício circular, inclusive onde a gente também... foi uma solicitação lá no contexto da CIB, que também seja

informada a possibilidade de utilização... também ressaltar a possibilidade de utilização de GDPBE(F), conforme orientação do Fundo Nacional, sabe? Então, que isso seja feito em ofício circular, quando a gente orientar sobre abertura dos termos aditivos do... ao plano de serviço do Piso Mineiro. **Marcelo, OAB:** Isac, você se inscreveu? Por favor. **Isac, Ceqamd:** Isac, Comissão de Quilombolas do Rio Doce. Um pouco na linha do que disseram Lais e Ludmilla, né, essas coisas que elas trouxeram vieram da discussão longa que a gente teve ontem, que teve na sociedade civil, teve junto com o COGEMAS, onde foram levantadas várias preocupações com a modalidade. E outra coisa que eu estou me lembrando, que a gente conversou pelo menos na sociedade civil, é que toda a comunicação, as orientações, elas sejam repassadas para a gestão municipal, para o Conselho Municipal e também para os delegados que foram eleitos, que vão participar. Isso são formas que a gente entende que ampliam, né, o acesso à informação daqueles delegados e as condições desses delegados de cobrarem, de até ajudarem aos seus gestores, aos seus municípios para executar de fato o que for necessário em termos de estrutura de transporte, alimentação, para que eles de fato participem lá na conferência. Então, além de passar as orientações de que o recurso realmente pode ser utilizado para esse custeio, além de passar essas informações para o município, passar também para o Conselho Municipal e para o delegado que foi eleito, para ele ter ciência do apoio do estado, né, da articulação do CEAS e do direito de participação. **Marcelo, OAB:** Mariana. **Mariana, Sedese:** Mariana, SEDESE. Boa tarde primeiro, gente, a todo mundo. Então, só uma questão aqui: a gente... no texto da resolução, a gente evitou colocar a palavra “transporte” porque a gente entende que transporte é um item de despesa, mas não é o único, assim como alimentação. Então, a gente está falando o tempo todo de custeio de despesa de viagem. [Volta lá no início.] E aí, na orientação que a gente está fazendo, a equipe já até começou a redigir, a ideia é: um ofício circular para gestor municipal e presidente de CMAS, aí eu concordo que a gente dispare esse mesmo ofício também para os delegados, para eles terem isso em mãos, e lá tem uma lista de itens que podem ser utilizados. Por quê? Entra transporte, hospedagem, alimentação, até gasolina. Eventualmente, “ah, a gente quer fazer um resarcimento de combustível”, a gente dá essa possibilidade. [Volta aí no resolve... no art. 1º.] Olha lá, ó, “custeio de despesas com a participação”. A gente está deixando de forma bem ampla. E aí, nessa orientação, a gente lista. Acho que esse é o primeiro ponto. Eu posso falar de outros pontos, né, enquanto eu estou... Ontem, eu comentei também na reunião da CIB que a gente fez uma solicitação para o Fundo Nacional. Ontem, a assessora do secretário André, ela me pediu para... eu já tinha feito um ofício, ela me pediu um ofício complementar, e aí pediu também para que eu entrasse em contato hoje com o diretor do Fundo Nacional, mas já sinalizando positivamente de que eles vão aportar mil reais a mais por delegado. Então, a gente não colocou esse valor ali na resolução porque eu não tenho a certeza dele, mas sendo mil por delegado, seria 4,5 mil por delegado na conta dos municípios. Então, eu acho que já... melhora

mais ainda o valor para o município. Eu acho que uma outra situação que foi muito questionada na CIB, e eu entendo também, eu acho que principalmente pelos representantes dos municípios, é a dificuldade de vários municípios em regulamentar essas despesas. Qual eu acho que vai ser a nossa orientação para a gente acrescentar no ofício circular? O município pode fazer isso por decreto. Quando a gente está falando de normativa, eu desconheço. Aí Marcelo está aqui, Solimar, eu acho que tem outros representantes de administração também, não sei se Flavio, mas eu desconheço que exija previsão de lei municipal. Geralmente, despesas de viagens são regulamentadas por decreto. No estado é decreto, eu trabalhei em prefeitura muitos anos, é decreto. Então, o decreto, ele é um instrumento mais ágil... Óbvio que depende do entendimento, né, de o gestor municipal querer fazer. Nós vamos orientar e vamos inclusive acrescentar isso, que caso o município não tenha um decreto, que ele possa regulamentar um decreto. E a gente pode, inclusive, sugerir mais detalhes. Mas eu estou trazendo isso porque eu acho assim... o que já foi dito, né, a gente está tentando uma outra alternativa diferente de anos anteriores, e vamos ver se vai dar certo. A gente não tem certeza do quanto é que isso vai dar certo, mas a gente já teve outras experiências também que foram difíceis. Acho que é isso. **Marcelo, OAB: Juliana.** **Juliana, Cogemas:** Juliana, COGEMAS. Então, a gente já... né, o Paulo trouxe ontem essa realidade, nós pudemos conversar com vários municípios, né? A gente caminha junto com a proposta que a SEDESE traz, como a gente já disse, nós não temos outra alternativa nesse momento, os municípios precisam desse aporte. Porém, a conta não pode cair nas costas do gestor aí caso de fato alguns municípios não consigam operar, né, principalmente aqueles municípios que não têm a lei municipal do SUAS, por exemplo. No nosso município aqui, no meu município aqui especialmente, nós não conseguimos fazer esse pagamento para a sociedade civil, né, indenização, alimentação. Lá a gente não reconhece esse formato de decreto, né? Então, precisa, sim, de uma lei autorizativa lá, confirmei isso inclusive com a nossa Procuradoria. Então, nenhum benefício, nenhuma concessão, né, não é feito se a gente não tiver uma lei autorizativa de fato. Então, isso que a Mari traz, por exemplo, não é uma realidade lá do meu município, de a gente poder pagar, tá? Mas a gente sabe dos esforços aí que foram desprendidos pela SEDESE para criarem essa alternativa. A gente reconhece que é a melhor alternativa, sim, né, nesse momento, diante de todas as dificuldades, mas a gente aí solicita esse compromisso da SEDESE, como já foi dito ontem, né, de um suporte mesmo aí, principalmente das regionais, para ajudar os municípios a operarem então, para dar segurança para que a gente possa executar isso na ponta. Então, a gente queria deixar essa ressalva, né, de que a SEDESE aí possa caminhar junto com os gestores para fazer essa execução devida. **Marcelo, OAB: Mariana.** **Mariana, Sedese:** Mariana, SEDESE. Eu entendo, viu, Ju, a situação que você traz. Eu acho que realmente, assim, a gente tem situações muito diversas, muito mesmo, e aí... Eu, inclusive, fico pensando com a cabeça de quem já trabalhou em prefeitura também e de conhecer prefeituras. A gente

vê, por exemplo, prefeituras que fazem despesas com grupos de convivência, despesas com conselheiros da sociedade civil. Porque eu estou entendendo que a dificuldade que o município alega é de fazer uma despesa para uma pessoa que não integra os quadros da administração pública, porque quando ele integra o quadro da administração, ele é tratado como um servidor. Mas, por exemplo, a gente vê, de forma geral, município que paga despesa para convidados fazerem palestras. Como é que ele paga essa despesa? É uma dúvida. Eu só estou trazendo isso para a gente pensar, porque varia muito, muito mesmo. A gente, no estado, trata como colaborador eventual. O Governo Federal trata como colaborador eventual. Então, assim, brecha para fazer isso existe. Eu concordo que é entendimento jurídico, e aí a gente vai ter um milhão de jurídicos e assessorias aí, cada um com uma cabeça, mas eu acho que a gente pode inclusive... É porque eu pensei que isso pode ser dificuldade para outros momentos, não só além desse. Por que, por exemplo, pessoas da sociedade civil, presidentes de instituições, conselhos municipais não podem participar dentro... de outras atividades que a gente tem? No âmbito do SUAS mesmo, tá, gente? Eu estou ampliando aqui a minha reflexão, estou falando, mas é porque está me vindo à cabeça aqui que isso é uma coisa que a gente precisa ampliar talvez até como orientação. Porque, olha só, pegando todas as normativas do SUAS, a gente tem desde o IGD falando que 3% vai para o controle social, a gente tem lá na LOAS falando que o Poder Executivo, ele é obrigado a garantir as despesas do controle social, inclusive com a sociedade civil. Isso está na NOB. Vocês, enquanto CEAS, usam isso para cobrar da gente. Inclusive, foi assim que a gente conseguiu fazer o pagamento do vale-alimentação, e a gente ainda está brigando lá internamente no estado para fazer o pagamento do transporte. Então, assim, a normativa... a gente tem um arcabouço legal maior, que vem da LOAS, da NOB, que tem... que ajuda a gente a fundamentar. E eu estou falando muito no âmbito da gestão mesmo. Mas é isso. **Marcelo, OAB:** Alguém mais quer manifestar? Pois não. **Laís, Cmas de Ipatinga:** Eu quero, porque... Agora eu até fiquei na dúvida sobre o decreto, porque no meu município a gente pagou o benefício eventual, auxílio-calamidade pública via decreto. Então, eu fiquei até na dúvida agora se é constitucional ou não. Só que eu acho... Não, não é. **Laís, Cmas de Ipatinga:** Não é? Então, eu acho que a gente poderia seguir nessa linha mesmo de orientar os municípios. E eu também não sei se é possível, que até a Juliana tinha falado, da contratação de uma empresa... orientar os municípios na contratação de uma empresa para fazer essas compras e esse processo todo licitatório. Não sei se eles fazem processos licitatórios. Então poderia fazer isso também, orientar os municípios nesse sentido... **Luiz, Armi:** Luiz, ARMI. Mariana, a questão é porque no nosso estado nós temos diversos representantes do Poder Executivo eleitos recentemente, e esses representantes do Poder Executivo colocaram na tesouraria, né, no controle interno, pessoas de confiança. E essas pessoas de confiança normalmente não são da política, não têm conhecimento nenhum sobre controle social e estão ali só para fazer contenção de gastos. A orientação

que eles têm é: “Vamos fazer decreto para contenção de gasto”. Então, tudo que diz respeito a controle social... Não é só na Política de Assistência Social, não; vale na saúde, vale na Política do Idoso, vai lá na... em todas as outras políticas públicas. Nós, conselheiros municipais, não temos autonomia para chegar na tesouraria e falar para o tesoureiro da prefeitura: “Olha, existe a NOB, existe isso”. Eles não estão nem aí. Eles estão ali simplesmente seguindo a orientação do gestor municipal e que contenção de gasto e controle social não é prioridade no município. A única forma de fazer com que esses gestores, ou até mesmo essa tesouraria, possam refletir sobre o assunto é essa recomendação. Essa recomendação chegando dentro do conselho, essa recomendação chegando para o delegado, essa recomendação chegando nas secretárias municipais de Assistência Social, talvez, aí, sim, a gente consiga, mas do contrário não teremos êxito. Vale refletir que a Conferência Estadual de Assistência Social nós passamos por essas questões, e era dentro do estado. Imagina aportar um recurso aí... Na minha cidade, por exemplo, será R\$ 7 mil, que é uma pessoa portadora de necessidades sociais, cadeirante, e o acompanhante. É, R\$ 7 mil para o nosso gestor municipal, eu duvido muito que ele vai falar assim: “Sete mil? É ruim, hein?!”. Se vira oito então, 8,5, né, vira nove... **Luiz, Armi:** Né? Aí é que ele não vai liberar mesmo. E minha preocupação é: esse valor, quando dá essa brecha de que pode isso, pode aquilo... Eu acho assim: deveria ter sido... deveria passar o valor integral para que executasse essa viagem. É 3,5 mil para isso e ponto. Dar a possibilidade de o município gerir o recurso para que sobre mil reais, R\$ 600, R\$ 800 para a Assistência usar isso depois, dos municípios de pequeno porte, é fazer de tudo para fazer a contenção de gastos em cima desse próprio valor, para sobrar, para que eles possam utilizar isso em outras atividades dentro da assistência. Então, a gente tem que... nessa recomendação aí, precisa, viu, presidente, deixar isso muito claro, muito amarrado, senão a gente não vai ter êxito. **Simone, CFR:** Simone, Coletivo Flores de Resistência. Falar de decreto para mim, aí eu vou falar que não funciona, não é tão rápido nem tão fácil. Eu sou prova viva disso, né? Já que é fácil, por que não resolveu minha situação? São dois anos, quatro anos de conselho, até hoje não fui assistida. E nem vou, né, porque chegou já quase final do ano. Então, para mim já cai por terra. Segundo ponto: a SEDESE não tem quem possa comprar a empresa que compra essas passagens? ... personalizar pela quantidade. **Simone, CFR:** Porque vocês têm os dados, né, gente? Eu vou só reforçar o que eu já disse ontem, mas eu fico pensando realmente, assim, o sentimento é de: o que a gente está fazendo, sabe, Mariana? Parece que a conta é sempre nossa, sabe? A conta é daquela senhora, daquele senhor, daquele cidadão que não vai chegar. Porque se o estado, com um mês e pouco, não tem condições de resolver, imagina o município, precário do jeito que ele é, com as condições que ele é, e o Luizão trouxe bem, né, novas gestões, novos entendimentos. Eu vou... realmente, assim, na hora da votação vou reforçar, se for nominal ou não, mas eu até quero fazer, porque eu acho que a gente... enquanto colocar na conta da sociedade civil, principalmente dos usuários, que a culpa é deles...

Porque eu sinto como culpa, sabe, de eles não chegarem, né? Eles não chegaram na estadual. Imagina na nacional. Não vejo que vão chegar. E, assim, a gente tem que parar com esse argumento de que a Política de Assistência Social é deliberativa, mas na hora que chega, na hora de acontecer, a gente não vê isso acontecer. E minha angústia maior é no sentido assim: nós estamos falando de um direito, sabe? Foi eleito para estar ali representando, e agora a gente está aqui discutindo a forma que o outro vai definir, e o outro que nem participou desse processo. Porque não é... não me enche os olhos falar que, “ah, mas vai ganhar mais mil reais”. Não me enche os olhos, porque a passagem vai ser de ônibus, vão com fome, vão voltar com fome e com sede, sabe, porque eu duvido... Se não pode colocar na mão da pessoa, aí vai colocar no município. O município vai fazer sacolinha de lanche para o cidadão levar? A gente precisa falar disso, sabe? Então, assim, para mim... quero ouvir meus companheiros, mas por mim eu já partiria até para a votação. **Marcelo, OAB:** Alguém mais quer se manifestar? Estamos aptos a votar? Ok? Então, em processo de votação. Pergunto se o processo de votação, ele... ele não precisa de ser nominal. Ele pode ser por aprovação. É nominal, porque é repasse de valor. Então, por favor, Bia, votação nominal. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Beatriz, Secretaria Executiva do CEAS. **Elder, Sedese:** Você vai na maré. **Luiz, Armi:** Presidente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Ordem dos Advogados **Marcelo,OAB:** Só um instante, por favor. **Luiz,Armi:** Antes de... A minha preocupação ainda é: nós estamos aprovando a resolução, mas eu achei que teríamos aqui um direcionamento da orientação, da recomendação, e isso não vai ser apresentado aqui, não, né? Só vai para votar a resolução, e nós não vamos ter acesso a esse documento que será produzido pela SEDESE e, depois, isso será encaminhado, mas nós não vamos ter como opinar nele então, é isso? **Marcelo, OAB:** Perfeito. Perfeito. Marcelo, OAB. Perfeita a sua fala para a gente discutir sobre isso. Mariana. **Mariana, Sedese:** Mariana, SEDESE. Então, é como eu expliquei, primeiro está aprovando a resolução, né? Segundo, a gente... aí a gente é a equipe aqui, as meninas já começaram a redigir essa orientação. Podemos colocar aqui? Eu vou perguntar, porque a gente tem uma minuta. A gente pode colocar, vocês contribuem, a gente vai terminar de redigir. Eu já acordei com o Marcelo que a gente faz assinatura conjunta, enquanto SEDESE e CEAS. Se vocês concordarem e se as meninas puderem achar ali a proposta, a gente vai mandar para a Secretaria Executiva e, na sequência, a gente apresenta. **Marcelo,OAB:** Sim. Mariana, quanto à assinatura conjunta, já passei para o Conselho Estadual, e isso é tranquilo. A questão que Luizão traz é dessa questão mesmo da recomendação, que — perdão, viu, Luizão? — isso passou despercebido aqui na hora, de a gente discutir o processo, né?... Isso. Então, nós... vai fazer a leitura desse instrumento que irá assinado pelo CEAS e pela SEDESE para que a gente seja... para que seja encaminhado. E aí, eu faço uma sugestão, se os conselheiros estiverem de acordo: nós vamos encaminhar para o Conselho Municipal, para os delegados eleitos, para a Secretaria de Assistência Social e, conversando aqui com o Elder, sugerindo, também de enviar para a Câmara

Municipal dos municípios... **Marcelo,OAB:** Os conselhos já havia dito, né? Fique à vontade.
Rosalice, Cmssvp: Rosa, Conselho Metropolitano. Mas o que for ser enviado para os delegados, em uma linguagem menos técnica, porque as orientações vão muito técnicas, né, porque é recurso, enfim, mas para o os usuários, trabalhadores e as entidades, que não têm costume com essa linguagem técnica, a gente queria que fosse uma orientação... a mesma orientação, só que com uma linguagem mais acessível. **Marcelo, OAB:** Ok. Então nós vamos aguardar o encaminhamento aqui para a gente fazer a leitura deste material que foi produzido pela SEDESE... Vocês estão colocando? Acredito Mariana, que já deve estar com alguns acréscimos aí do que foi discutido aqui hoje, já, né? É, o meu, mas aí as meninas estão colocando lá na... que você mandou... É. A Edlene falou que viu... isso que eu ia falar senão dá recorrente. Qual pasta da plenária? Qual é o nome do arquivo? Qual é o nome do arquivo? Você está passando. **Marcelo, OAB:** problema? Para projetar o arquivo. Vou ter que colocar o WhatsApp aqui. **Roberta, Sedese:** Roberta, SEDESE. Enquanto está abrindo a orientação complementar, foi sugerido aqui a inclusão do art. 6º na resolução da seguinte forma: “A SEDESE e o CEAS deverão emitir orientações complementares para auxiliar os municípios na operacionalização e utilização dos recursos”, que aí... que é essa assinada conjuntamente. É isso mesmo? **Marcelo,OAB:** Marcelo, OAB. E é justamente isso que eu estou acabando de conversar com o Elder, de sugerir uma recomendação nesse sentido. Considerando que está vindo como artigo, para mim era até melhor. Se os conselheiros estão de acordo. Ok? **Roberta, Sedese:** Vocês... está todo mundo contemplado? Obrigada. **Marcelo,OAB:** Vai ser possível a leitura? Nós estamos tratando disso aí? É? Ok. **Elder, Sedese:** É, exatamente. está impressionante. tem que mudar por aqui, gente. **Marcelo,OAB:** Tem que tirar uma foto. Sandra, vira um pouquinho a plaquinha para cá. Eu não tenho e-mail cadastrado aqui, não. Eu não tenho acesso ao e-mail, não... Maravilha. Pega o microfone. Aqui! Ô, gente... Aqui, pega o microfone. Só não fala. coisa aberta aqui. vive desprezando a suplência. Eu sou suplente do CONANDA. Todos os suplentes para a COP30. **Elder, Sedese:** Olha, que chique! Todos os conselheiros do CONANDA. Eu vou (ininteligível). **Marcelo, OAB:** Onde? Nossa! ... Lá no com apenas um suplente. Ai, que chique! ... O que eu posso fazer? Qual é o seu e-mail? Não dá para entrar no seu e-mail, não? X, qual é o seu e-mail? Porque o Conselho Estadual aqui não fez nada, então eu vou mandar para o CONANDA. Não posso falar “não”. Assino embaixo. (ininteligível) lá no estadual também. As três comissões da frente de defesa....Mandei três vezes, três vezes, não fizeram nada. Marcelo mandou no grupo. Eu vou até ver, vou até curtir. Vamos curtir, gente, todo mundo dando coraçõzinho para a Sandra... Nem tem o documento pronto, é isso? Você está sorrindo de alegria. Olha que bonita essa aqui. Olha aqui a orientação então. da votação. A última vez foi um vídeo. **Marcelo, OAB:** Conselheiras, vamos fazer a leitura então do ofício, oficio SEDESE... Aí seria SEDESE e CEAS, né? “Assunto: cofinanciamento estadual para as despesas de participação de

delegados e delegadas na 14^a Conferência Nacional de Assistência Social. Prezados gestores municipais de Assistência Social, Conselhos Municipais de Assistência Social, delegados eleitos”. A gente falou também de incluir as Câmaras Municipais. Hâ? ... As Câmaras-- Câmaras de Vereadores. decreto. Ah! ... É verdade. Não, vamos... O caminho vai ser só decreto? **Elder, Sedese:** É, **Marcelo, OAB:** Ok. Tá bom. Tá bom, tá bom, tá bom. Perfeito. “A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais e o Conselho Estadual de Assistência Social...”. **Elder, Sedese:** Ah, não, **Marcelo, OAB:** Não. “A Secretaria de Estado, por meio da Subsecretaria de Assistência Social, e o Conselho Estadual de Assistência Social informam...”. Onde é que está? “Informam que, conforme pactuação da Comissão Gestora Bipartite de Minas Gerais (CIB-SUAS/MG) e aprovação do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/MG), foi autorizada a utilização de saldos do Piso Mineiro de Assistência Social e a destinação do valor adicional para custeio das despesas de participação dos delegados estaduais eleitos na 16^a Conferência Estadual de Assistência Social para a 14^a Conferência Nacional de Assistência Social. Um, Cofinanciamento Estadual. Os municípios que atendam os critérios abaixo serão autorizados a utilizar os saldos do Piso Mineiro de Assistência Social fixo e poderão receber o valor adicional de R\$ 3,5 mil por delegado participante da Conferência Nacional. Os municípios que tiverem delegados eleitos governamentais e da sociedade civil para participar da 14^a Conferência Nacional”. **Marcelo, OAB:** “Delegados devidamente inseridos, aceitos, cadastrados e validados pelo CNAS e no sistema SISConferência até 30 de outubro de 2025. O recurso adicional será depositado na conta do Piso Mineiro de Assistência Social fixo, mediante pactuação e aprovação de termo aditivo ao plano de serviço de 2025. Segundo, Da Forma de Execução das Despesas. Esse valor poderá ser utilizado para custear deslocamento, combustível, passagem de ônibus, avião, táxi, transporte por aplicativo, Uber, etc., hospedagem dos delegados governamentais, alimentação dos delegados governamentais, alimentação dos delegados da sociedade civil durante o translado do município até Brasília, diárias dos delegados governamentais, diárias dos delegados da sociedade civil durante o translado do município até Brasília — se for o caso —, outros auxílios financeiros que sejam necessários a garantia da participação efetiva dos delegados. Os delegados da sociedade civil terão hospedagem e alimentação em Brasília garantidos pelo Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e pelo Conselho Nacional de Assistência Social”. **Elder, Sedese:** Ah, não, é Oi? alimentação... é transporte, é alimentação, hospedagem e ... **Marcelo, OAB:** Volta, por favor, aí só um pouquinho. “Os delegados da sociedade civil...”. Não, pode ir. É no parágrafo abaixo. Isso.] “Os delegados da sociedade civil terão hospedagem e alimentação...”. E translado... “E translado em Brasília”. **LAIS, CMAS Ipatinga:** Marcelo, já que está corrigindo de uma vez-- **Marcelo, OAB:** Não. Deixa eu só terminar esse aqui. Ok, gente? “Garantidos...”. [Desce.] “Garantidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Conselho Nacional de Assistência Social”. **Lais, CMAS Ipatinga:** É lá

em cima, na hora que colocou... “Delegados governamentais e sociedade civil e/ou”, tem que colocar o “ou” lá. [Pode subir... É, anota aí. **Lais, CMAS Ipatinga:** É porque eu achei que iria mexer depois. Aí, ó: “municípios que tiverem delegados eleitos, governamentais e/ou da sociedade civil”... E os respectivos acompanhantes? **Elder, Sedese:** Pode colocar também... **Marcelo, OAB:** É. Então, “municípios que tiveram delegados eleitos (governamentais e/ou sociedade civil) e acompanhantes”. Isso... É, senão vai mandar todo **Elder, Sedese:** É. É. **Marcelo, OAB:** Quando for o caso. “E acompanhantes, quando for o caso”. “Para participarem da 14ª Conferência Nacional”. Ok. Então descendo, porque nós já fizemos a leitura desse material. Então, quem tiver algum destaque, já vai falando que a gente já vai resolvendo, tá bom, gente? E aí, ao final a gente vê o que faz. “O saldo do Piso Mineiro de Assistência Social fixo pode ser utilizado para as despesas de participação dos delegados na 16ª Conferência Nacional de Assistência Social mesmo antes do recebimento do valor adicional para essa finalidade. O recurso do cofinanciamento só será repassado após a aprovação do termo aditivo no SISCON... SIGCON Saída, com deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social dentro da vigência do plano de serviços de 2025. Dois, Da Utilização de Recursos Federais. Conforme Nota Técnica 17/2025, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) anexa... anexa, os municípios também podem utilizar diversas fontes de recursos federais para custear a participação dos delegados, incluindo cofinanciamento dos serviços socioassistenciais (Portaria MDS 1.043/2024). Esses recursos podem ser utilizados para diárias, passagens e auxílios para delegados que representem trabalhadores da Assistência Social e que componham a equipe de referência de serviços socioassistenciais do SUAS. É 2.2., Estruturação da Rede de Serviços de Fortalecimento da Gestão SUAS. Estrutura SUAS SIGTV, Portaria MDS 1.044/2025, 1.073/2025. Esses recursos podem ser utilizados para custeio de diárias e passagens das equipes de referência que compõem os serviços socioassistenciais do SUAS, das equipes da gestão da Política de Assistência Social, bem como dos conselheiros governamentais e não governamentais de Assistência Social. É 2.3, Índice de Gestão Descentralizada do SUAS (IGD-SUAS). Esses recursos podem ser utilizados para custeio de diárias e passagens dos conselheiros e delegadas eleitos nas conferências, independentemente de sua representação. É 2.4, Índice de Gestão Descentralizada do programa Bolsa-Família (IGD-BPF). Esses recursos podem ser utilizados para custeio de diárias e passagens dos delegados eleitos nas conferências, independentemente de sua representação”. **Jandira, Observadora:** Marcelo. **Marcelo, OAB:** Três, Fundamentos Legais. A utilização de recursos pode ser respaldada por...”. Pois não. Usa o microfone, por favor. Você quer que o microfone vá até você? Não? **Jandira, Observadora:** Não, deu um choquezinho. Para quem não me conhece, meu nome é Jandira. Eu sou usuária das políticas públicas da Assistência Social. E está maravilhoso, bacana, é a parte mais... que eu costumo dizer, a cereja do bolo, mas eu gostaria de dizer uma coisa, assim, que talvez seja bacana, né? Está, sim,

direcionando delegados, delegados eleitos, delegadas eleitas, mas nós temos delegados deficientes que também necessitam de acompanhante. E, assim, para não abrir brechas para município que não pode gastar com acompanhante para acompanhar a pessoa com deficiência, estaria uma sugestão, claro que vocês que têm o poder de deliberação, com todo respeito: depois da palavra de “delegados eleitos”, “e seus acompanhantes, de acordo com as suas necessidades”, para incluir a pessoa com deficiência também nesse recurso financeiro. Então, estou trazendo só no sentido de corroborar para não abrir brechas para o município dizer assim: “Esse recurso é só para delegado eleito” e para garantir na integridade a pessoa com deficiência com o seu acompanhante, e que também a nacional tem a responsabilidade, embora não deixe a desejar, porque eu estive já na nacional, eles garantem o hotel, o transporte para aqueles que estão nos acompanhando. É só para ficar uma coisa solidificada na escrita. É só isso, tá bom? E desculpa por te interromper. **Marcelo, OAB:** Ok. Você está sempre... fica à vontade para contribuir. E eu agradeço sua contribuição, viu, Jade? Então, vamos acatar a sugestão da Jade e fazer esse acréscimo, por gentileza. E depois a gente passa por essa correção. **Lais CMAS Ipatinga:** Lais, CMAS Ipatinga. Nessas... é porque eu estou entendendo que essas normativas são específicas dos delegados, ou não? Porque lá em cima a gente coloca dos acompanhantes. Do Piso Mineiro fixo a gente coloca. Aí essas normativas aí, elas não podem ser gastadas, direcionadas apenas aos delegados? É uma pergunta. **Marcelo, OAB:** Ok. Naquela primeira... aí a gente pergunta para a SEDESE. Naquela primeira constou “acompanhantes, quando for o caso”, e aí nós vamos mudar o texto, “acompanhantes para aqueles que necessitam dessa especialidade”. E nos demais não fala disso. E aí, Marcela, por favor. **Marcela, Sedese:** Marcela, SEDESE. É porque esses são os recursos do Governo Federal. A gente baseou essa informação em uma nota técnica do Governo Federal, mas a gente pode estudar a nota técnica e ver se cabe. Eu acho que cabe, sim, pagar para os acompanhantes, mas eu acho que a gente precisa estudar. Então, a gente pode só ficar com essa pendência só de confirmar se pode usar... se esses... como é que é em relação aos recursos do Governo Federal, da nota técnica deles. A gente confirma nas normativas deles e dá essa orientação mais específica aqui. **Roberta Sedese:** Roberta, SEDESE. Só complementando a informação da Marcela aqui, por exemplo, isso aí vai de recurso a recurso do Governo Federal. Por exemplo, o recurso específico dos blocos da proteção social básica e proteção social especial fala lá: quando é que ele pode ser utilizado para essa finalidade? Quando o delegado for trabalhador daquele... do serviço. Nesse caso, o acompanhante não pode ser acobertado. Mas, por exemplo, IGD-PBF é para participação do controle social, então acho que aí já é mais fluido, já poderia... já caberia, entendeu? Então vai depender de normativa a normativa nesse caso aí, e aí a orientação é muito mais no sentido de entender a normativa lá do município e a orientação que está disposta pelo Governo Federal. Obrigada. **Marcelo, OAB:** Sim. E aí o... Marcelo, OAB. O município vai ter os recursos lá, ele tira de uma fonte, tira de outra e consegue complementar

o atendimento a este público. Próximo, Fundamentos Legais, que é o Item 3. “A utilização dos recursos está respaldada por Lei Orgânica de Assistência Social, Lei 12.435/2011...”. Que lei é essa? “Resolução CNAS 33/2012 NOB-SUAS, Resolução CNAS 109/2009, tipificação dos serviços socioassistenciais, portaria MDS e decretos federais citados na Nota Técnica 17/2025, legislação estadual vigente (Leis 12.262, Lei 12.227 e Decreto 48.269/2021). Quatro, Orientações Finais. Reforçamos a importância de garantir a participação qualificada e paritária dos delegados na Conferência Nacional, fortalecendo o controle social e a democracia participativa no SUAS”. Só um minuto. Você continua? **Elder, Sedese:** Uhum. Ah, tá. “Pedimos especial atenção à garantia da participação dos delegados representantes de usuários de Assistência Social em cumprimento à diretriz de estímulo ao protagonismo dos usuários nas instâncias de deliberação da Política de Assistência Social, condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais. Os municípios devem observar os procedimentos legais e operacionais próprios para a execução de despesas com diárias e passagens, bem como garantir a devida prestação de contas, conforme as normativas vigentes. Em caso de dúvidas, a equipe da SEDESE está à disposição para prestar esclarecimentos necessários. Atenciosamente”. **Elder, Sedese:** Algum destaque, alguma contribuição, gente? **Patricia, Feapaes:** Patricia, FEAPAES: Como... quando fala aí que a equipe da SEDESE está à disposição, será que já não direcionaria? Como a gente tem um tempo muito curto, e alguns municípios pode ser que precisem de ajuda, e isso foi até falado, eu não posso direcionar a um setor específico um contato e já deixar ali no ofício para facilitar? Que a SEDESE é grande, né? **Elder, Sedese:** Pode. Aí coloca quem? O FEAS mesmo? se fosse maior. Muito complexo... Aí eu acho que é bom colocar: “equipe da SEDESE, por meio da Superintendência de Gestão...” É. E coloca e-mail... Então, acrescentar e-mail, telefone e equipe. Ok. A diretoria... Ok. Então a gente vai fazer o acréscimo. Lais. **Lais, CMAS Ipatinga:** Eu gostaria de saber sobre o decreto que foi falado, se a gente não pode colocar um parágrafo: “podendo ser normatizado através de decreto municipal”, alguma coisa nesse sentido? **Elder, Sedese:** Quer falar no microfone, Mariana? A Mariana falou que ela está colocando essa parte lá também. **Mariana, Sedese:** Estou colocando lá no item da forma de execução das despesas... Ok. **Mariana, Sedese:** Que aí (ininteligível). **Elder, Sedese:** Ok. **Marcelo, OAB:** Alguma outra contribuição, gente? Diante desse quadro, com a resolução, com acréscimo aquele art. 6º, que trata especificamente dessa orientação, estamos aptos a votar? Ok? Ok. Ok. **Marcelo, OAB:** Só um minuto. **Roberta:** Roberta, SEDESE. Eu sugiro também colocar ali que a equipe SEDESE e a Secretaria Executiva, né? **Elder, Sedese:** É verdade. **Roberta, Sedese:** Porque eu acho que tem orientação que tem que ser específica da secretaria. **Marcelo, OAB:** Ok. Isso neste documento que você está dizendo? O que está fazendo, né? Ok. Conselheiros, podemos votar? Sim... Então, por favor, favoráveis à proposta eu que vou falar em condição de titularidade. **Marcelo, OAB:**

Era um... Ok, era um teste para saber se vocês estão bem atentos. Por favor, votação nominal.

Secretaria Executiva do CEAS: Beatriz, Secretaria Executiva do CEAS: Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Armando Rodrigues. **Marcelo, OAB:** De acordo. Beatriz, **Secretaria Executiva:** Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, CRESS/MG, Ludmilla Lamartine de Souza.

Elder, Sedese: É o momento dela. Chama Sandra, por favor. **Elder, Sedese:** É o momento dela, gente. Estou aguardando esse momento **Secretaria Executiva:** Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas, SINTIBREF, Sandra Regina Ferreira Barbosa, em condição de titularidade. Tem que alterar ali. **Sandra, Sintibref:** Em condição de titularidade, aprovado. **Elder, Sedese:** Aê! Aê! Tiraram até foto aqui! **Secretaria Executiva:** APAE de Belo Horizonte, Mayra de Queiroz Camilo. **Mayra, Apae :** Aprovado. **Secretaria Executiva:** Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice Cmssvp:** Aprovado. **Secretaria Executiva:** Lar dos Idosos José Justino Rocha, Andrezza dos Reis Pimenta. **AndrezzaLijjr:** Contra. **Secretaria Executiva:** Associação Recreativa da Melhor Idade, ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz Armi:** Aprovado. **Secretaria Executiva:** CMAS de Ipatinga, Lais Alexandre da Silva. **Laís Cmas de Ipatinga:** Pela aprovação. **Secretaria Executiva:** CMAS de Campanha, Lyzi Saleri Ribeiro. **Lyzi CMAS de Campanha:** Pela aprovação. **Secretaria Executiva:** Coletivo Flores de Resistência, Simone Maria da Penha de Oliveira. **Simone CFR:** Pela reprovação. **Secretaria Executiva:** Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isac dos Santos Lopes. **Isac:** Considerando todos os apontamentos, eu voto pela aprovação. **Secretaria Executiva:** SEDESE, Elder Carlos Gabrich Junior. **Elder, Sedese:** Pela aprovação. **Secretaria Executiva:** SEDESE, Érica Pereira Alves Beltrame. **Érica, Sedese:** Pela aprovação. **Secretaria Executiva:** SEAPA, Priscila Zacarias. **Priscila, Seapa:** Pela aprovação. **Secretaria Executiva:** SEPLAG, Solimar. Assis. **Solimar, Seplag:** Pela aprovação. **Secretaria Executiva:** COGEMAS, Juliana Coelho. **Juliana, Cogemas:** Pela aprovação. **Secretaria Executiva:** CMAS de Ipatinga, Flávio Christian de Assis Miranda. **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Pela aprovação. **Secretaria Executiva:** CMAS de Campanha, Cristiane Gomes Mattos Dias. **Cristiane Cmas de Campanha:** Pela aprovação. **Secretaria Executiva:** Quinze aprovações, duas reprovações, 17 votos. **Marcelo, OAB:** Obrigado. Aprovada então a resolução. A nossa visitante Jandira Cristina, lá do Conselho Municipal de Assistência de Belo Horizonte, ela nos pediu para... uma manifestação. Por favor, Jade... Deixa eu te ajudar, porque a Patricia... **Jandira, observadora:** Patricia, na próxima vida eu quero nascer e ser uma mulher alta e elegante como você. Primeiro, eu gostaria só de fazer uma pequena correção, tá, Marcelo? Realmente, eu faço composição do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, tá, mas neste momento eu gostaria de me identificar como usuária das políticas públicas, porque... para não falar que eu estou falando em nome do conselho, tá bom? Só para deixar isso claro,

tá bom, e registrado. Tá. E o que me traz é justamente isso, né? Na 15^a Conferência, que foi a retrasada, eu fui eleita pelo meu segmento de usuários para estar na delegação, e fui para o Tauá (F) Hotel. E eu nunca tive a oportunidade de vir aqui agradecer. E a gente... muitas das vezes, quando estamos compondo um conselho, a gente mais leva pedrada do que elogios, né? A gente é muito desvalorizado, e nós fazemos uma função de alta relevância. E eu achei muito justo que, antes que este mandato terminasse, eu viesse aqui agradecer. Eu, enquanto uma pessoa com deficiência, que está visível que eu sou, eu fui para um lugar que teve total acessibilidade a todos os tipos de deficiência, eu fui acolhida, e eu acho que este conselho precisa ouvir isso, precisa ser valorizado nisso. E eu também tive direito a levar o meu acompanhante, né, com tudo pago, e foi tratado com o maior *glamour* necessário, mas eu também tenho uma filhinha pequenininha, que, na ocasião, tinha quatro anos e é autista, é TEA. Eu também fui acolhida por esta Casa, por este conselho. Então, é o momento, antes de este mandato acabar, de agradecer, porque é muito fácil a gente chegar na conferência e ouvir todos os segmentos, apontar dedos, que “isso está errado”, “precisa melhorar isso”, “precisa fazer não sei o quê”, ‘tá-tá-tá-tá-tá-tá-tá’. A gente aponta muitas falhas, né, mas são poucos que reconhecem as qualidades do ambiente, da situação. Vocês, nas vésperas, tiveram um problema com recurso financeiro, a Assembleia teve que intervir, vocês tiveram que se desdobrar aqui em um e um milhão, fazer dias extraordinários aí para dar conta daquela 15^a Conferência. E hoje também não está sendo diferente, que vocês estão falando da 16^a e caminhando para a 14^a Nacional. Ou seja, os anos vai passando, as dificuldades são as mesmas, só que a gente vai se aprimorando, e poucas pessoas que vêm nesse microfone dizer isso para vocês, e vocês merecem ouvir isso. Vocês merecem serem reconhecidos. Mas também eu vim fazer um pedido, que aconteceu naquela ocasião, né? Eu fui eleita para estar lá, eu estava lá com toda a minha família, com várias pessoas de vários segmentos, e de repente chegou uma usuária que mora em Belo Horizonte, e ela fez uma acusação muito grave. Ela falou que tinha sido eleita para estar lá. Quando ela falou que tinha sido eleita para estar lá, se você fizer uma... Eu gosto muito de interpretar frases, mensagens. Ela foi eleita para estar lá? Isso quer dizer que uma das cinco outras candidatas que estavam lá representando o segmento dos usuários de Belo Horizonte estava usurpando a vaga que era dela, porque ela foi eleita. Isso é uma acusação. Queira sim, queira não. Quem estava lá e ouviu, sabe que isso aconteceu. E eu me senti muito constrangida com a fala dela, porque eu fui eleita para estar lá. Isso não foi bacana, não foi legal, e ainda mais: a pessoa ainda usou uma outra frase, que é pior ainda. Ela disse assim: “Os meus papéis foram sumidos”. Estou mentindo, Elder? **Elder, Sedese :** Foi exatamente assim. **Jandira, Observadora:** Foi desta forma que foi dito. Ali, quando ela diz assim: “Os meus papéis foram sumidos”, ela quis dizer das duas uma: ou o CEAS ou o Conselho Municipal da cidade tinham extraviado os papéis dela e colocado uma pessoa na vaga que lhe pertencia, que lhe cabia. Isso é uma acusação ainda mais grave.

O CEAS, muito inteligente, chamou ela, porque ela gritou isso pelos corredores afora, todo mundo que estava ouviu, chamou ela em uma sala e apresentou: “Olha, o CEAS não tem nada a ver com isso, não. O que foi encaminhado pelo município que você está dizendo é isso aqui. São esses cinco nomes que se encontram aqui”. Então ele se resguardou. Só que ficou pairando para aquelas outras pessoas que estavam ali, e eu era uma dessas pessoas: “Será que eles foram eleitos mesmo? Será que ela está usurpando a vaga por direito que é desta pessoa?”. Agora eu quero elogiar o CEAS de novo, que a gente tem que ser justo de novo, né? Era uma pessoa que não tinha sido eleita, ela queria estar presente, usou de todas as artimanhas, conseguiu, e o CEAS foi muito inteligente. Para não falar que o CEAS estava jogando ela para fora, que era um ambiente público, tal, ela não tinha condições de pagar a estadia, porque no final de todo o ocorrido, ela deitou lá e ficou lá, no meio do caminho lá, sem para onde ir, o CEAS pagou para ela a estadia e garantiu a participação para ela. O que eu venho chamar a atenção do CEAS aqui? Nós estamos falando de recurso orçamentário aqui de interior, que tem muitas dificuldades, concordo com a sua fala, viu, companheiro, e aí, se nós debatemos limitações de recurso e o CEAS se programa em uma conferência estadual para ter lá 500 pessoas, chega mil, 2 mil, 3 mil, o CEAS é obrigado a pagar? Não. Gente, nós estamos falando de recurso financeiro, limite. E isso foi muito feio para o município, porque a pessoa falou para o município, então ela representou naquele momento o município. Eu estou aqui como delegada da delegação eleita no segmento do usuário, não representando o conselho, por isso que eu retifiquei a minha fala em dizer que eu estou aqui como usuária, e como delegada eu gostaria que isso fosse esclarecido, que este conselho se manifeste, porque já pensou se vira (ininteligível) todas as conferências as pessoas chegarem... E dependendo de quem grava e fala, vai falar que é uma bagunça, foi o CEAS que trocou a ficha dela, foi o conselho que sumiu com a ficha dela, porque não foi esclarecido depois. O barco foi andando, a maré foi indo, e não foi esclarecido. E isso não ficou bacana nem para a imagem do CEAS e nem para o município em questão do fato ocorrido. Eu gostaria de pedir para que o CEAS, que as pessoas que estavam lá presentes, né, posteriormente até para resguardar, porque eu tenho muito essa questão de sigilo, das boas... né, educação, boas normas, de tratar isso e, inclusive, mandar esse nome dessa pessoa para a Comissão de Ética, porque a pessoa, ela já tem costume de fazer assim. Se ela perdeu alguma coisa, ela tenta de outras formas burlar para conseguir alguma coisa, sabe? E isso é grave, gravíssimo. Não foi bacana. E isso, incabivelmente... Quando a gente fala de usurpação, usurpação é quando uma pessoa chega exercendo uma função pública... Porque o delegado eleito é como um conselheiro, ele está exercendo uma função pública de representação. Se eu chegar no lugar — vou dar um exemplo bem, assim, pesado — e falar assim: Eu sou policial, estou prendendo, e não for policial, isso é usurpação. Isso quer dizer que ela me disse que eu estava falando que eu era delegada e não era delegada. Estava usurpando uma vaga que seria dela. Isso, inclusive, é um crime previsto, queira sim, queira... Eu sou

muito... baseando nas questões da legalidade. Eu converso sobre artigos, resoluções, decretos, leis. Concordo na fala da Simone que eu busco direito, que ela falou do usuário, né? Eu busco direito. Então, eu gostaria que esse conselho acolhesse isso dessa forma. Tanto que reverberou, Sr. Marcelo... Vou saudar você porque você é o representante de todos nós aqui, inclusive o meu, porque você é meu representante legal, você foi eleito para estar aí como presidente, para garantir os nossos direitos enquanto usuário. Você é uma figura master para nós, tá? Isso é importante também ser dito. Eu gostaria de falar para você que a pessoa achou que os municípios tinham esquecido que ela foi para um processo eleitoral nessa conferência e todas as coisas que ela se candidatou, ela perdeu. Os municípios não esqueceram o que ela fez. Não foi bacana. Mas eu não quero falar dos municípios que esqueceram, Eu quero falar da minha imagem enquanto usuária, que as políticas públicas têm que me resguardar. Será que toda conferência que eu for e os outros me chamarem de usurpadora, de ladra, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê, eu tenho que levar isso para mim? Isso não pode acontecer, Marcelo. Não é uma forma de puxar a orelha do CEAS, tá, quero deixar isso claro para vocês, mas é uma forma que eu estou pedindo acolhimento, que aconteceu comigo. Eu me saí constrangida dali, fiquei constrangida o tempo todo, mantive a minha postura, a minha ética, mas foi uma pessoa que, do início ao fim, causou turbulências desnecessárias, e este conselho não pode ser omisso. É só isso que eu queria pedir. Eu vou até pedir, por questão mesmo de ética, a gente não tratar essa pauta, assim, publicamente, né, mas que eu seja chamada. Me coloco inteiramente à disposição. Vou deixar o meu contato aqui para a gente aprofundar melhor sobre essa pauta. E eu estou olhando (ininteligível) também. Olha, eu volto a repetir: se toda conferência você programar, enquanto conselho, 500 pessoas, chegar 2 mil pessoas, aí vocês serem obrigados a pagar... E aquelas do interior pequenininho, que perdeu e não pôde estar lá? Isso não pode acontecer. Um convidado, na grande maioria das vezes, quando não é convidado para palestrar, estar presente, ele pode participar porque é público, mas ele tem a obrigação de pagar estadia, alimentação, transporte, né? E isso aqui nunca negou para ninguém. Só que a pessoa tem que sair lá fora, pegar um carro, procurar um hotel em Caetés, um transporte para poder participar, ouvir, né? Mas agora estar ali no momento de outros municípios que às vezes não puderam estar por questão de recursos financeiros... Que eu também me coloco na posição dos municípios pequeninhos, sabe? Não pôde estar ali, e a outra pessoa usar a vaga que poderia ser desse município? Então isso é grave, sabe? Então, agradeço a oportunidade da fala. Vou voltar ali... vou deixar ali com quem for responsável, pegar todos os meus dados, que eu gostaria de dar condução da melhor maneira possível, porque realmente eu gostaria que fosse retratado por uma usuária eleita delegada, porque não ficou legal para mim naquele momento, e eu gostaria que essa Casa se manifestasse posteriormente, no momento oportuno. Obrigada, tá, Marcelo? **Marcelo, OAB:** Nada, Jade. É um prazer receber a sua fala. Quero te dizer primeiro que eu estou aqui presidente porque essa turma aqui votou em mim, né?

E, humildemente, te falo assim: a minha experiência na Política de Assistência Social, ela... eu já tive a satisfação de estar aqui na presidência deste conselho por dois mandatos anteriores, 2007 até 2009, se não me falha a memória, e aqui, agora, pela terceira vez. Então, isso muito me honra, estar aqui, nessa cadeira, uma cadeira de extrema responsabilidade, como você disse, não é, porque nós não só defendemos a Política de Assistência Social para os usuários, mas também a gente tem as entidades e os trabalhadores que levam até os usuários a condução e a presteza desse serviço. Aquilo... isso que você fala diz respeito à conferência lá de 2003, não é? Vinte e três. Vinte e três. **Marcelo, OAB:** De 23. Que não era a conferência, e nem esses conselheiros que estão aqui estavam nesse mandato. Pode ser que, por coincidência, um ou outro esteja, não é, mas... Sandra, Simone, Elder estavam lá. Sim, sim. Por coincidência, alguns deles estão, né? E o que eu posso te dizer... Exato... O que eu posso te dizer, e que já a nossa fala já está aqui registrada, que você se senta retratada por este Conselho Estadual por aquilo que você passou naquela conferência, por aquilo que você sentiu de desgaste emocionalmente, por tudo aquilo que você passou. Nós, enquanto representantes aqui do Conselho Estadual, nós saudamos você, saudamos você como usuária, uma usuária que tem fala, que tem potência e que conduz a sua vida e o seu trabalho para a Política de Assistência Social com muita força, com muita segurança. Se você não sentir a fala deste presidente em uma plenária como garantia da sua retratação por nós, por aquilo que você passou, nós também formalizamos este documento para te entregar em mãos, tá bom? Chegará até você. E dizer, conselheiros, que para mim que... aproveitando, né, que durante esse tempo todo, esses 20 anos que a gente está na Política de Assistência Social, esta Conferência de Assistência Social foi algo tudo muito novo... Para você ver, tem 20 anos que a gente está nessa política, mas essa foi diferente. Foi diferente em todos os sentidos. Tantas coisas novas ocorreram, tantas coisas absurdas aconteceram, tantas coisas ótimas aconteceram. Sopesando todas essas situações, a Conferência Estadual de Assistência Social, essa 16^a, para mim foi um sucesso em todos os sentidos, mesmo aqueles problemas pontuais que nós tivemos, mas eu tenho muito a agradecer aos conselheiros que estão hoje nessa gestão, à equipe da SEDESE, que trabalhou de forma exaustiva, à nossa Secretaria Executiva também, que foi muito lutadora para que isso acontecesse de uma forma muito tranquila, tá? Sinta-se acolhida e fique à vontade, tá bom? Pois não.

Jandira, Observadora: Jandira Cristina de novo, usuária da Assistência Social, respondendo, né? Quero deixar registrado que eu sempre me senti acolhida pelo CEAS, isso é importante, que vocês sabem disso. Quero deixar claro também que isso não foi uma falha do CEAS, que eu acho que é importante também vocês ouvirem isso. Aconteceu, mas a minha preocupação é que isso venha acontecer outras vezes, porque quando se abre uma brecha, pode ocasionar de outras formas. Então, isso tem que estar registrado para que o CEAS trabalhe, para que pessoas como essa não cheguem lá e façam as mesmas coisas e saiam impunes, né? Receberei a retratação, sim, por escrito com muito

carinho, com muito zelo, mas volto a trazer a minha fala: eu não penalizo o CEAS. Não foi o CEAS. Foi uma pessoa que teve uma atitude ruim, falas infelizes contra a imagem do CEAS e contra o município também o qual ela está. E ela até hoje não se deu conta que ela teve essa fala e que ela machucou pessoas, seres humanos e, de certa forma, manchou imagens, que não foi bacana. Mas agradeço, tá? Recebo de bom coração. Agora vou colocar uma vírgula: que eu também já fui presidente do conselho. Eu sei que a posição que você está não é fácil, né, não é para qualquer um, e eu costumo dizer que nós nos tornamos um muro de lamentações. Nós temos que agradar gregos e troianos. E mesmo assim não agradamos. Mas sou muito satisfeita com essa equipe toda que está aqui. A que foi e a que também está aqui Estou muito satisfeita. Muito obrigada, tá? **Marcelo, OAB:** Obrigado a você. Dizem que eu tenho um ombro, assim, muito bom para poder ser abraçado. Então, senta-se abraçada. Gente, para último ponto de pauta... Mas antes do último ponto de pauta, só para dizer aos conselheiros... Viu, gente, a nossa Secretaria Executiva, ela pediu exoneração, para aqueles que ainda não sabem, e nós... a nossa secretária Poliana. Tentamos demovê-la dessa situação de sair, mas ela estava decidida por questões particulares dela. E nós, lá na plenária... lá na Conferência Estadual, nós fizemos uma reunião da Mesa Diretora extraordinária para resolver essa situação. Nós, em diálogo já naquela reunião com a secretária Mariana, nós dissemos da necessidade urgente de chamar a próxima pessoa que está na lista dos... daqueles que fizeram o processo seletivo. Nós convidamos na lista a primeira pessoa, que se abriu... que abriu mão da sua possibilidade de colocação, né, de entrada aqui como nossa secretária executiva, chamamos a próxima colocada, que não sei... Como é que ela chama? **Elder, Sedese:** Michele. **Marcelo, OAB:** Michele, e ela aceitou. Então, acredito que para a próxima plenária a Michele será apresentada para todos nós, né? Então era este informe que eu gostaria de dar. E vamos ao último ponto de pauta, que tem muito a ver aqui com a presença da nossa secretária Mariana, que diz respeito à infraestrutura física do CEAS. Nós, na reunião da sociedade civil, nós pautamos essa discussão, e passo para Simone manifestar. **Simone, CFR:** Não, na verdade... Simone, Coletivo Flores de Resistência. Ludmilla foi embora, né? Primeiro eu quero fazer... pedir que o Elder, ou o presidente, faça a leitura de um ofício que vem em nome do Fórum de Usuários de Varginha, por gentileza, e depois a gente entra na pauta, porque eu acho que ele já vai contemplar bastante coisa. **Elder, Sedese:** "Assunto: solicitação de envio de documentos para conhecimento e estudo de representante do Fórum Regional de Usuários de Assistência Social da regional Varginha. Srs. Conselheiros, o Fórum Regional de Usuários de Assistência Social - regional Varginha, no exercício de suas atribuições de articulação, representação e defesa dos direitos dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), vem por meio deste solicitar o envio dos seguintes documentos ao colegiado: I, Regimento Interno atualizado do CEAS; II, resoluções mais recentes de relevância normativa, especialmente aquelas que tratem da organização, funcionamento,

deliberações e composição do conselho. O pedido tem por finalidade dar ciência e subsidiar o estudo do representante do Fórum Regional de Usuários de Assistência Social - regional Varginha, que assumirá assento neste conselho no mandato de 2025-2027, garantindo o pleno exercício de suas funções e a qualificação da participação social dos usuários no âmbito... do âmbito estadual. Em respeito à deficiência visual do referido conselheiro, solicitamos que todos os documentos sejam encaminhados em formato acessível, preferencialmente em PDF acessível, com texto reconhecido e marcado ou em formato Word (docx), de modo a possibilitar a leitura por tecnologias assistivas. Tal solicitação fundamenta-se nos arts. 63 e 68 da Lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Pessoa com Deficiência, que assegura o direito à acessibilidade na comunicação e informação. O art. 63 estabelece que é obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no país ou por órgãos de governo, e o art. 68 dispõe que o poder público deve garantir a acessibilidade nos serviços e informações prestadas à população, inclusive na disponibilização de documentos e materiais informativos em formatos acessíveis às pessoas com deficiência. Dessa forma, a solicitação visa não apenas assegurar o cumprimento da legislação vigente, mas também garantir o pleno direito de participação e autonomia do conselheiro com deficiência visual, em conformidade com o princípio da Lei Brasileira de Inclusão e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais, e desde já agradecemos pela atenção e colaboração deste importante colegiado na consolidação dos princípios democráticos e participativos do SUAS em Minas Gerais.

Atenciosamente, Bruno Donizetti”.

Simone, CFR: Obrigada, Elder. Eu acho que ali traz um pouco já do cenário que vai ser o próximo mandato. E aí, com esse... todos os gargalos, Mariana, a gente viveu, né, ontem e hoje... gosto de dizer que foi um pesadelo, porque subir as escadas não foi... né? E não é só sobre as escadas, né? Eu acho que é em todos os sentidos. E aí, a gente fica pensando... a gente estava querendo dizer, conversar com você, aproveitando a sua presença, como é que a gente vai resolver essa situação, né? A gente está pedindo a mudança desse local há muito tempo, e essa pauta, ela não volta, né? Quando ela volta, está em reforma ou foi ocupada. E aí, a gente quer entender como é que estão os trâmites, o que está sendo pensado, entendendo que no próximo cenário a gente vai ter uma pessoa cadeirante, né, e hoje a situação, não só desse local, mas... independente de o elevador estar funcionando, a cadeira de rodas dele não passa nessa porta, sabe? Então, assim, a gente tem esse cenário, eu acredito que todos vocês já presenciaram, até porque mesmo quem não sabe quem foi eleito, eu acho que é um dever nosso olhar ali quais são as dificuldades. Temos um outro companheiro também que é surdo, né? Então, esse... É o Sérgio. Então, assim, como é que a gente vai... E o Bruno, né?: Sérgio... E um cadeirante. É. Então, assim, para mim o cenário vai ser maravilhoso, que eu acho que esse SUAS fala tanto de inclusão, inclusão, mas a gente não viveu esse cenário. Então, eu estou

muito feliz, né, eu estou muito feliz que esse cenário vai se mudar para o próximo mandato, mas ao mesmo tempo também a gente precisa sair daqui... E a garantia que eu como usuária quero fazer é que tudo tem uma contratação. Então... ou seja, em dezembro está aí a posse. A gente já precisa de ter isso assegurado, sabe? Não dá para esperar. Então... ou seja, o que dá para esse conselho, o que dá para a secretaria adiantar em um diálogo com a gente, uma proposta de local, se tem algo em mente ou não, ou como é que a gente vai dialogar isso aqui, a gente está aqui mesmo é para te ouvir, né, pontuando esses pontos, e o que dá para ser encaminhado, tá? Eu vou deixar que os meus pares também acrescentem alguma coisa. Rosa. **Rosalice, Cmssvp:** Rosa, Conselho Metropolitano de Belo Horizonte. E ainda a gente está querendo garantir a acessibilidade não só do local, mas porque acessibilidade, ela é muito mais ampla do que só o local, né? A gente quer intérprete de Braille, porque nós vamos precisar disso, aquela... até a régua para a pessoa assinar. Nós precisamos ainda... que é uma outra coisa, assim... né, o transporte para... A Secretaria Executiva já tem atividade de buscar quais as necessidades deles, até mesmo o transporte. Se o cadeirante tiver que vir de ônibus, o tradicional não dá acessibilidade para ele vir com a cadeira dele. Então, até isso a gente vai precisar de pensar, nesses detalhes, de atender o grupo que vem de uma forma mais... que garanta realmente o direito deles de todas as formas, né? Então, a gente está precisando da acessibilidade em vários pontos, que inclui esse local da plenária... Também gostaria **Simone CRF:** Só um minutinho. Simone. E também eu acho que é uma capacitação principalmente também para a Secretaria Executiva, né, porque vai ser um desafio novo para a Secretaria Executiva também, e também para nós, né? Imagino não só nós, assim, porque pretendo estar sempre vindo aqui, mas até para a gente compreender a fala, como é que a gente vai falar. A gente, sabe, começar a entender que vai ter um outro cenário, né, e muitas das vezes a gente... um está falando, o outro está ali. Então, o lugar aqui já é muito barulhento. Então, são coisas parece que muito pequenas, que parece, assim: "Ah, mas é óbvio", mas o óbvio que não está acontecendo. Então, eu acho que é importante a gente falar um pouco disso. Jade, depois Matheus. **Marcelo, OAB:** Sim. Mariana, enquanto Jade se posiciona, só para contribuir, hoje pela manhã nós teremos... nós discutimos e decidimos, e deliberamos sobre a próxima reunião de dezembro, para a reunião de dezembro, 11 e 12 e com outras duas datas possíveis, para que a gente faça a reunião com os novos conselheiros, um curso de capacitação para eles e a plenária no outro dia, e a gente ficou de verificar um local acessível, não é? E nós olhamos... vamos olhar lá no Conselho de Educação e no Conselho de Segurança... Segurança Alimentar. **Marcelo, OAB:** Segurança Alimentar, é. E na UAI também, como... agora já com uma outra opção, né? Porque se a gente conseguir na educação e no outro-- É. Pois é. Então, é só mesmo para contribuir. Pois não, Jade. **Jandira, Observadora:** Jandira Cristina, conhecida como Jade, usuária... **Jandira:** Usuária das políticas públicas, mas eu também sou assistente social de formação. Tirei um coelhinho da cartola,

né? Bom... Mayra. **Jandira, observadora:** E todo mundo já viu que eu sou uma pessoa com deficiência. Lá em casa todo mundo tem um sitezinho, sabe? Aí eu falo que lá em casa é um zoológico dos deficientes. Mas, assim, no bom sentido. É. Eu posso falar. Os outros não podem falar, não, viu, gente? É isso aí. **Jandira, observadora:** Então vamos lá. Essa pauta me incomoda muito, sabe? E a nossa companheira... como é que você chama, meu bem? Você que estava aqui de blusa preta. Rosa. Rosa. Rosa. A Rosa trouxe uma fala muito peculiar e que é exato. A acessibilidade não está só olhar os aparelhos arquitetônicos, largura de uma porta. É muito mais do que isso, né? Eu sugiro a este conselho, a essa Casa, fazer uma áudio-escuta, conversar com cada um para saber, né, quais são as peculiaridades. Porque cada pessoa que tem uma deficiência, ela necessita de peculiaridades específicas para a sua deficiência. Assim, realmente, olhando aqui a infraestrutura, realmente aqui não é um ambiente acolhedor para pessoa com deficiência. É o mínimo a largura da porta, é o mínimo a pessoa poder conseguir chegar até o salão da plenária e poder participar de forma igualitária. E nós, que somos assistentes sociais de formação, a gente luta pela garantia do direito, né, a igualdade da participação. Então, mais do que justo que os conselhos, não é só o CEAS, não, é todos, eles tenham a sensibilidade para, de fato, garantir a participação de todos os deficientes, não só como conselheiros; os convidados também, porque eles querem interagir enquanto sociedade. Eu até brinquei com a minha coleguinha aqui de trás, falei assim: Olha, eu tenho mobilidade reduzida, eu uso muleta, eu utilizei degrau por degrau para chegar aqui. Graças a Deus, eu consegui. Mas se fosse uma pessoa totalmente cadeirante, tinha que ser carregada no colo para chegar até aqui. E isso, de certa forma, é um constrangimento para a pessoa com deficiência. É uma barreira arquitetônica que está impedindo a nossa participação. Volto a repetir: eu não posso falar como... integralmente, em nome de todas as pessoas deficientes, porque cada um tem suas necessidades, cada um tem suas especificações. Trago como sugestão: chame um por um, tenha uma áudio escuta, entenda o que ele precisa para de fato interagir com esta Casa e ter uma participação plena. Fica aí essa sugestão, que acho que é o mais viável diante da situação. E também quero só colocar uma coisa que não estava ali no ofício que eu acho importante adicionar. A pessoa com deficiência, ela precisa também que esta Casa acolha inclusive o acompanhante: dá alimentação, transporte, porque ali não está escrito, mas eu quero deixar isso registrado também, que isso é uma forma de segurar essa participação, tá? E a nossa colega, voltando aqui de novo, trouxe do transporte. Às vezes tem que ter transporte específico, inclusive é mais caro, para garantir a participação dessa pessoa. No mais, agradeço. **Marcelo, OAB:** Sim. Nós já... Marcelo, OAB. Nós já deliberamos hoje cedo sobre essa situação de entrar em contato com cada um dos conselheiros novos que irão entrar, né, para verificar qual é a sua condição e o que ele necessita. **Patricia, Feapaes:** Patricia, FEAPAES. Eu vou só acrescentar algo a mais, porque além das adaptações para as pessoas com deficiência, há uma modificação do comportamento nosso, né? Então,

assim, quando a gente está com... Vou dar por exemplo... Não é para criticar nem nada. Está com intérprete de Libras e um deficiente auditivo, a gente não pode conversar mais todos juntos, ao mesmo tempo. A gente tira a acessibilidade. Então, para além de a gente garantir acessibilidade, a gente também observar o comportamento. E eu acho que cabe também na capacitação essas questões. O deficiente visual, às vezes ele não vai vir com acompanhante, mas ele vai precisar de um apoio aqui para se locomover em determinados espaços, né? Então, a gente já tem que pensar isso enquanto Secretaria Executiva e enquanto pessoas-apoio... Verdade. **Marcelo, OAB:** Isac. **Isac, Cqamrd:** Isac, Comissão de Quilombolas do Rio Doce. Fazer... queria é fazer coro com os colegas, né, e dizer também que é muito... é motivo de muita alegria para a gente estar com usuários nesse conselho com essa diversidade, né, de representatividade. Eu me lembro de uma época também que a gente tinha no conselho usuário quilombola, indígena e também pessoa com deficiência visual, que trazia essa diversidade. E além disso... agora, quando a gente trata das solicitações, né, da necessidade que esse conselho ele se adapte para receber com dignidade, com condições de participação dessas pessoas, queria acrescentar a essa conversa, lembrar esse conselho de que essa plenária, ela já deliberou pelo menos umas duas vezes sobre essas questões de acessibilidade, sobre a necessidade de esse conselho encontrar uma nova casa que fosse na região central e que tivesse todos esses aspectos acessíveis, né, e que já houve uma tentativa, ou várias tentativas, da SEDESE em encontrar esse local, mas até o momento a gente não teve um retorno positivo nesse sentido. Então, queria lembrar que já houveram pelo menos umas duas deliberações, que eu me lembre, dessa Casa nesse mesmo sentido, para que essas deliberações também fossem levadas em consideração no momento de procurar outro espaço, se for o caso. **Marcelo, OAB:** Marcelo, OAB. Não, vou passar para a Mariana. Só para fazer um registro em cima da fala da Patricia, ser acompanhante é um aprendizado, viu, gente? Eu e Luizão, a gente tem vivenciado muito isso no FONACEAS, e a nossa... E a Érica. Você nem tanto... Mas eu que vou para o banheiro com ele, entendeu? Ah! Coisas assim, eu que levo ele lá no banheiro, eu e o Luizão. Coisas desse tipo, né? É. Então, é um grande companheiro que acho que todos nós conhecemos, né, e... É Carlos, Carlos Aju. Carlos Aju, ele é mineiro, ele é mineiro, já foi do CNAS, né, já foi do... Mora no Espírito Santo. ... Hoje ele mora no Espírito Santo, e já foi presidente do Conselho Estadual do Espírito Santo. E a gente tem vivido esse tipo de situação nos encontros do FONACEAS, e é muito interessante e muito gratificante. Então, eu acho que nós, conselheiros, temos que estar sensíveis a isso que vai acontecer na próxima plenária... na próxima gestão. Mariana, com as suas soluções para nós. **Mariana, Sedese:** Ah! Ah! ... Quem dera. [Mariana, SEDESE. Então, eu só concordo. Eu vou encerrar a minha fala assim, concordo. Você concorda que precisa. **Mariana, Sedese:** Estou de acordo com tudo que vocês falaram. Gente, então a gente lá na SEDESE, na SUBAS, a gente também já começou a ter essas preocupações. Eu tive reunião com as meninas da Secretaria Executiva essa semana. Eu, de fato, acho

que é como tudo na vida, né? A gente só aprende vivendo. Eu também estou falando por experiência própria, e acho que a maioria de nós aí, né, a gente... não tem de fato a prática, a gente não sabe o que são essas dificuldades. Eu... o mais perto que eu passei por mim, na minha família... Não, eu tenho primos deficientes auditivos, mas fizeram... usam aparelho, implante, não usam Libras, mas a gente tem sempre que fazer a linguagem labial próxima. Enfim, e é isso, eu acho que cada pessoa com deficiência vai ter uma necessidade. O deficiente visual, a gente vai ter que entender as necessidades dele, a do cadeirante, que às vezes parece que é só essa estrutura, eu acho que a gente... com a convivência a gente vai ver que não é só isso, porque... Enfim, a Secretaria Executiva ficou de entrar em contato com eles, porque antes de a gente pensar nas providências também, a gente precisa ouvir essas pessoas, porque a gente... Eu não tenho noção... ah, não é... A gente de repente fala assim: "Ah, um Libras vai resolver, o Braille". Mas o que em Braille? Como? Acho também que as nossas reuniões vão ter que mudar completamente, gente. Completamente. E não sei como é que vai ser na prática também, não, porque do jeito que a gente está hoje acostumado, vai ser muito ruim para as pessoas. É isso. A gente mesmo... em vários momentos aqui a gente brinca, a gente... fala um monte de gente junto, a gente fala longe do microfone. Até para transcrição ali é diferente, imagina para... Os materiais eu acho que a gente também vai ter um desafio muito grande com os materiais, porque a gente resolve muitas coisas aqui na hora, mas eu acho que também isso faz parte do processo. Eu tenho mais dificuldade de pensar que a gente vai conseguir produzir materiais em Braille com antecedência, porque se as nossas reuniões são de um dia para o outro, como é que vai ser? Ele pediu no ofício. **Elder, Sedese:** Pediu. **Mariana, Sedese:** Então... É porque a Rosa está dando a ideia aqui de um lugar que faz impressão em Braille. Nós não vamos utilizar... Não vai utilizar . Ele especificou. **Mariana, Sedese:** É, eu vou deixar as meninas... depois a Secretaria Executiva fala do contato, mas eu acho que primeira coisa é isso, gente, primeira coisa a gente vai ter que ouvir essas pessoas e entender. Agora, sobre o prédio, para mim a pior coisa eu acho que a gente... vai chegar ao ponto então em definitivo de... não vai ter mais atividade nesse prédio, porque não vai ter nem reunião de comissão que vai dar certo aqui, não vai ter reunião de Mesa Diretora, não vai ter nada que vai dar certo aqui nesse prédio... Eu já estou pensando. **Mariana, Sedese:** Então, assim, isso para mim é um outro ponto também. Então, a gente em definitivo não vai ter mais o CEAS funcionando nesse prédio. A gente... volto a dizer, não temos outro espaço. Para mim, inclusive... Dezembro já está aí. Eu já sugiro, vocês não gostam mais, para mim o lugar que tem é a Cidade Administrativa. Com a estrutura que a gente tem... a gente tem pessoas com deficiência que trabalham todos os dias na Cidade Administrativa. Então, assim, bem ou mal, é longe, mas lá a gente tem estrutura que dê conta, inclusive um Corpo de Bombeiros lá o tempo todo para qualquer coisa, porque já aconteceu de o Corpo de Bombeiros precisar carregar colega nosso que é cadeirante, que trabalha na SEDESE. Enfim, é isso. Como eu...

Eu acho assim... eu ia até dar a sugestão, mas que não resolve, não resolve... Esse prédio aqui não nos atende mais. Para mim, eu acho que essa é uma das conclusões. E aí, não tendo outro... Porque não é só um caso de consertar o elevador, que é óbvio que precisa ser consertado porque tem profissionais que estão trabalhando aqui, mas o elevador não vai resolver, porque essa pessoa não vai conseguir chegar aqui. Então, para mim dezembro aqui a gente... Aqui não está tendo nem água. **Mariana, Sedese:** É. **Marcelo, OAB:** Patricia. **Patricia, Feapaes:** Patricia, FEAPAES. Eu fico pensando que não seria só uma questão de acessibilidade, né? A Cidade Administrativa, ela vai ter acessibilidade, mas é o acesso das pessoas à Cidade Administrativa, né? Então, a minha preocupação fica nisso. Já tivemos, né, no mandato anterior algumas plenárias que ocorreram lá. Eu entrei no conselho, já tinham passado isso, já tinha retornado para cá, mas eu vi o quanto os conselheiros falaram desse acesso enquanto distância. E pensando nessas pessoas que chegam pela rodoviária, né, para chegar lá, a questão de estadia, essa é a minha preocupação também. Tem gente que não conhece muito Belo Horizonte. Quando a gente estava sugerindo... Porque já aconteceu mesmo de a gente dividir espaços, né, como o Conselho Estadual de Educação, que uma época teve uma reunião de lá, lá é acessível, eu acho que a gente pode tentar isso. Não é muito na região central, mas é de fácil acesso em comparação um pouco com a Cidade Administrativa. Acho que antes de a gente pensar nessa possibilidade da Cidade Administrativa, a gente tinha que esgotar alguns espaços aqui em Belo Horizonte, que facilitaria o acesso dos conselheiros, né? E pensando também que há uma possibilidade... O conselho é aberto ao público. Há uma possibilidade de o público ter acesso às reuniões de conselho, quando a gente leva para a Cidade Administrativa, a gente vai restringir o acesso ao público. **Marcelo, OAB:** Mariana, eu-- **Mariana, Sedese:** Deixa eu completar uma coisa. É só... Mariana, SEDESE. É porque tem uma... Eu entendo isso, Patricia, também. Só tem um ponto que é uma preocupação a mais, porque quando a gente fala de plenária, as vezes, né, que a gente fez plenária lá no Conselho da Educação, que eu lembro que foi uma só, a questão é que a partir do momento que a gente não vai ter mais aqui nem as comissões, a gente não vai ter a estrutura da Secretaria Executiva aqui. Então, a gente vai ter um dificultador a mais, porque a gente vai precisar de um espaço físico fixo duas vezes por mês com estrutura também para a Secretaria Executiva. E aí a gente está falando... e para a estrutura toda aqui que a gente fala de água, de café, de banheiro, de limpeza. Quando a gente ocupa outros espaços... Oi? Gravação...Isso, gravação. Quando a gente... gravação das reuniões, que a gente também... tudo isso a gente vai ter que ver. Quando a gente ocupa outros espaços para fazer qualquer evento, nós, enquanto SEDESE, até quando a gente vai marcar reunião ali na UAI, a gente tem que olhar isso tudo, e ainda tem que olhar, por exemplo: "Ah, vai ter limpeza? A limpeza é por conta de vocês ou a limpeza é por nossa conta?". Eu já cheguei em regional que eu cheguei lá e eu tive que providenciar um auxiliar de limpeza, porque eles falaram assim: "Eu te empresto o espaço, mas a limpeza que vocês têm que

pagar, e vocês têm que trazer tudo”, a gente tem que comprar... Então, assim, é isso, viu, Secretaria Executiva? É porque são vários detalhes que a gente vai ter que atentar. **Marcelo, OAB:** Mariana, nas parcerias entre... Marcelo, OAB. Nas parcerias com as secretarias de estado, né, de repente pode... poderia fazer uma articulação entre os secretários, né, para poder fazer a divisão do espaço. Por exemplo, Conselho de Educação com o Conselho de Assistência Social, né, o Conselho de Segurança Alimentar, que foi sugerido aqui hoje. Não, não sei. Estou falando assim, talvez em uma articulação com esses conselhos, que aí levaria esses... o Conselho Estadual para esses espaços, né? Eu acho que é uma articulação interessante. **Mariana, Sedese:** porque ninguém tem espaço próprio. Que eu saiba, é o Conselho de Educação e o de Saúde, mas é nesse prédio de saúde, né? **Marcelo, OAB:** Sim. É, o... **Mariana, Sedese:** CONSEA não tem. Ele usa espaço de outras. Só para plenária. É, só para plenária... Eu acho (ininteligível). **Marcelo, OAB:** Pois é. Quem está inscrito? **Marcelo, OAB:** Sandra, por favor. **Sandra:** Pode projetar aquela imagem que eu coloquei? Gente, eu queria falar desse tema, assim, da acessibilidade. E me reportei agora que há mais de 20... uns 25 anos atrás, no Teatro Marília, com nossa saudosa Simone Albuquerque, que lá não tinha acessibilidade. Eu não sei, outro dia... quando eu fiz essa homenagem para ela em função do seu falecimento, foi um seminário lá do SINTIBREF, FENATIBREF, e eu fiz uma musiquinha, assim, porque fomos... chamou Zé Cruz, o André estava aqui em Belo Horizonte, foi em novembro o aniversário do Zé Cruz, aí a gente fez uma homenagem, e eu cantei para ela, e aí todo o grupo cantou... E por que eu estou trazendo isso aqui agora? Porque isso tem 25 anos. No Teatro Marília, um evento no qual estávamos o Geraldo, presidente do SINTIBREF, da FENATIBREF hoje, da federação, simplesmente ela chegou e falou: “Como é que eu vou subir?”. Porque lá tinha um balcão, o lugar das palestras era em cima, assim, não tinha escadinha... tinha uma escada normal para subir. Ela: “Como é que eu vou subir?”. O Geraldo pegou. Eu lembro, eu estava iniciando, assim, em 25 anos atrás que eu estou falando, gente. Ele pegou ela no colo... E levou ela. **Sandra, Sintibref:** Levou ela lá em cima, o outro levou a cadeira para pôr lá em cima, e aí já estava começando as discussões aqui em Belo Horizonte, né, depois teve o estatuto, tal. Mas lembrar... só trazer isso aqui. Eu cantei aquela música, os de meio-dia para (ininteligível) sabem: Menina, te carreguei no colo... Eu fiz uma adaptação... Foi, porque aí todo mundo cantou, sabe, em homenagem a ela. **Mariana, Sedese:** Canta você. Eu não sei, não. **Sandra, Sintibref:** Você não sabe? Você não sabe essa música. **Sandra, Sintibref:** Aquela música, ó: “Menina que um dia linda foi criança Sandra. “Me aparece assim de repente. Linda, virou mulher.” Foi essa música que a gente cantou para ela. “Menina, como te amamos tanto...”. Agora, foi depois do óbito dela, gente. “Te carreguei no colo, menina. Para o seu lugar te levei. Te carreguei no colo, menina. Para o seu lugar te levei.” E a gente continuou: “Lembro a menina faceira, tão atrevida e destemida. Hoje virou uma estrela a aquecer nossos corações. Menina, que muitas vezes vi falar, achando graça quando ela dizia:

‘Quando eu crescer, vou lutar por vocês’. Menina, que nos ensinou outrora, vamos honrar sua memória...”. Eu quero dizer o seguinte: que a gente está honrando a memória dela que foi carregada pelo Geraldo, que o que o Marcelo conhece, foi na época de presidência, e levou ela para lá. Eu estou falando de 25 anos, e a gente está falando depois de 25 anos nessa questão, que não nos preparamos para esse momento da acessibilidade. Quando a gente subiu a escada hoje, você falou: “Eu amava Simone”, que nós ficamos lembrando, eu falei: Eu também, né? A gente conversando. E eu fui... eu estou aqui achando, isso foi lá em final de 2023, no Viver Mulher(F). Então, assim, gente, para trazer que isso é um absurdo, porque eu estou chamando a responsabilidade para nós mesmos, me incluindo nesse todo, que não cuidamos ainda dessa acessibilidade, não estamos pensando nessa inclusão, que tem que ser. E eu consegui achar e trazer trazendo a memória dela, né, e Simone presente, que eu acho que foi uma referência para todos nós, assim, de luta, e que... e para a gente atentar e nos preparamos em tudo isso que você falou. Vai ter que mudar tudo. É Secretaria Executiva, é estrutura, é tudo. E vamos pensar nisso. Obrigada que eu tive a oportunidade de falar. cantou, Sandra, você cantou.

Marcelo, OAB: Sandra, hoje você está um sucesso. Por quê? Eu fui puxada na saia para parar de falar... Pois é. Ô, gente, vamos... Marcelo, OAB. Nós vamos aproveitar... Gente, baseado na fala da Patricia, baseado na fala de Patricia, nós já vamos aprendendo, que o ano que vem essas coisinhas não vão ter mais, não. Está certo? Está certo? Espera aí. Só para a gente... só para a gente terminar aqui e encerrar as nossas falas. Nós temos as inscrições de João, de Jandira, Jade, e Mariana, e aí nós vamos encerrar as contribuições. Procon, vai lá. **Jandira, Observadora:** Jandira Cristina, Jade, usuária das políticas públicas. Minha pergunta é direcionada para a Mariana, que está representando a secretaria aqui. Existe uma possibilidade de fazer uma locação de um edifício? E a Sandra me representou muito bem na fala dela, porque eu venho lá desde o início, quando criou a lei orgânica, orçamento participativo. A gente não tinha nada, viu, gente? Não tinha nada... Os ônibus quebravam no meio do caminho. Não tinha nada... A gente andava a pé, a gente comia trem, assim, no meio da rua. A Sandra foi muito feliz na colocação dela. E vou chamar um pouquinho a atenção. Gente, já passaram 25 anos, a gente não ter um prédio central... Não tem... Da Assistência Social, do conselho, do Conselho da Assistência Social, para nos... Aqui na região central para acolher a pessoa com deficiência na sua integridade... A Sandra foi muito feliz na colocação dela. E, assim, a Simone me representou muito bem. Infelizmente, Deus recolheu ela, que Deus TENHA ela em um bom lugar. Foi uma pessoa que inclusive dividiu mesa comigo, mas além da mesa, ela dividiu sofrimento e militância de uma pessoa com deficiência. Então, ela sempre abraçou minha causa, como eu também sempre abracei A ela. Então, Mariana, essa seria a pergunta: Existe a possibilidade de fazer locação de uma estrutura para acolher o Conselho Estadual? Sim ou não? **Mariana, Sedese:** Hoje eu não vejo essa possibilidade. **Jandira, Observadora:** Por quê? **Mariana, Sedese:** Porque... primeiro porque a gente não tem

recurso previsto para o orçamento do ano que vem. Eu não faço ideia de quanto custaria. Não é só a locação; é toda a estrutura de um imóvel, entendeu? Então, a gente... até para... a gente tem um grande problema, que é os prédios atuais que o estado tem, e a gente não consegue receber... receber, assim, ocupar e montar a estrutura. **Jandira, Observadora:** Fazer adequações. **Mariana, Sedese:** Então, para fazer locação acho mais difícil. Eu estava perguntando: como é que o Conselho de Belo Horizonte que você conhece? É porque é isso, eu acho que a gente vai ter que pensar muito nas parcerias, a gente vai ter que procurar. E aí, você comentou do Conselho de Belo Horizonte. Talvez se o governo conseguisse uma parceria com a prefeitura para utilizar... Quem conhece, acha que é um espaço bom? Não **Jandira, Observadora:** Na verdade, eu sou um pouquinho mais atrevida. Eu posso ir além, Mariana? Você me permite? **Mariana, Sedese:** Claro. **Jandira, Observadora:** O conselho fica no Santa Teresa. Lá realmente tem banheira acessível, tem uns pisos, é no primeiro pavimento, tal. E nós dividimos a casa com o conselho, com o Conselho da Criança e do Adolescente. Então, é a casa dos conselhos. Então, nós dividimos a agenda e dividimos o espaço. Não acho que você teria dificuldade. Mas nós temos um prédio central aqui da Subsecretaria da Assistência Social, Meio Ambiente, que é aqui na Afonso Pena, e lá eu acho que seria uma questão mais centralizada, primeiro andar também, tem elevador, várias salas que dariam para trabalhar as comissões, a Simone inclusive o conhece. E aí eu trago isso como sugestão, de vocês tentarem essa parceria, que eu acho que... É na Afonso Pena, 342. É a central da secretaria mesmo... assistência? **Jandira, Observadora:** Isso. E que lá aceita vários... lá tem auditório, lá embaixo, tem várias salas que dá para dividir. Eu acho que vocês conseguiram essa parceria, sim. Mas em contramão, Mariana, depois vou até pegar seu telefone, eu vou pensando em outros lugares. Se eu puder corroborar com você, você pode ter certeza que você tem uma parceria aqui, tá bom? Obrigada. **Marcelo, OAB:** Ok. Muito obrigado, Jade. Mariana, você vai manifestar alguma coisa? **Mariana, Sedese:** Não. **Marcelo, OAB:** Então nós encerramos esse debate aqui com o compromisso —o João é outro Informe —, com o compromisso de a Mariana fazer esses trabalhos lá, trazendo algumas soluções possíveis, né, para poder já em dezembro nós temos uma resposta, né? Mas, de qualquer forma, para a plenária de dezembro nós já estamos com esses encaminhamentos, para que a Secretaria Executiva faça esse dever de casa, né? João, trazendo o último informe do dia. **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. Pedir à Beatriz para compartilhar. Na verdade, é compartilhar com todo mundo aqui. Eu deixei para o informe, que, assim, não é uma pauta, mas pode até vir a ser uma pauta posteriormente. Mas eu fiz um levantamento das participações na conferência, porque a gente fala muito sobre aqui participação de quantos, quantos governamentais, conferência cheia, município que não foi, então a gente fala muito sobre participação. E aí, como eu participei muito desse processo da conferência, principalmente para a estadual, né, das regionais para a estadual, e todo mundo sabe também que eu gosto um pouquinho de dados, né, da vigilância, de

trabalhar com essas coisas, de ficar fazendo gráficos, eu fiz um compilado histórico. Então, eu queria compartilhar com todo mundo aqui. Vou mandar lá no grupo do CEAS também, mas a participação, desde as municipais até a estadual, até para a gente ter mais subsídio a hora que a gente for discutir as coisas, argumentar, trazer as nossas narrativas, os nossos argumentos, né? Então, nós tivemos aí em Minas Gerais: 790 municípios fizeram conferência e mandaram os delegados para o CEAS. Então, assim, ao que pese um número bastante alto, eu acho que também é um número muito alto 63 municípios não terem feito. Então, espera aí, o que... como é que está o SUAS nesse município, né, se não faz nem conferência municipal? Cadê o conselho desses municípios? Então nós temos aí 63 municípios que não mandaram. Ao todo, foi—**João Paulo, Sedese:** Oi? Botando serviço para todo mundo aqui, ó. São 7.984 delegados eleitos que foram indicados para as Pré-Conferências Regionais. Então, desses 790 municípios, nós tivemos 7.984 delegados eleitos. Desses, 4.537 titulares, 3.447 suplentes. Então a gente vê ali, por exemplo, que nem teve indicação de suplente proporcional ao titular. Teve menos suplente... tiveram alguns que nem completaram... que também é um ponto, né? A gente viu isso ao longo... a gente vai ver ao longo das outras etapas também. [Pode passar, por favor.] E aí, com relação às municipais, com relação a segmento, então nas indicações que... na participação... nas indicações que tivemos das participações, foi bastante paritário, e essa paridade a gente percebeu ao longo do processo. Então, é um dado que não nos parece ao olhar para... e eu acho que vários colegas aqui trouxeram, quando participaram das Pré-Conferências Regionais e das estaduais, que tinha muito mais governamental, não é, e quando a gente olha para os números, a gente vê uma paridade bastante legal. Acho que foi fruto do nosso trabalho, da nossa mobilização, e aí já adiantando algumas teses, algumas hipóteses que saem daqui, a gente teve uma quebra de municípios. Então não participou o município nem governamental nem sociedade civil. Não foi quebra só de sociedade civil, que em outros anos a gente percebia. A gente falou muito sobre isso, né? O carro tem quatro lugares. Quem é que vai primeiro? É o governamental. Usuário fica para trás, entidade fica para trás. Então, assim, a gente viu uma certa participação equilibrada. Então, nas municipais, praticamente 50%, então teve essa proporcionalidade de envio. E também muito interessante a proporcionalidade, que, de maneira geral, dos segmentos dentro da sociedade civil, também a gente teve uma proporcionalidade. Então, se a gente olha que é um terço para cada segmento, seria 33%. Então, nós temos ali: ora um segmento tem um pouco mais de 33, ora outro tem menos, mas sempre ali entre 30 e 30 e poucos. Então, está ali na margem de erro, digamos assim. [Pode passar, por favor.] Para as Pré-Conferências Regionais, foram 14, né, como a gente sabe, 567 municípios participaram. Então, nós estamos falando aí de dois terços dos municípios de Minas Gerais que estiveram com delegados eleitos, então a gente teve uma heterogeneidade bem grande. Essa diversidade, a gente sempre bateu na tecla, é muito importante para a gente garantir esses... que todos os municípios, vários aspectos dos territórios, das

realidades fossem contemplados. E aí a gente vai vendo a quebra, né? E aí destaco aqui: tivemos uma quebra muito grande nas Pré-Conferências Regionais em relação às municipais. E aí, como eu disse, foi quebra geral. É município que não foi. Tinha delegado eleito, não mandou ninguém. Percebiam ali: a gente tinha esperado 5.340 delegados para essas conferências regionais. Inscritos, ou seja, que fizeram Conferência Municipal e indicaram para o CEAS a ficha, né, que a gente tanto fala, a inscrição, 85% praticamente, um número bastante alto. Só que quando a gente vai ver a participação, menos de 50%. Então, nós tivemos uma quebra muito grande já nas Pré-Conferências Regionais, né? E aí, não... novamente, a gente... [Pode passar, por favor.] Aí colocando em termos de participação, que eu acho que esse é talvez o gráfico mais importante para a gente, quando a gente olha paridade e proporcionalidade nas Pré-Conferências Regionais: nós tivemos 55 e 45, então nós tivemos uma participação maior governamental, mas não foi tão maior, o que eu acho que é positivo para a gente. Então, a gente está conseguindo ocupar esse espaço com a sociedade civil também. Nós tivemos duas regionais que tivemos mais participação de sociedade civil do que governamental inclusive. Então, isso eu acho que é um indicador muito interessante, muito legal. Então, tivemos duas regionais que tinham mais sociedade civil do que governo... delegados, né? E aí, desses 2.528 delegados, está ali, 1.393 governamentais e 1.135 sociedade civil. E na proporcionalidade, mesma coisa: usuário, 33%, então é um terço de usuário, então bateu certinho no que é a sua proporcionalidade. Tivemos uma diferença entre trabalhadores e entidades, um pouco mais de trabalhadores do que entidades, mas, novamente, ali na margem de erro. Não tinha uma discrepância de: “Nossa, metade são trabalhadores e 10% são usuários”, ou vice-versa. Então, a gente teve um equilíbrio aí nessa distribuição. E na estadual... [Pode passar, por favor, para encerrar.] Os dados da estadual. Tivemos 75% de participação dentro do que estava previsto, esperado, né? E aí, quando a gente olha para os segmentos, mesma coisa: nós tivemos ali uma proporção bem interessante também. Não foi tão discrepante como a gente imaginava, imagina, vê ou observa. Nós tivemos 51% de gov e 49 de sociedade civil. Acho que é um resultado muito expressivo para nós que batalhamos tudo nessa gestão, nesses dois anos de gestão, tentando garantir isso. Nós tivemos 321 municípios, então um terço dos municípios, estavam na estadual, também é um número bastante expressivo, ao meu ver, e novamente a proporcionalidade. Lá na Conferência Estadual, usuários foram 33% da sociedade civil, então nós tivemos um terço, que é o que se espera, tivemos uma quantidade um pouco maior de trabalhadores em relação a entidades: então, 36 de trabalhadores e 30 de entidades. Mas, novamente, está ali dentro da margem de erro. Então, acho que, assim, são números... Vou mandar. Eu acho que daqui a gente tem muita discussão que a gente pode fazer, a gente precisa lapidar melhor, dar uma trabalhada melhor, ver outros fatores externos, mas eu acho que de números gerais eu quis trazer... Foram números... alguns me chamaram a atenção. Eu esperava uma discrepância maior, porque de fato é uma impressão que a gente tem... A

gente sempre fala: “Ah, só tem gov aqui”, né, ainda mais eu, que fiquei na eleição de gov, então a minha sala só tinha gov, né, mas aí quando a gente olha para os números, até que não é tanto. E eu acho que isso é importante para a gente como resultado de trabalho, que aí, como eu disse, eu acho que é uma coisa que a gente bateu muito na tecla, principalmente os usuários, os representantes dos usuários aqui sempre trazem essa pauta, de garantir essa participação, e a gente conseguiu, de alguma forma, garantir uma boa participação. Nós conseguimos diminuir muito as distorções. Então, eu acho que é um excelente resultado para a gente, só para compartilhar com vocês. Vou mandar lá no grupo, e aí depois eu acho que a gente pode continuar as discussões e trazer outras discussões. Era só isso. Obrigado...convidados? **Marcelo, OAB:** Muito obrigado, viu? **João, Sedese :** Eu coloquei só delegado, mas tem também. O total de participantes da Conferência Estadual acho que as meninas da Secretaria Executiva já colocaram e está no relatório. Foi 812 no total. Foram 696 delegados, foram 49 de organização, foram 27 conselheiros — se tiver algum número errado, peço desculpas —, 27 conselheiros estiveram presentes, 17 acompanhantes... Ah, e teve 15 convidados, se eu não me engano, que era palestrante, e por aí vai. Acho que é isso. [Bia, você está pegando aí? Se puder passar, por favor.] Mas eu acho que é isso. Acho que acertei. É, 27 conselheiros, 49 organização, que era SUBAS, SEDESE, regional, e por aí vai, os intérpretes de Libras, todos entraram nessa, convidados foram 15... Dezessete. **João, Sedese:** Dezessete, e acompanhantes, 17 também? **João, Sedese:** É isso. E total: na conferência, nós tivemos presentes 812 pessoas. **Marcelo, OAB:** Muito obrigado. Eu acredito que nós iremos fazer os anais desta conferência, né? Eu acho que nós vamos fazer os anais desta conferência, e esse instrumental aí, ele vai ser muito bom para a concretização. Isso será encaminhado no grupo do conselho. Pergunto aos conselheiros, apesar de, no momento oportuno, ninguém se manifestou, sobre os informes. Alguém tem informe?... Eu tenho. **Marcelo, OAB:** Se tiver, fale agora. Pode falar... Um, dois, três informes. Começando pela Sandra, a Sandra, que está com Presidente... Você falou comigo primeiro, Sandra. **Sandra, Sintibref:** Ah, é? **Marcelo, OAB:** Sim. Por favor. **Luiz, Armi:** O meu não informe, não. Só queria **Marcelo, OAB:** Então, só para—**Sandra, Sintibref:** Luizão, pode ir, Luizão. Vai, Sandra. **Luiz, Armi:** É na fala anterior. Eu só queria dar uma contribuição. ARMI, Luiz. É porque na fala anterior... É porque, assim, eu acho até uma estratégia bacana quando a nossa representante de usuário, ela faz assim: “Representantes de entidades, representantes de usuários, representantes de trabalhadores” Eu faço isso. “Representantes governamentais”, aí choca a plenária porque, na verdade, quando você levanta a mão com o governamental, você representa 50% da conferência, porque os outros segmentos estão fragmentados, que são os três para dar 50. Simone não está errada. Eu acho que é bacana essa estratégia para chocar mesmo, mas nós que temos o conhecimento, a gente tem que entender que usuário, trabalhador e entidade, eles correspondem com 50%. Tá bom? Então a gente choca sempre lá, quando Simone usa dessa estratégia... Que é... eu acho

que é intencional mesmo, que tem que dar esse impacto, né, mas, assim, a ideia é essa, que quando a gente olha os números, eles estão bastante equilibrados. Só isso. **Marcelo, OAB:** É. Nós estamos no momento de informes. Pergunto, Jade: você tem algum informe para dar? **Jandira, Observadora :** Na verdade, não seria informe. Eu só queria perguntar se esses gráficos apresentados, se podem ser disparados nos e-mails dos conselhos até por informativo, como foi a participação, essa devolutiva. É um pedido que eu queria fazer. **Marcelo, OAB:** Ok. Sim. Sim. Pois não. Nós... Desculpa. Nós vamos colocar no grupo dos conselhos, do nosso conselho, e um encaminhamento para os conselhos municipais. O próximo informe. **Sandra, Sintibref:** Então, gente... Aqui Sandra, SINTIBREF, Sindicato de Trabalhadores das Entidades Filantrópicas e Religiosas de Minas Gerais. Eu quero só salientar o seminário que a gente fez, que foi colocado nos grupos aí para vocês... Mais perto do microfone, Sandra... Para participar. Está dando certinho, gente? Está. Está. Eu acho que eu estou aqui emocionada com a minha condição de titularidade. Aí o que ocorre? Eu quero dizer o seguinte: que nós tivemos quase 2 mil pessoas inscritas para acompanhar esse seminário, que é da saúde mental no trabalho, estou falando aqui agora focando no segmento de trabalhadores, e a gente distribuiu lá para quem foi presencial, que tiveram 400 pessoas, a gente conseguiu uma mobilização muito grande, que foi aqui no hotel (ininteligível) eu estou... eu estou pedindo ao nosso sistema confederativo exemplares para eu distribuir nos Conselhos da Mulher, porque a gente fez a cartilha, né, do trabalho com dignidade e Divã na Sala de Reunião: tudo que você não sabia ou ainda não sabe sobre a questão do assédio, né, do que está acontecendo. Por que eu estou chamando atenção? Que a gente conseguiu 400 pessoas presenciais e 800 acompanhando on-line por conta da temática da saúde mental no ambiente de trabalho. Então, a gente já começou, o SINTIBREF, a federação, né, a nossa central a trabalhar esse tema, porque até maio do ano que vem está suspensa aí uma obrigatoriedade das instituições e empresas a aplicarem a NR 1, que é uma normativa que veio... que vem da OIT, que vem da nossa legislação, que as empresas e instituições vão ter que dar conta de algumas atividades, de alguma estratégia, já desconstruindo... que não é ter um psicólogo na instituição, que todo mundo fica muito com muito medo que: "Ah, vai ter que ter um psicólogo lá na instituição". Não é isso. É traçar estratégias para cuidar da saúde mental, porque a gente sabe do assédio, do adoecimento. Então, só falar. E...O livro Divã... né? Eu vou... mas eu vou... estou pedindo ao sistema confederativo, porque imprimiu, gente, editou lá. Então, é o Divã e o Trabalho com Dignidade, tá? No próximo pleno, eu vou já trazer, né? Tá. Então, isso é muito importante, porque nós estamos vivendo isso. Próximo ponto foi: eu estarei também indo na Conferência Nacional de Assistência Social porque... declinei aqui, eu e ele, para a gente (ininteligível) vaga — você lembra? —, que eu não sei como delegada aqui, como... estadual. Até que... porque tinha aquela situação: "quem não vai voltar tem prioridade", tal. O Marcelo já vai mesmo. Você lembra que eu declinei, na esperança que eu iria, porque eu ia estar em Brasília

pelos Direitos Humanos 3, 4, 5, eu falei: Então já fico por lá, eu entro por observadores. Na outra semana cancelou o 3, 4 e 5. E para lá para o 10, 12 e 13. Eu falei: Olha, gente, então eu não vou? Como assim? Vai escutando. Se eu for de observadora, se eu for observadora, eu vou ter que ir lá chorar no ouvido geral para financiar, tal. Eis que o Fórum Nacional dos Trabalhadores vai ter uma atividade que é no dia 6, (ininteligível), e como a gente está na secretaria nacional do Fórum Nacional dos Trabalhadores, eu, como secretária, eu vou, porque o CNAS deu duas vagas para o Fórum Nacional de Trabalhadores. Então, estamos indo eu e uma menina da UBAN(F), que é de uma instituição dos músicos, a gente está incluindo pedagogos, outros... e vai ser uma atividade que a gente vai incluir... vai ser orçamento e tiques(F), que são as tecnologias, tá? É muito importante. E só finalizar aqui com chave de ouro: que eu estou na condição de titularidade... E eles ficam desprezando... também eu tenho que dar um informe importante: que estou no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, e lá eles vão financiar para os conselheiros irem na COP 30. Aê!... Inclusive suplentes. Então, nem tudo está perdido quando você é suplente. Então, eu estarei indo de 10 a 14, vou levar todos vocês comigo, que eu vou levar a pauta da Minas e Brasil da Miséria e também da criança e do adolescente, e da questão dos direitos humanos, que eu estou indo pela secretaria lá e CONANDA, tá bom? Puxa minha saia agora! **Marcelo, OAB:** Muito obrigado. **Sandra, Sintibref:** Puxa a minha saia agora! Obrigada. Obrigada. **Marcelo, OAB:** Peguem o microfone da Sandra. É, Sandra! Por favor, ordem na casa, por favor. Elder, com o informe. **Elder, Sedese:** Elder, SEDESE. meu é bem rápido. Ontem, na reunião de governo, a gente fez algumas trocas nas comissões. Aí a Cris vai para a Comissão de Monitoramento e vai assumir a coordenação da comissão. Então, Cris agora passa a fazer parte da Mesa Diretora. E a Priscila, que entrou na plenária passada, foi a primeira plenária dela, vai para a Comissão de Normas. Então, só registrando essas alterações. **Marcelo, OAB:** Ok. Muito obrigado. Temos mais um informe. Por favor, Cristiano. Boa tarde. Cristiano, SEDESE. É um informe porque na semana que vem a gente vai realizar um evento, que é o 1º Seminário Estadual de Atenção e Cuidado e Acolhimento à Pessoa Idosa. A gente tinha feito o nosso planejamento de capacitações para esse ano, e aí, por uma sugestão do CEAS, a gente incluiu no nosso planejamento esse evento. A gente vai ter a participação da Rosa, representando lá o Conselho Estadual, mas é um evento que tem vários participantes, Ministério Público Estadual, Ministério do Desenvolvimento Social, lá do Governo Federal, a gente vai ter a Frente Nacional de Fortalecimento das Instituições de Longa Permanência. Então, é um evento grande, importante para debater e discutir a respeito da proteção à pessoa idosa em Minas Gerais. E aí, é só para lembrar, porque como o CEAS também participa, né, lá na mesa de abertura, lembrar desse evento e da importância dele também, tá? Obrigado. **Marcelo, OAB:** Muito obrigado. A Rosa vai estar... vai representar muito bem o Conselho Estadual né, Rosa? — lá neste encontro. Gente, não havendo mais nenhum informe e como as pautas

já foram todas vencidas, quero dar um abraço a vocês. **Mariana, Sedese:** Deixa eu falar. **Marcelo, OAB:** E Mariana vai dizer anteriormente. **Mariana, Sedese:** Alguém já deu parabéns? Simone veio conosco no evento ... Ah, é verdade. **Mariana, Sedese :** Ninguém fala ... Ah, é. Então eu vou dar um informe. Mariana, SEDESE. Não, porque já que a Rosa também vai abrilhantar nosso evento semana que vem, nós tivemos a presença ilustre de Simone, que emocionou a plateia e fez uma fala maravilhosa. Foram muitos elogios, muito legal mesmo. Então, só dizer que é sempre bom ter vocês também conosco, viu? Obrigada. Obrigada, Mariana. **Marcelo, OAB:** Então tá, gente? Então, está encerrada a nossa plenária de hoje.